



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 056 - TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

- ⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005
⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005
⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 38ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE ABRIL DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2006, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera dispositivo do Código de Processo Civil, transformando os contratos de seguro, cujos contratantes sejam pessoas físicas, em títulos executivos extrajudiciais. 11457

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera o art. 1º da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para incluir Municípios na concessão do microcrédito. 11457

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Registro das comemorações dos 10 anos da Lei nº 9.307, de 1996, que dispõe sobre a arbitragem. Comunicação do lançamento, no dia 10 de maio próximo, do livro *Operação Arbiter – A história da Lei nº 9.307, de 1996, sobre a arbitragem comercial do Brasil*. 11460

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre a investigação, pela CPMI dos Bingos, a respeito da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa e defesa da necessidade de o Ministro da Justiça ser ouvido sobre a questão. 11464

SENADOR PAPALÉO PAES – Reflexões sobre o turismo no mundo globalizado do século XXI e como atividade degradante pelo comércio do sexo, fato que já vem sendo registrado no Amapá. 11465

SENADOR GILVAM BORGES – Considerações sobre o mercado de seguros. Justificação de projeto encaminhado por S. Exª à Mesa, que transforma os contratos de seguro, cujos contratantes sejam pessoas físicas, em títulos extrajudiciais. 11466

SENADOR TIÃO VIANA – Informação sobre as conquistas do governo federal com a implementação de políticas sociais de proteção à população idosa. . 11468

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Citação de exemplos de corrupção psicológica permanente, o que leva a população a pensar que a mentira na política é hábito normal. 11472

SENADOR JOSÉ JORGE – Quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa e o provável envolvimento do Ministro da Justiça no episódio. 11474

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Elogios às mudanças implementadas pelo prefeito de Souza – PB, Sr. Salomão Gadelha, que obteve na Justiça o direito de a prefeitura administrar o sistema de água e esgoto do município, isentando as contas de impostos e permitindo seu parcelamento. 11476

SENADOR ROMERO JUCÁ – Defesa do fortalecimento do transporte aéreo brasileiro, lamentando os problemas enfrentados pela Varig e informando que, em caso de colapso da referida empresa, a TAM já se comprometeu a criar linha para Boa Vista, e Roraima. 11477

SENADOR PEDRO SIMON – Solidariedade à Varig pela grave situação financeira que atravessa e apelo à Chefe da Casa Civil no sentido de auxiliar a empresa. Satisfação com o resultado final da CPMI dos Correios. 11481

SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao Governo Federal no setor de saúde. 11484

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Reclamação contra o tratamento que os EUA estão dispensando aos brasileiros que viajam para aquele país. 11488

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)

Associando-se às preocupações do Senador Antonio Carlos Magalhães. 11488

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Apreensão com o rumo dos trabalhos da Casa. Referência ao pronunciamento do Senador Antonio Car-

los Magalhães. Preocupação com a infra-estrutura brasileira, especialmente no tocante às rodovias, como a BR-040, que se encontra com as obras de duplicação paralisadas. 11492

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Ponderações sobre a antecipação da audiência do Ministro da Justiça no Senado. Leitura de trechos de entrevista do Ministro Tarso Genro sobre a vinda do Ministro Márcio Thomaz Bastos a esta Casa. ... 11494

1.2.5 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)

Manifestação sobre a vinda do Ministro da Justiça ao Senado Federal. 11496

1.2.6 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 385/2006, de 10 do corrente, sugerindo que fosse marcado para esta semana o comparecimento de S. Ex^a ao Congresso Nacional. 11497

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Considerações sobre a aprovação do Orçamento da União para 2006. 11497

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Apelo ao Senado da República no sentido de que vote o Orçamento da União para 2006, assim como as demais matérias que se encontram na pauta. 11500

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Elogios à atuação do Senador Delcídio Amaral e do Deputado Oscar Serraglio na CPMI dos Correios. Considerações sobre a política econômica do Estado da Bahia, a falta de investimentos em infra-estrutura e a discriminação sofrida pelo Estado por parte do Governo Federal. 11503

12.8 – Comunicações da Presidência

Publicação do Parecer nº 12, de 2006-CN, sobre o Projeto de Lei nº 40, de 2005-CN, no Diário do Senado Federal, em Suplemento “A”, ao número 53, de 6 de abril do corrente ano. Encerramento do prazo para apresentação de requerimento de destaque à matéria se encerrará até o final desta sessão. 11505

Lembrando ao Plenário a realização de sessão do Congresso Nacional amanhã, às 11 horas, destinada a apreciação do Orçamento de 2006 (PLN 40/2005-CN). 11506

1.2.9 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR *OSMAR DIAS*, como Líder – Comentários sobre manifestação da UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, contra o projeto de lei de autoria de S. Ex^a, que trata de cooperativismo. 11506

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 11, às 16

horas e 30 minutos, destinada a homenagear a Presidente da República do Chile, Sr^a Michelle Bachelet. 11508

1.2.11 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR *ROMEU TUMA* – Comunicação à Casa de que seu filho Romeu Tuma Júnior, Corregedor da Assembléia Legislativa de São Paulo, teve o seu gabinete assaltado e destruído. 11509

1.2.12 – Leitura de requerimento

Nº 386, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado Federal, no dia 21 de junho de 2006, destinada a homenagear o líder político Leonel de Moura Brizola, no transcurso do segundo aniversário de seu falecimento. 11509

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão especial do Senado Federal, a realizar-se dia 21 de junho, às 11 horas, destinada a homenagear Leonel de Moura Brizola. 11509

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP. **Apreciação transferida para sessão deliberativa de amanhã**, dia 11, atendendo solicitação do Relator Revisor: Senador Sérgio Guerra. 11509

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Minis-

tério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Apreciação sobrestada. 11510

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 11510

Item 4

Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe sobre o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005. **Apreciação sobrestada.** 11510

Item 5

Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 11511

Item 6

Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa) **Apreciação sobrestada.** 11511

Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.** 11511

Item 8 (Votação nominal, se não houver emendas)

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Apreciação sobrestada.** 11511

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições). **Apreciação sobrestada.** 11511

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla. **Apreciação sobrestada.** 11511

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado. **Apreciação sobrestada.** 11511

Item 12

Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria. **Apreciação sobrestada.** 11512

Item 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002. **Apreciação sobrestada.** 11512

Item 14

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002. **Apreciação sobrestada.** 11512

Item 15

Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.

Apreciação sobrestada. 11512

Item 16

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.

Apreciação sobrestada. 11512

Item 17 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Apreciação sobrestada. 11512

Item 18

Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Apreciação sobrestada. 11513

Item 19 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

Apreciação sobrestada. 11513

Item 20

Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas

entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Apreciação sobrestada. 11513

Item 21

Requerimento nº 5, de 2006, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Dra. Verônica Michelle Bachelet Jeria, pela vitória nas eleições presidenciais no Chile, tornando-se a primeira mulher a assumir o comando do Executivo Chileno.

Apreciação sobrestada. 11513

1.3.1 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “*Empresário pagou helicóptero para Palocci*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 2 do corrente. 11513

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da matéria intitulada “*Assessor se demite*”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 28 de março último. 11515

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*Nova Direção*”, da colunista do Panorama Econômico, Miriam Leitão, publicada no jornal **O Globo**, edição de 28 de março último; e da matéria “*Mantega diz que crescimento pode chegar a 4,5% em 2006*”, de autoria de Claudia Safatle, publicada no jornal **O Valor**, edição de 28 de março último. 11516

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro de diversas matérias que sintetizam o desgaste que o presidente Lula causou ao país, mantendo Antonio Palocci no cargo de Ministro da Fazenda. 11518

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários sobre o editorial intitulado “*O gigantismo tributário*”, publicado no jornal **Zero Hora**, edição de 3 do corrente. 11522

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Registro do artigo intitulado “*Fim do Mundo*”, de autoria da jornalista Eliane Catanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 de março último. 11523

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre o último ensaio de Peter Flynn, professor emérito da Universidade de Glasglow, intitulado “*Crise, Corrupção e Mudança em Perspectiva Política*”. Queda da produtividade nacional resultante dos baixos investimentos. Transcrição do editorial intitulado “*Os mistérios de Santo André*”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 10 do corrente. 11525

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-

feira, dia 11, às 14 horas, com Ordem do Dia designada..... 11527

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 10 DE ABRIL DE 2006

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 86 a 89, de 2006. 11531

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 647 a 658, de 2006. 11533

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 38ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de abril de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislativa

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Gilvam Borges,
César Borges e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/4/2006 07:34:35 até 10/4/2006 21:00:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	

Compareceram: 53 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2006

Altera dispositivo do Código de Processo Civil, transformando os contratos de seguro, cujos contratantes sejam pessoas físicas, em títulos executivos extrajudiciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O dispositivo a seguir enumerado, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 585.

III – os contratos de hipoteca, de penhor, de anticrese, de caução e de seguro cujo contratante seja pessoa física;

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A contratação de seguro pela pessoa física visa afastar transtornos, aborrecimentos e perda patrimonial que acompanham o sinistro. A pessoa física que recorre a uma seguradora busca tranqüilidade e solução, senão suficiente, ao menos amenizadora para os danos provocados pelo sinistro.

Hoje, apenas o contrato de seguro de vida e de acidentes pessoais de que resulte morte ou incapacidade são considerados títulos executivos extrajudiciais, o que força os contratantes dos demais ramos de seguro, que não virem cumprido o pactuado com a seguradora, recorrerem à justiça por meio do processo de conhecimento.

O presente projeto tem por objetivo precípuo dar certeza ao contratante de seguro de que não precisará percorrer um longo processo de conhecimento judicial para receber o benefício pactuado, se o sinistro vier a ocorrer.

Ademais, quanto maior for a probabilidade de o contratante de seguro vir a receber o valor pactuado, maior será a procura por tais contratos, e, consequen-

temente, menor deverá ser o valor do prêmio, estabelecendo assim um círculo virtuoso.

O contratante de seguro encontra-se no lado mais frágil da relação securitária e, por isso, necessita de maior proteção. Portanto, transferir às seguradoras o ônus de provar a existência de fraude é medida que se impõe, especialmente porque lhes será permitido opor embargos e obstar o prosseguimento da ação de execução do contrato de seguro nos casos em que acreditem haver qualquer fraude.

Assim, diante desta simples justificativa, acreditamos que o presente projeto receberá o apoio e a aprovação dos nobres pares.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2006. – Senador **Gilvam Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais:

.....

III – o contrato de hipoteca, de penhor, de anticrese, de caução e de seguro em geral;

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2006

Altera o art. 1º da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para incluir Municípios na concessão do microcrédito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

§ 6º

.....

V – as agências de fomento às atividades produtivas de microempreendedores, de que trata o § 8º deste artigo.

.....

§ 8º Ficam os municípios autorizados a instituírem agências de fomento às atividades produtivas de microempreendedores, com a finalidade exclusiva de atuarem, de forma direta ou indireta, na execução do PNMPO, atendidas as demais disposições desta Lei.

§ 9º As agências de fomento de que trata o § 8º não poderão receber transferências de recursos dos municípios para pagar despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aquelas provenientes de aumento de participação acionária.

§ 10. Não se aplicam às agências de fomento de que trata o § 8º deste artigo, as disposições dos arts. 1º a 3º da Medida Provisória nº 2.172-32, de 23 de agosto de 2001.

§ 11. Atribuem-se às instituições de fomento, àquelas ligadas à administração municipal, em geral conhecidas pela denominação de bancos do povo e efetivamente existentes na data de promulgação desta Lei, as prerrogativas das agências de fomento de que trata o § 8º deste artigo, com a condição de que adaptem sua estrutura e funcionalidade às disposições desta Lei e das demais normas que regem o microcrédito produtivo.(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo informa o **site** do Banco Central do Brasil na internet, www.bcb.gov.br, diversas experiências de microcrédito vêm sendo desenvolvidas por vários municípios brasileiros. Observa-se, nesse campo, grande diversidade de formas de organização, fontes de financiamento e políticas de sustentação da atividade.

Importante parte dessas experiências acha-se vinculada a políticas municipais de geração de emprego e renda, com base em recursos que, muitas vezes, derivam diretamente de fundos públicos. Em grande parte dos casos, tais experiências vêm sendo implementadas por organizações especialmente criadas para esse fim sob a denominação genérica de Bancos do Povo. Programas há, contudo, operacionalizados pelos próprios órgãos públicos. Outros, ainda, realizam-se mediante parcerias entre a prefeitura e a sociedade.

Em 1995, uma parceria constituída pelo Conselho da Comunidade Solidária, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Governo do Distrito Federal e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) elaborou proposta de instituição do Sistema de Bancos do Povo, a qual, depois de debatida por entidades governamentais e não-governamentais, transformou-se no alicerce do desenvolvimento do microcrédito no Brasil e contribuiu, decisivamente, para a configuração do atual Programa de Crédito Produtivo Popular do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Dentre uma ampla e diversificada gama de Bancos do Povo, no âmbito municipal, relaciono, apenas a título de exemplo, os Bancos do Povo dos Municípios de São Paulo (SP), de Juiz de Fora (MG), de Cachoeiro do Itapemirim (ES) e de Belém (PA).

O Sistema de Bancos do Povo não se restringe à esfera municipal, tendo sido implementado em vários Estados da federação como o próprio Estado de São Paulo e o Distrito Federal. No entanto, por entender que o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, PNMPO, possui características específicas, dentre as quais o acompanhamento constante e, praticamente, personalizado dos créditos concedidos, optou-se pela inclusão apenas dos entes municipais como beneficiários do programa, por se tratarem do elo mais próximo entre o poder público e a sociedade. Além disso, a situação financeira da grande maioria dos municípios brasileiros, quando comparados à situação dos estados, corrobora de forma inequívoca a utilização do PNMPO como ferramenta de geração de renda e emprego nas prefeituras mais carentes. Não sendo, portanto, razoável que estas localidades tenham o Estado como concorrente dos recursos destinados ao programa.

Embora constitua importante marco regulador das atividades de microcrédito produtivo no Brasil, a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que se complementa com as Leis nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, e nº 9.790, de 23 de março de 1999, mostra-se omissa com relação ao esforço dos municípios no campo do microcrédito. Tendo em vista retificar esse estado de coisas, o presente projeto de lei propõe-se a introduzir alterações na Lei nº 11.110, de 2005, com os seguintes objetivos:

a) incluir, entre as instituições de microcrédito produtivo orientado, as agências de fomento às atividades produtivas de microempreendedores que venham a ser criadas por

Municípios com base na autorização a que se refere a alínea **b**, abaixo, mediante acréscimo do inciso V ao § 6º do art. 1º;

b) autorizar os municípios a instituírem agências de fomento de atividades produtivas de microempreendedores, com a finalidade exclusiva de atuarem, de forma direta ou indireta, na execução do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, atendidas as demais disposições desta lei, mediante acréscimo do § 8º ao art. 1º;

c) especificar que não se aplicam às agências de fomento a que se refere a alínea **b**, acima, as disposições referentes a cláusulas usurárias, de que tratam os arts. 1º a 3º da Medida Provisória nº 2.172-32, de 23 de agosto de 2001, mediante acréscimo do § 9º ao art. 1º;

d) atribuir às instituições ligadas ao poder municipal, conhecidas pela denominação genérica de Bancos do Povo, efetivamente existentes na data de promulgação da lei, as prerrogativas das agências de fomento a que se refere a alínea **b**, acima, com a condição de que adaptem sua estrutura e funcionalidade às disposições desta lei e das demais normas que regem o microcrédito produtivo, mediante acréscimo do § 10 ao art. 1º.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2006. – **Rodolpho Tourinho.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005

Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Socie-

dades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.

§ 1º São beneficiárias do PNMPO as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, a serem definidas em regulamento, especificamente para fins do PNMPO.

§ 2º O PNMPO tem por finalidade específica disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I – o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II – o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III – o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos,

em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei.

§ 4º São recursos destinados ao PNMPO os provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e da parcela dos recursos de depósitos a vista destinados ao microcrédito, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003.

§ 5º São instituições financeiras autorizadas a operar no PNMPO:

I – com os recursos do FAT, as instituições financeiras oficiais, de que trata a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990; e

II – com a parcela dos recursos de depósitos bancários a vista, as instituições relacionadas no art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, na redação dada pelo art. 11 desta Lei.

§ 6º Para os efeitos desta Lei, são instituições de microcrédito produtivo orientado:

I – as cooperativas singulares de crédito;

II – as agências de fomento, de que trata a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001;

III – as sociedades de crédito ao microempreendedor, de que trata a Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001; e

IV – as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

§ 7º Os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento de que trata o inciso II do § 6º deste artigo, os bancos cooperativos e as centrais de cooperativas de crédito também poderão atuar como repassadores de recursos das instituições financeiras definidas no § 5º deste artigo para as instituições de microcrédito produtivo orientado definidas no § 6º deste artigo.

LEI Nº 10.194, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001

Dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências.

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Socie-

dade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.172-32,
DE 23 DE AGOSTO DE 2001

Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel, por até 12 minutos.

Antes, porém, faço a inscrição do Senador Antonio Carlos Magalhães para uma breve comunicação e, a seguir, a minha, de ofício.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saúdo especialmente os Senadores Gilvam Borges e Papaléo Paes, aqui presentes.

Sr. Presidente, este ano, estamos comemorando o 10º aniversário da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre arbitragem, cujo projeto tive a iniciativa de apresentar nesta Casa em 1992. Nessa ocasião observei que “o texto, se aprovado, ensinará uma legislação moderna e eficaz que permitirá a desobstrução da justiça estatal, a melhoria da prestação jurisdicional e a solução rápida das lides na área comercial”.

Como se sabe, Sr. Presidente, há no Brasil uma demanda da sociedade direcionada no sentido de tornar mais célere a prestação jurisdicional por parte do Estado, pois, como ressaltou Rui Barbosa, em sua sempre recordada **Oração aos Moços**, “justiça atrasada não é justiça e sim injustiça qualificada e manifesta”. Se tal representa um estorvo para as partes, isto é, para o cidadão, não deixa de constituir igualmente um tormento para os advogados e uma preocupação para os magistrados, que vivenciam o crescimento geométrico das lides, inclusive, penso, também em

função das franquias democráticas que vigoram em nosso País.

É certo que, nos últimos anos, muitas providências foram tomadas com o objetivo de simplificar os procedimentos processuais para ensejar mais agilidade aos feitos. Exemplos significativos encontram-se no Código de Defesa do Consumidor, nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e no Estatuto da Criança e do Adolescente, os dois primeiros provenientes diretamente das prescrições da Constituição de 1988 e o último de forma indireta, na medida em que a assinatura pelo Brasil da respectiva Convenção Internacional precedeu a elaboração constitucional, sendo, no entanto, inserido na nossa Carta Magna. Citaria ainda a criação dos Juizados Especiais Estaduais e, posteriormente, os Juizados Especiais Federais, cujo anteprojeto foi elaborado pelo então Advogado-Geral da União e hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes.

Ademais, ano passado, foi promulgada a Emenda à Constituição nº 45, a denominada reforma do Judiciário, que representou novas conquistas, entre elas a súmula vinculante, que vai permitir, por consequência, também tornar mais célere o julgamento dos feitos no Judiciário.

A referida emenda criou também condições para que novas leis processuais fossem sancionadas, daí decorrendo melhor funcionamento do poder judicante – assim esperamos. Não vou mencionar todas, mas cito as leis nºs 11.187 e 11.232, de 2005; e as leis nºs 11.276, 11.277 e 11.280, de 2006.

Se muito já se fez, Sr. Presidente, muito há ainda a fazer. É fundamental, portanto, que tais avanços não sejam interrompidos.

Sr. Presidente, **pari passu** a essas questões que acabo de suscitar, retorno à Lei de Arbitragem para enfatizar que ela se insere nesse contexto, porém com uma peculiaridade que deve ser explicitada de forma muito nítida. Ela representa, a meu ver, algo muito mais importante do que se pode imaginar; representa uma instância alternativa à prestação jurisdicional por parte do Estado. Trata-se, portanto, de algo que põe o Brasil dentre as nações mais modernas por concorrer, e muito, para reduzir a insegurança jurídica, simplificar o recurso à conciliação, à mediação e ao arbitramento.

De mais a mais, nesses tempos de mundialização em que vive o planeta, a Lei nº 9.307 está possibilitando que muitas questões envolvendo pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras, sejam resolvidas através de apelo à arbitragem, mormente depois de o

Brasil haver ratificado em 2002 a Convenção de Nova York de 1958.

A respeito dessa medida, gostaria de mencionar depoimento da Secretária-Geral da Corte Internacional de Arbitragem (CCI), a Sr^a Anne Marie Whitesell: “O Brasil avançou muito em arbitragem desde 2002, ano em que assinou a Convenção de Nova York, que determina que o Judiciário deve seguir decisões tomadas pelos comitês de arbitragem”.

Ensina um ditado popular, Sr. Presidente, que elogio em boca própria é vitupério. Mas não posso omitir que isso foi possível no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em virtude de gestões que realizei no Executivo e no Congresso Nacional, para que a referida convenção fosse afinal aprovada pelo Governo brasileiro, criando melhores condições para que a Lei de Arbitragem funcionasse em sua eficácia plena.

Menciono ainda que uma decisão do Supremo Tribunal Federal ajudou – e muito – que se gerasse, no Brasil, uma cultura da arbitragem. Em tempo hábil, o Supremo Tribunal Federal, em voto proferido pelo Ministro Sepúlveda Pertence, reconheceu a constitucionalidade, legalidade e juridicidade da Lei de Arbitragem.

A arbitragem, conquanto seja um instituto que somente agora está sendo exercitado entre nós, frise-se, não é algo novo. Aliás, como lembrou o Professor León Frejda Szklarowski, em artigo publicado no **Correio Braziliense**, em novembro de 2004, a arbitragem, leia-se a solução amigável das contendas, remonta ao Código de Hamurabi, à Grécia e à Roma antigas; consta do Direito Canônico, Talmúdico e do Alcorão; é adotada hoje pela maioria dos países. Do mundo

Com relação ao Brasil, há registros, no período do Império, sob a égide da Constituição de 1824 e do Código Comercial de 1850, da utilização da arbitragem pela Associação Comercial da Bahia, que teria sido a primeira a se valer do arbitramento, como observou, em 1997, o então presidente da instituição, o empresário Álvaro Ramos, citando levantamento feito pela historiadora Angelina Garcez, no seu livro **Associação Comercial da Bahia, 175 anos: Trajetória e Perspectiva**.

Já na República, o Código Civil de 1916 também cogitava da arbitragem, mas não se exercitou o instituto não por falta de tradição no nosso direito, mas porque a disciplina da matéria subordinava a arbitragem à homologação judicial, fazendo que as soluções pactuadas, no âmbito privado, voltassem

obrigatoriamente à esfera pública, repetindo-se, assim, o circuito das prestações jurisdicionais típicas do Poder Judiciário. Carecia-se, portanto, de uma provisão legal que desse a esse instituto a necessária autonomia como é utilizado em outros países e no Direito Internacional Público.

Sr. Presidente, é de todo necessário, entretanto, que se continue a apoiar o sistema de arbitragem no nosso País. E para tal fim, impõe-se que se desenvolva em nosso País uma cultura de arbitragem, para que a referida lei seja adequadamente apreendida pela sociedade e corretamente aplicada. Acredito que a Lei de Arbitragem ainda está a exigir que se forje no País uma cultura do arbitramento, pois ela representa uma grande revolução por significar, friso mais uma vez, uma instância alternativa à prestação jurisdicional por parte do Estado.

As vantagens que ela oferece sobrelevam de muito os processos jurisdicionais estatais quer pela celeridade e informalidade do rito escolhido, quer pela especialização dos árbitros, mediante a faculdade de se escolherem os *experts* na referida matéria, quer pelo sigilo quando tal se impõe em procedimentos de maior complexidade, quer pela possibilidade de substituir a rigidez abstrata da lei pela ductilidade da equidade, quer geralmente pela menor onerosidade dos custos, sobretudo se as partes se servirem das Câmaras de Arbitragem Empresarial, muitas delas sem fins lucrativos.

Apraz observar que, no Brasil, pesquisas têm demonstrado um aumento gradativo no uso da arbitragem nos últimos anos. Como exemplo, cito levantamento feito pelo Conima (Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem), entre as 79 câmaras arbitrais associadas, mostra que, entre 1999 e 2004 – último levantamento de que disponho –, o número de procedimentos de arbitragem foi perto de 20 mil.

Sr. Presidente, faço tais comentários para levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da sociedade de modo mais geral que, no próximo dia 10 de maio, estaremos lançando no Salão Negro do Congresso Nacional, às 17 horas, o livro **Operação Arbitrer – a História da Lei nº 9.307/96, sobre a Arbitragem Comercial do Brasil**, editada pelo Instituto Tancredo Neves, órgão de estudos políticos, econômicos e sociais do PFL, dirigido pelo Deputado Vilmar Rocha. O autor do livro é o Dr. Petrônio Muniz, advogado pernambucano e um dos mentores do trabalho para dotar o País de legislação pátria sobre o juízo arbitral.

Para levar a bom termo a sua missão, o Dr. Petrônio Muniz acercou-se de juristas, pátrios e estrangeiros, em expressivo número, cujos nomes ora não se mencionam para se evitar a injustiça da omissão de alguns, dos quais foram recebidas as mais valiosas contribuições. Desde o início, entretanto, três pessoas merecem ser destacadas: o Professor da USP, Carlos Alberto Carmona, autor de **A Crise do Processo e a Solução de Controvérsias**; o Professor Pedro Batista Martins, conhecido processualista, autor de **Aspectos Jurídicos da Arbitragem no Brasil** e a também estudiosa da matéria Dr^a Selma Maria Ferreira Lemes, Mestre em Direito Internacional.

A essa trilogia foi cometido o encargo de elaborar o anteprojeto, pronto em tempo recorde de apenas 34 dias, o qual foi debatido em convenção nacional na cidade de Curitiba em 9 de dezembro de 1991. Nessa oportunidade, foi discutido o anteprojeto e analisadas questões como a constitucionalidade do texto, bem como a natureza jurídica da função dos árbitros e a incorribilidade da sentença arbitral.

Sr. Presidente, antes de encerrar meu discurso, gostaria de solicitar a V. Ex^a que fosse apensado ao meu pronunciamento o artigo intitulado **A Lei Marco Maciel e o Futuro da Arbitragem**, de autoria do Dr. Petrônio Muniz, publicado na **Folha de S. Paulo** de 18 de outubro de 1996. No referido artigo, se faz uma análise da questão da arbitragem e como o mecanismo poderá concorrer para que se consolide no País e possamos viver tempos de exercício desse instituto, que representa uma instância alternativa à prestação jurisdicional por parte do Estado. Na realidade, verifica-se que as demandas hoje envolvem não apenas interesses circunscritos ao Brasil, mas que tendem ultrapassar os limites do nosso território. Por quê? Porque o Brasil participa de um bloco de integração regional – o Mercosul –, e se insere, cada vez mais, na sociedade internacional, e, conseqüentemente, começa a ter demandas que extrapolam o campo interno e se projetam no exterior.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, são essas as palavras que gostaria de proferir com relação ao assunto.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A lei Marco Maciel e o futuro da arbitragem

PETRONIO R.G. MUNIZ

Na quase totalidade das leis brasileiras, a sanção presidencial restringe-se a uma rotina administrativa. Papéis na mesa, uma silenciosa assinatura e pronto. "Habemus legem".

A "lei Marco Maciel", disciplinando a arbitragem comercial no Brasil, excepcionou a regra. No dia 23 de setembro passado, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou o diploma legal em cerimônia digna da celebração de um tratado internacional em presença de dignitários estrangeiros.

Esse marcante ato público de consideração e apreço ao ilustre autor do projeto de lei demonstrou igualmente, "ad perpetuam reimmemoria", a relevância fundamental da matéria para o processo de modernização institucional do país em conjuntura globalizante.

O projeto de lei apresentado desassombradamente pelo então senador Marco Antonio Maciel representa o produto final de um artesanato de excelência, voluntário, transparente e nacionalmente co-participado pela "intelligentsia" jurídica especializada brasileira.

Por isso mesmo, ressuma democracia, legalidade e legitimidade.

Essa nobilitante cruzada, nascida no Recife de Pernambuco nos idos de 1990, denominada "Operação Arbitrer", é hoje mundialmente conhecida.

A lei federal nº 9.307/96 já avulta como um divisor de águas no ordenamento jurídico nacional. O Brasil, oficialmente, acordou para uma realidade inadiável, após 4 anos, 2 meses e 20 dias de tramitação do projeto no Congresso Nacional.

Afortunadamente para o nosso país, segmentos responsáveis da sociedade

civil vivem alerta. O "berço esplêndido" não os seduz.

Naquela longa travessia, a nação não dormiu. Agiu. As formas alternativas para a resolução de disputas conquistaram espaços múltiplos por geração espontânea.

Livros foram escritos e publicados. Câmaras de mediação e arbitragem surgiram em várias entidades, em processo que se acentua.

Conferências, seminários e congressos ocorrem sucessivamente nos maiores centros do país.

E o mais alentador: o Poder Judiciário nacional, por vários dos seus mais destacados membros, tornou-se aliado declarado desse esforço renovador.

Defronta, porém, a lei Marco Maciel, obstáculos de monta. A falta de uma "cultura arbitral" no país, o espírito de litigância generalizado, o desconhecimento da matéria e as possibilidades do seu desvirtuamento, culposos ou dolosos, na prática cotidiana. Fatores de risco para o próprio instituto jurídico a serem escójurados.

Dai a responsabilidade urgente e inafastável de as pessoas e entidades formadoras de opinião manterem-se na vanguarda da condução do processo. A arbitragem comercial não é assunto para amadores e muito menos para ser tratado aligeiramente.

Consciente dessa realidade, o CNIL — Conselho Nacional dos Institutos Liberais — promoverá no próximo dia 13 de novembro, na cidade de São Paulo, um seminário nacional sob o tema: "A Arbitragem e o Brasil — Uma Perspectiva Múltipla", em cuja sessão de abertu-

tura o vice-presidente da República dissertará sobre as "Perspectivas da Arbitragem no Brasil no Século 21".

Na mesma linha, a Confederação das Associações Comerciais do Brasil trabalha para instalar, ainda este ano, a Corte Brasileira de Arbitragem Comercial, emprestando à nova entidade o prestígio e a confiabilidade nacional de que desfruta mercedosamente. Medidas como essas se revelam basilares dentro de um programa sob a égide da responsabilidade, do profissionalismo e da eficiência.

Por isso mesmo advertimos, nas palavras de nossa "Mensagem de Brasília",

pronunciadas na abertura da cerimônia da sanção presidencial: "As batalhas da Operação Arbitrer terminaram. A luta pela 'lei Marco Maciel' está para começar".

Por sua natureza eminentemente

privada, a auto-regulamentação surge como o melhor sistema para o disciplinamento da prática do juízo arbitral do nosso país. O exemplo do Conar — Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária — é concludente, ao instituir voluntariamente regras éticas para a indústria publicitária de modo autodisciplinado.

O futuro da lei Marco Maciel repousa no rumo que a sociedade organizada e responsável fixar nesse seu nascedouro. E com ele decide-se igualmente a vida longa do juízo arbitral no Brasil.

A opção permanece. Contemplar os fatos ou construir a história.

Petronio R.G. Muniz, 65, advogado, é coordenador nacional da "Operação Arbitrer" e presidente do Instituto Liberal de Pernambuco.

A arbitragem comercial não é assunto para amadores e muito menos para ser tratado aligeiramente

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido, conforme o Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por 12 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, novos fatos e novas revelações acabam nos empurrando para uma conclusão inevitável.

A cúpula do Governo envolveu-se em um complot, na tentativa de esconder da população brasileira crime praticado no interior do próprio Governo. E o Ministro da Justiça, justamente o Ministro Márcio Thomaz Bastos, foi escalado para patrocinar a causa daqueles que teriam sido responsáveis pelo crime cometido no interior da Caixa Econômica Federal, afrontando a Constituição com a violência praticada contra um trabalhador: o caseiro Francenildo.

Portanto, Sr. Presidente, louvo a iniciativa do Ministro Thomaz Bastos em antecipar-se para prestar esclarecimentos da tribuna do Senado Federal. É uma atitude de quem quer oferecer explicações sobre o seu comportamento. É assim que deve proceder uma autoridade do Governo.

No entanto, Sr. Presidente, a presença do Ministro Márcio Thomaz Bastos em outra tribuna que não seja a da CPI dos Bingos me parece inoportuna. A CPI dos Bingos está investigando a quebra do sigilo bancário do caseiro. Não afirmem que isso não é foco da investigação, porque está sendo, quando a CPI constituiu comissão para ir à Caixa Econômica Federal; quando, logo depois, constituiu comissão para ir à Polícia Federal e quando convocou o próprio caseiro para depor na CPI. É claro que esse fato está sendo enfocado pela CPI dos Bingos.

O Ministro Palocci vem sendo investigado, desde o início, por esta CPI, desde a sua participação nos escândalos de Ribeirão Preto até o prosseguimento com os escândalos no Planalto Central, com a equipe de Ribeirão Preto, que se transferiu para Brasília sob a proteção do Ministro e que operou, à margem do Governo, com tráfico de influência e com favorecimento ilícito daqueles que naturalmente se aproveitaram do prestígio do Ministro Palocci. Portanto, o local adequado para o depoimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos é a CPI dos Bingos.

Assim como aplaudi a iniciativa do Ministro em se antecipar para oferecer explicações, eu gostaria de aplaudi-lo se sugerisse que o seu depoimento fosse prestado exatamente à CPI dos Bingos, que tem prer-

rogativas para a investigação indispensável nesse caso. A presença do Ministro na casa de Palocci, no dia 23, a presença de dois dos seus mais credenciados assessores de confiança naquele evento em que o Ministro recebia o extrato bancário do caseiro, tudo isso estabelece uma conexão estreita do Ministro Márcio Thomaz Bastos com esse escândalo. Evidentemente, o fato deixa visível tratar-se de uma decisão de Governo. Não há como não concluir desta forma até que se prove o contrário. A decisão de, afrontando a Constituição, invadir a conta bancária do caseiro Francenildo foi uma decisão de Governo. Enfim, é o Estado policial agindo na perseguição a cidadãos trabalhadores do País.

Sr. Presidente, diante desses fatos, causa espanto a afirmativa do recém-empossado Ministro das Relações Institucionais, o Sr. Tarso Genro. Ele afirmou que isso contribui para agravar o quadro político a partir de uma avaliação pouco condizente com o cargo que ocupa. Na avaliação equivocada do Sr. Tarso Genro, as Oposições tentam inflamar artificialmente o ambiente político, acirrando o discurso contra o Governo e retomando as ameaças de se iniciar o processo de **impeachment**.

Ao contrário da visão do Sr. Tarso Genro, “não há a menor racionalidade jurídica”, diz ele, na possibilidade de um pedido de **impeachment** do Presidente da República. O jurista Reale Jr. destaca: “Do ponto de vista técnico e jurídico, há elementos de sobra para o enquadramento do Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade”. Para Reale Jr., o “embasamento técnico do pedido de **impeachment**, que já era ‘claro’ com o escândalo da compra de Deputados, tornou-se ainda ‘mais evidente’ a partir do episódio da quebra ilegal do sigilo bancário de Francenildo dos Santos Costa”. Trata-se, nas palavras de Reale Jr., de um “crime de Estado”, agora reforçado com a presença do Ministro da Justiça no centro da crise. Apesar do apreço que devota ao Ministro Thomaz Bastos, Reale Jr. considera muito difícil a posição do Ministro.

Há uma vertente ainda encoberta, protagonizada por um personagem-chave desse esquema arquitetado em Brasília para alicerçar um projeto de poder de longo prazo: trata-se do Sr. Paulo Okamoto. A quebra de sigilo bancário do atual Presidente do Sebrae é fundamental e não pode ser adiada.

Sr. Presidente, há um requerimento de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que propõe a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto. Já o fizemos em duas oportunidades, mas o Supremo Tribunal Federal, por intermédio de um ou de outro Ministro, por decisão monocrática, deferiu liminar impedindo que a CPI lançasse mão dos dados bancários do Sr. Paulo Okamoto. Essas informações bancárias referentes à movimentação

financeira do Sr. Paulo Okamoto encontram-se lacradas no cofre da Secretaria da CPI dos Bingos.

É urgente, portanto, que se aprove um novo requerimento com o qual se possa quebrar o sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto, para se desvendar os mistérios acobertados por uma liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal.

O jornalista Elio Gaspari escreveu, ontem, o seguinte:

São muitas as coisas que Lula não sabe, mas “nosso guia” sabe que se o sigilo bancário de Paulo Okamoto for aberto, sua candidatura à reeleição será um capítulo encerrado.

Ora, Sr. Presidente, por que essa luta incansável contra a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto? Por que essa insistência teimosa em impedir que se conheça a movimentação financeira do Sr. Paulo Okamoto? O que se esconde por detrás dessa blindagem?

Não conheço nenhum cidadão brasileiro blindado com tanta eficiência quanto o Sr. Paulo Okamoto. Estão blindando o Sr. Paulo Okamoto ou o Presidente da República? Certamente, o Sr. Paulo Okamoto não teria tantos poderes, não teria tanta influência, não resistiria tanto se não tivesse como principal patrocinador da sua causa o próprio Presidente da República.

Vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo que o Congresso Nacional vai ficar devendo muito à sociedade brasileira se não investigar em profundidade esses fatos. O Brasil não aceita essa contemporização. O País não aceita que o Governo fique entre a versão e a manipulação. As versões vão sendo sepultadas, uma após outra e a história de Palocci no Governo é emblemática relativamente às versões que cederam aos fatos e à realidade.

A manipulação, de outro lado, será certamente também substituída pela realidade que ocorre no Brasil.

Agora, Sr. Tasso Genro, quanto à Oposição, ela tem sido generosa demais. O comportamento da Oposição é de uma generosidade incomum. Se a Oposição não fosse tão generosa com o Presidente Lula, este País já teria discutido, sim, o processo de *impeachment*. O voto em separado que apresentei, com base na Constituição, na Lei de Improbidade Administrativa e no Código Penal, pretendia indiciar o Presidente e submetê-lo à Mesa da Câmara dos Deputados para apurar a prática do crime de responsabilidade.

Se a Oposição da era Collor fosse tão generosa quanto a de hoje, não teríamos vivido o *impeachment* do Presidente Collor. Portanto, acusar a Oposição de hoje de radicalizar, de insuflar, de criar e protagonizar crises artificiais é uma injustiça pouco inteligente. Só falta, agora, pedirem que o Collor volte. Só falta, agora, ressarcirem o Collor de Mello pelos prejuízos

políticos e morais sofridos. Só falta, agora, pedirem perdão a Collor de Mello, porque, sem dúvida, a seleção de crimes praticados pelo Governo Lula está muito à frente dos crimes que levaram Collor de Mello ao *impeachment*.

Sr. Presidente, é hora de restabelecermos a verdade neste País.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes por doze minutos, sem prejuízo da lista de oradores.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a evolução dos meios de transporte transformou o turismo numa poderosíssima indústria no mundo globalizado do Século XXI. Não há dúvidas sobre os enormes benefícios que o Brasil poderá tirar da exploração racional desse gigantesco mercado. Intensivo em mão-de-obra, o turismo poderá também ser uma das molas mestras na solução do problema de desemprego neste País.

Todavia, Sr. Presidente, como em todos os empreendimentos humanos, existe o lado positivo – forte e bem definido – e há, também, o lado negativo, sombrio: o da exploração de pessoas, principalmente de jovens e adolescentes na prostituição ou, como é chamado comumente, no turismo sexual.

Por infelicidade, Sr. Presidente, a miséria de uns e a sanha ou tara de outros faz com que esse lado triste do turismo no Brasil seja uma realidade que se vem ampliando dia a dia. E não apenas nas capitais ou cidades litorâneas, sobejamente conhecidas como destino de turistas interessados em programas de cunho sexual com garotas ou jovens brasileiras. Também cidades ou Estados fora dos tradicionais eixos turísticos começam a ser importunados por esse tipo de atividade degradante.

Macapá, a capital de meu Estado, começa a ver o comércio do sexo em plena praça pública. E a questão está-se tornando tão grave que a mídia já começa a repercutir os fatos. Reportagem do jornal **A Gazeta**, de Macapá, publicada no dia 27 de março passado, revela, em letras colossais, que a Praça Beira-Rio tornou-se ponto de prostituição de luxo.

Que tristeza, Sr. Presidente!

Um logradouro dos mais importantes da capital do meu Estado, ponto turístico importante da cidade, torna-se, paulatinamente, uma grande central, ao ar livre, de contratação de prazeres sexuais. E o que é pior, diante da omissão das autoridades policiais.

Sr. Presidente, se a miséria pode ser apontada como impulsionadora de muitas dessas jovens a se entregarem a esse tipo de ofício, infelizmente, não só elas vivem assim. Muitas moças da classe média e de

classe alta enveredam pelo caminho da prostituição para poder custear seus vícios em drogas pesadas.

O vício em cocaína ou similares custa caro. A prostituição pode ser rendosa para uma jovem atraente. As duas coisas podem ser razões fortes o suficiente para que essas jovens mulheres utilizem o próprio corpo para pagar os custos do vício. Degradação suprema da pessoa humana, esse caminho pode levar à destruição física e psicológica de todos quantos por ele enveredam.

E o que faz a autoridade pública do meu Estado? Como em quase todas as localidades, Brasil afora, onde esse tipo de contravenção é praticado, a autoridade policial fecha os olhos e finge não ver o que todos vêem. A explicação mais usual é a da tolerância diante da pobreza dos que são obrigados a apelar para o comércio do sexo para sobreviver.

Infelizmente, Sr. Presidente, não se trata apenas de uma luta de jovens contra a miséria e a marginalidade. Hoje, repito, não é incomum encontrar moças de classe média se prostituindo, seja para custear vícios, seja pelo desejo de obter independência financeira sem dedicação aos estudos.

Creiam, Srs e Srs. Senadores, é chegada a hora de a sociedade se rebelar contra esse tipo de exploração da pessoa humana. Há de haver um basta para essa mazela social! O Estado deve agir para coibir a prática que Macapá vê se propagar. E a sociedade civil deve-se mobilizar para repudiá-la e desenvolver ações que possam ajudar as crianças a evitarem o caminho da prostituição e das drogas.

Exemplo de atitude é dado, aqui mesmo, no Congresso, que conta com a Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente, coordenada pela Senadora Patrícia Saboya Gomes e pelas Deputadas Maria do Rosário e Telma de Souza. A Senadora Patrícia Saboya tem-se destacado em sua ação em favor das crianças e adolescentes, o que só reforça sua enorme sensibilidade para as questões sociais que tanto afligem o País.

Sr. Presidente, programas de inserção social que sejam mais do que distribuição de dinheiro devem ser urgentemente implementados no País. Não se trata mais de auxiliar os pobres, mas de dar-lhes oportunidade de sair do eterno ciclo de marginalidade em que se acham confinados pela injusta distribuição de renda do Brasil.

Apelar para organizações não-governamentais como instrumentos de recuperação de jovens é, sem dúvida, um meio eficaz de atuar sobre o problema. Todavia, se o Estado não produzir condições de ascensão social para essas pessoas, elas dificilmente sairão do ambiente de prostituição e drogas. Quando a sociedade barra os caminhos legítimos de ascensão, só resta aos desvalidos os caminhos da marginalidade e da criminalidade.

Cabe, pois, em última análise, à sociedade a responsabilidade pela vida marginal ou criminosa que esses jovens acabam levando. No caso dos que se envolvem com o tráfico de drogas, as perspectivas de vida longa são pequenas. No caso das que se envolvem com prostituição, as perspectivas de uma vida cheia de problemas não são melhores.

Sr. Presidente, estou convicto de que o Parlamento, em especial o Senado, com a liderança da Senadora Patrícia Saboya, reúne as condições para agir em favor desses jovens. Devemos, pois, agir rápido e eficazmente, assegurando que os programas de promoção social sejam reais portas de melhoria de vida para todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecendo ao Senador Papaléo Paes pelo cumprimento do horário, concedo a palavra ao Senador Tião Viana, sem prejuízo da relação dos inscritos, já que S. Ex^a estava inscrito com precedência. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Gilvam Borges, por 12 minutos, sem campanha.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o mercado de seguros é um setor que está em franco crescimento e vem apresentando resultados importantes para nossa Nação.

Em 2005, segundo dados da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, a Fenaseg, o setor apresentou crescimento de 7%, e a evolução das provisões e patrimônio das seguradoras, ou seja, as reservas aplicadas na economia do País, teve alta de 20%, totalizando R\$140 bilhões, um valor expressivo perante o PIB nacional.

O principal seguro contratado pelos brasileiros – com cerca de 60% dos contratos – é o de automóveis, um reflexo dos altos níveis de crimes contra o patrimônio de nossa sociedade. Em seguida, vêm os seguros de pessoas (25%), o seguro patrimonial (6,5%) e o de transportes (4,25%). Somadas, essas quatro categorias representam mais de 95% dos nossos contratos de seguro.

Infelizmente, o número de pessoas que contratam esses serviços, no Brasil, ainda é muito pequeno. As razões para isso certamente derivam de questões complexas ligadas à economia do País, bem como à renda da população e ao seu grau de conscientização

quanto à importância desse produto. No entanto, inevitavelmente, há entraves no processo de recebimento do seguro que contribuem para esse quadro, inibindo o potencial consumidor dos serviços securitários.

Quando contrata o seguro, o consumidor, obviamente, busca tranquilidade e solução, se não suficiente, ao menos amenizadora para os danos provocados pelo sinistro. Parece-lhe – e com toda a razão – absurdo demais ter transtornos com a companhia seguradora justamente quando se vê precisando de sua ajuda. No entanto, é justamente isso o que ocorre quando tem de mover uma ação de conhecimento judicial para fazer valer os seus direitos.

Se a ocorrência do sinistro já é, por si só, bastante dolorosa para o segurado, a experiência de ter de mover um litígio judicial contra a seguradora ser-lhe-á absolutamente traumática, fazendo com que abstenha de contratações semelhantes no futuro e dissemine, entre os seus conhecidos, a imagem negativa da experiência vivida.

Sr. Presidente, nosso Código de Processo Civil estabeleceu que apenas contratos de hipoteca, de penhor, de anticrese, de caução, de seguro de vida e de acidentes pessoais que resultem em morte ou incapacidade serão passíveis de serem executados extrajudicialmente.

Por causa disso, apresento Projeto de Lei do Senado – o que comunico hoje aos nobres colegas, aliás, já lido pela Presidência da Mesa – visando a incluir, no rol de contratos elencados no Código de Processo Civil, as demais modalidades de seguro nas quais o contratante seja pessoa física.

É preciso que se ressalte que o processo de conhecimento judicial é deveras longo e sua supressão beneficiará os contratantes de seguro, trazendo-lhes mais segurança. As seguradoras, por sua vez, não estarão desamparadas, pois, caso acreditem haver qualquer fraude no sinistro, ser-lhes-á permitido opor embargos e obstar o prosseguimento da ação de execução do contrato de seguro.

Com a alteração legal ora proposta, o processo todo tornar-se-á bem mais célere, beneficiando não apenas o consumidor – o que já seria bastante satisfatório –, mas também as próprias seguradoras. Isso porque nosso Projeto de Lei do Senado pretende uma melhoria no serviço de maneira geral, e, em última análise, isso se traduzirá em uma maior procura pelos serviços securitários. Previamente cientes de que não terão de percorrer um longo caminho, caso necessitem executar o contrato de seguro, mais pessoas estarão propensas a se interessar por adquirir o produto, gerando benefício para o mercado segurador como um todo.

É um círculo virtuoso em que todos ganham.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de ter apresentado o maior lucro dos últimos anos, nosso mercado de seguros ainda tem muito que crescer. O brasileiro não tem o hábito de contratar esse tipo de serviço, que está restrito a uma parcela muito pequena da população. Se, num primeiro momento, isso nos parece um quadro muito favorável, num segundo momento, revelar-se-á uma boa oportunidade de expansão de mercado.

Acredito que uma importante medida para tornar a contratação dos seguros mais atrativa no Brasil é apresentada nesse projeto de lei que já foi lido e que apresentei nesta Casa hoje à tarde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresento essa proposta e conto com o apoio dos nobres Colegas para uma rápida apreciação, deliberação e aprovação da matéria.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Gilvam Borges, com muita honra, faço o aparte concedido por V. Ex^a, não para acrescentar algo a seu projeto, mas para parabenizá-lo pela brilhante idéia e pelo conteúdo do seu projeto, que, realmente, vem reparar muitas falhas existentes nas leis relacionadas a essa questão do seguro. Tenho certeza absoluta de que esta Casa aprovará, com a maior brevidade possível, o seu projeto, assunto importantíssimo para todas as classes sociais e para o nosso País. Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento, para que fique registrado nos Anais desta Casa.

Sr. Presidente, o projeto de lei do Senado, que ora apresento, prevê:

Art. 1º O dispositivo a seguir enumerado, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 585.

III – Os contratos de hipoteca, de penhor, de anticrese, de caução e de seguro cujo contratante seja pessoa física;

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, neste momento oportuno do meu pronunciamento, comunico ainda ao Estado do Amapá e ao nosso querido Município de Ferreira Gomes, conforme o fiz na sexta-feira passada, que estamos trabalhando com uma equipe muito grande que acompanha os processos e projetos de interesse do nosso Estado nos

Ministérios, ao lado de colegas Deputados e Senadores, fazendo uma grande frente de política de resultados. Política de resultados, Sr. Presidente, baseia-se justamente em fazer todos os esforços. Além das idéias defendidas nesta tribuna, além dos projetos apresentados a esta Mesa, também acredito que a ação parlamentar nos Ministérios para a liberação de recursos é decisiva.

Portanto, informo ao Município de Ferreira Gomes que houve empenho para essa liberação e que os recursos já se encontram na Agência nº 3346 do Banco do Brasil, na Conta Corrente nº 212.873. São mais R\$10 mil. Na sexta-feira, anunciamos para esse Município, destinados a obras de infra-estrutura e de pavimentação, mais de R\$1 milhão, recursos já na conta da Prefeitura.

Essa ação política é muito importante. Eu, realmente, exalto e aprecio a atuação dos colegas Senadores aqui desta tribuna. No entanto, quando não estamos presentes aqui fazendo discursos e comentando assuntos de interesse da Nação, muitas vezes, estamos batendo nas portas e lutando pelos Municípios e pelo Governo do Estado, para alocação de recursos. Acredito muito na política de resultados.

Por esse motivo, fico muito orgulhoso quando assomo a esta tribuna para anunciar ao meu querido Estado do Amapá que a política de resultados está funcionando, a cada passo, a cada ida aos Ministérios, a cada batida à porta do Ministro, apesar de todas as dificuldades, Senador Mão Santa. Muitas vezes, um pedido de audiência leva uma semana ou duas, e, às vezes, é preciso ser impertinente, usando-se da autoridade, para conseguir uma audiência e brigar por recursos. Há muitas dificuldades na área técnica. Milhares de prefeituras do Brasil têm deficiências no apoio técnico para a elaboração dos projetos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Realmente, Sr. Presidente, eu estava aguardando esse toque disciplinar, para que o Regimento pudesse prevalecer. Assim sendo, como homem disciplinado, atendo à campainha e ao chamado de V. Ex^a, encerrando meu pronunciamento com 34 segundos de antecedência.

Obrigado pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges. Peço a V. Ex^a para assumir a Presidência em seguida.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago informação satisfatória de conquista do Governo Federal

junto à sociedade brasileira, no que diz respeito às ações federais voltadas à população idosa no nosso País.

É fato que existe um novo momento da relação entre Estado e sociedade brasileira quando se fala em políticas sociais. Temos muito que mostrar, analisar e dividir de esperança e de entusiasmo com a sociedade brasileira, pois, nessa área do Governo, o horizonte tem sido promissor. Há avanços em relação ao salário mínimo, à criança, à área educacional e também ao idoso brasileiro.

Apresento algumas lembranças previstas na Lei nº 10.741, de outubro de 2003, que diz respeito ao Estatuto do Idoso. O Governo Lula determinou uma série de medidas voltadas para a melhoria do poder de compra e da qualidade de vida e para o bem-estar dos idosos brasileiros. São ações integradas, que reúnem iniciativas do Ministério da Previdência Social, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério da Saúde, do Ministério dos Transportes e das Cidades, que buscam a construção de uma rede de proteção aos idosos.

“Se fosse somente o reajuste, seria pouco, mas o pacote é um avanço”, disse o Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, Sr. João Inocentini, em relação ao chamado Pacote de Proteção ao Idoso.

Na área do trabalho, na última sexta-feira, no dia 7 de abril, o Presidente Lula anunciou um reajuste de 5% dos benefícios previdenciários dos aposentados e dos pensionistas que recebem valor superior ao valor do salário mínimo. A medida, que representa um ganho real de 1,5%, passa a vigorar a partir deste mês, beneficiando mais de oito milhões de idosos em nosso País.

Com o aumento de 5% nas aposentadorias, há um reflexo indireto na Previdência Social, cujo teto, que hoje é de R\$2.668,15, passa a ter o mesmo reajuste, devendo subir para R\$2.801,56.

Além do valor dos benefícios, os aposentados e os pensionistas receberão antecipadamente a metade do 13º salário já no início do mês de setembro.

O Ministério do Trabalho e Emprego discutiu com todas as entidades de aposentados para chegar a um consenso que recuperasse o poder de compra dos segurados da Previdência. O Governo assumiu o compromisso de dar continuidade às negociações para corrigir, a partir de 2007, as distorções desse segmento. A antecipação do 13º salário para junho de cada ano está entre os compromissos assumidos.

Na área de transportes, há reserva de vagas gratuitas e desconto de 50% no transporte coletivo interestadual para pessoa de idade superior ou igual a 60 anos, com renda de até dois salários mínimos. Essa foi uma das conquistas do Estatuto do Idoso em 2003, mas que

ainda não foi cumprida por ação de empresas de ônibus, por meio de liminares conseguidas na Justiça.

Na área de habitação, o Governo estabelecerá prioridade para os idosos na aquisição de imóvel para a moradia própria nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos. Esse também é um direito previsto no Estatuto do Idoso.

Na área de saúde, o programa Farmácia Popular será estendido – já está sendo estendido, em alguns lugares – às entidades representativas de aposentados e pensionistas, com o objetivo de atingir um número ainda maior de idosos. A redução dos custos com medicamentos representará um ganho significativo na renda dessa parcela da população.

Com a adesão das redes comerciais ao programa, alguns medicamentos para hipertensão e diabetes serão vendidos nesses estabelecimentos – e muitos já estão sendo – com preços até 90% menores do que os cobrados hoje, beneficiando diretamente cerca de 11,5 milhões de pessoas. Inicialmente, serão oferecidas cerca de 200 apresentações de medicamentos para hipertensão e diabetes, com oito princípios ativos diferentes.

Serão desenvolvidas ações para facilitar o acesso dos aposentados, pensionistas e idosos a remédios de uso contínuo.

Ora, Sr. Presidente, só a medicação para diabetes – a insulina, por exemplo –, cujo custo mensal e regular para uma pessoa idosa é da ordem de R\$112,00, R\$113,00 por mês, cai para R\$11,00 ao final do mês com esse tipo de investimento e de decisão do Governo do Presidente Lula. Então, é uma medida de mérito inquestionável, de impacto social efetivo e de grande contribuição. Nós estamos diante de um grande avanço na rede de proteção ao idoso brasileiro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Meu caro Senador Tião Viana, pedi este aparte para registrar – até porque, como Ministro da Previdência que fui, sei da dificuldade que é qualquer tipo de reajuste no sistema previdenciário brasileiro – a importância das medidas que V. Ex^a enaltece hoje no plenário. O Presidente Lula tem olhado pelos mais pobres, tem olhado pela população mais carente, os programas sociais têm sido ampliados e a ação desenvolvida também é mais um componente nesse contexto de atuação. V. Ex^a está falando da questão da Farmácia Popular, e posso dar o testemunho sobre o que ocorreu depois da implantação desse mesmo programa em Boa Vista. Sem dúvida alguma, houve uma vantagem enorme em relação ao atendimento, principalmente à população mais necessitada. É bem verdade que outras pessoas têm-se deslocado para comprar nesses estabelecimentos,

porque a diferença de preço é grande. E, agora, com essa disseminação de um programa que efetivamente vai usar a rede instalada de farmácias e vai poder, em determinados produtos, dar esse tipo de abatimento, vai ter uma capilaridade muito maior e, portanto, um atendimento ainda muito mais eficaz à população que mais precisa. Então, quero enaltecer o esforço que está sendo feito no Ministério da Previdência para conter as fraudes e os demais problemas, e a decisão corajosa do Presidente de reverter essa economia obtida com o controle das fraudes exatamente no reajuste dos aposentados que ganham mais do que um salário mínimo. É claro que o pleito sempre foi de que o reajuste fosse igual ao do salário mínimo, mas, na verdade, há todo um esforço de reconstruir e elevar o patamar desse salário. Portanto, ao diferenciar o reajuste do salário mínimo, o Governo está fazendo aquilo que toda a sociedade brasileira espera. Então, quero me somar às palavras de V. Ex^a, parabenizar o Presidente pela decisão e dizer que o beneficiário dessas ações, na verdade, não é o Governo e, sim, os aposentados e as pessoas mais humildes, que precisam, ainda, de muitas coisas. Isso não resolve o problema, sabemos disso, mas, sem dúvida alguma, o Governo está tendo a coragem de priorizar os pequenos e os mais fracos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que, como ex-Ministro da Previdência Social, sabe da importância e do valor solidário que passa a ter o Estado quando implanta definitivamente políticas sociais voltadas para a população da chamada terceira idade, e sabe o que significa um aumento do teto de aposentados de R\$2.600,00 para R\$2.800,00, que essa medida está gerando, e sabe também o que significa a antecipação para setembro de parte do décimo terceiro salário e, a partir do próximo ano, para o mês de junho. São políticas de acesso a uma condição social mais digna para o idoso brasileiro. Então, fico muito grato e acolho com muito prazer o aparte que V. Ex^a faz neste momento.

O Farmácia Popular, no meu Estado, também teve esse impacto que V. Ex^a fala. As pessoas chegavam dizendo: “Olha, eu gastava R\$90,00 num remédio e agora estou comprando o mesmo remédio por R\$9,00”. Isso tem um impacto extraordinário no que diz respeito ao acesso da população às condições básicas! Quem é da área da saúde sabe o que é um doente sair de um ambulatório, de um pronto-socorro e não poder comprar 90% da receita prescrita porque não tem dinheiro. E isso sempre ocorreu ao longo de toda a história do Brasil! Agora, no entanto, passa a ter alternativas de acesso.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Tião Viana, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque, com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Tião Viana, fico satisfeito de escutar aqui um representante do Governo colocando projetos positivos, sem dúvida alguma, que estão sendo executados. Mas quero fazer um desafio a V. Ex^a: que traga também um discurso, outro, além desse, que é importante. Esse seu discurso mostra corretamente programas que atendem às necessidades da população pobre, programas que assistem aqueles que precisam. Mas gostaria de ver – e estou disposto a sentar com V. Ex^a para conversarmos – projetos emancipadores, não apenas aqueles que assistem, embora defenda essa assistência, mas aqueles que vão além disso, emancipando a população. Creio que, além dos programas de assistência, esperamos também que um Governo, neste Brasil, seja do Presidente Lula ou de outro, traga projetos concretos, que digam: “estou fazendo algo aqui para que, daqui a alguns anos, o povo brasileiro não precise mais dessa assistência!”. E aí só vejo dois caminhos: a retomada do crescimento pela base da pirâmide social, não pelo topo, e uma revolução na educação brasileira. Fica aqui a sugestão deste tema no seu discurso: o que o Presidente Lula tem feito pela emancipação? Não precisa responder hoje, pois já tomei muito do seu tempo, mas é uma sugestão para um novo discurso de V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que é irrepreensível quando o assunto é educação, apontando todos os caminhos corretos e libertadores que este País poderia ter, e não tenho dúvida de que esse é o propósito do nosso Governo. Precisamos fazer mais, ousar mais, mas temos limitações de ordem estrutural, que V. Ex^a conhece muito bem.

Quando olho, Senador Cristovam Buarque, o superávit dos fundos de pensão da ordem de R\$19 bilhões e o descompromisso com políticas sociais daquilo que poderia ser a poupança do trabalhador brasileiro, vejo o tanto que V. Ex^a tem razão! Mas é um processo de construção de um País novo, que rompe com as desigualdades. Penso, no entanto, que os indicadores mostram os sinais de um caminho certo. Agora, queremos mais, de maneira muito mais acelerada e com o sentimento da emancipação, que é exatamente o que deve nortear, sim, de acordo com V. Ex^a, as políticas públicas do nosso Governo.

Então, acolho com muito prazer o seu aparte.

Cito ainda, Sr. Presidente, no tempo que me resta, a vacinação para a gripe, que foi efetivamente uma conquista ainda da gestão do Governo Fernando Henrique, tendo à frente o então Ministro da Saúde José Serra.

Esse programa está agora no seu sétimo ano de consolidação e atende milhões e milhões de brasileiros.

Há ainda o Programa Centro de Saúde Amigo do Idoso, que é uma conquista apontada pela Organização Mundial de Saúde e pela Organização Pan-Americana de Saúde. Vale ressaltar que, no meu Estado, o Acre, já temos o Hospital e o Centro de Saúde do Idoso. Somos o primeiro no Brasil a fazê-lo, diferenciando o atendimento ao idoso.

Então, esse pacote, chamado Pacote para o Idoso, traz uma contribuição marcante para a vida das populações da terceira idade, que se sentiam desamparadas. O que foi a dívida do passado passa a ser uma homenagem do presente.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AÇÕES FEDERAIS VOLTADAS À POPULAÇÃO IDOSA

O Governo Lula determinou uma série de medidas voltadas para a melhoria do poder de compra, qualidade de vida e bem-estar dos idosos. São ações integradas, que reúnem iniciativas dos Ministérios da Previdência Social, Trabalho e Emprego, Saúde, Transportes e Cidades, que buscam a construção de uma rede de proteção aos idosos.

“Se fosse só o reajuste, seria pouco, mas o pacote é um avanço”, disse o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, João Inocentini.

Algumas dessas ações efetivam direitos previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

Na área do trabalho:

- na última sexta-feira, dia 7 de abril, o presidente Lula anunciou o reajuste de 5% dos benefícios previdenciários dos aposentados e pensionistas que recebem valor superior ao salário mínimo. A medida, que representa um ganho real de até 1,5%, passa a vigorar a partir deste mês e beneficiará mais de 8 milhões de idosos;

- com o aumento de 5% nas aposentadorias, o teto da Previdência, que hoje é de R\$2.688,15, terá o mesmo reajuste, devendo subir para R\$2.801,56;

- além do valor dos benefícios, os aposentados e pensionistas receberão antecipadamente a metade do 13º salário no início do mês de setembro;

- o MTE discutiu com todas as entidades de aposentados para chegar a um consenso que recuperasse

o poder de compra dos segurados da Previdência. O governo assumiu o compromisso de dar continuidade às negociações para corrigir, a partir de 2007, as distorções desse segmento. A antecipação do 13º salário para junho de cada ano está entre os compromissos assumidos.

Na área de transportes:

- reserva de vagas gratuitas e desconto de 50% no transporte coletivo interestadual para pessoas de idade superior ou igual a 60 anos, com renda de até dois salários mínimos. Essa foi uma das conquistas do Estatuto do Idoso, em 2003, mas que ainda não foi cumprida por ação das empresas de ônibus, por meio de liminares conseguidas na Justiça.

Na área de habitação:

- o Governo estabelecerá prioridade do idoso na aquisição de imóvel para moradia própria nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos. Este também é um direito previsto no Estatuto do Idoso.

Na área de saúde:

- o programa Farmácia Popular será estendido às entidades representativas de aposentados e pensionistas, com o objetivo de atingir um número ainda maior de idosos. A redução dos custos com medicamentos representará um ganho significativo na renda dessa parcela da população;

- com a adesão das redes comerciais ao Programa, alguns medicamentos para hipertensão e diabetes serão vendidos, nesses estabelecimentos, com preços até 90% menores que os cobrados hoje, beneficiando diretamente cerca de 11,5 milhões de pessoas. Inicialmente serão oferecidas cerca de 200 apresentações de medicamentos para hipertensão e diabetes, com oito princípios ativos diferentes;

- serão desenvolvidas ações para facilitar o acesso dos aposentados, pensionistas e idosos a remédios de uso contínuo;

- vacinação contra gripe – entre os dias 24 de abril e 5 de maio, o Ministério da Saúde, em parceria com estados e municípios, realizará a oitava edição da Campanha Nacional de Vacinação do Idoso. Este ano, a meta é vacinar 11 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que corresponde a 70% dos 15,7 milhões de idosos, em todo o território nacional;

- o objetivo da campanha é proteger a população idosa das complicações da gripe e de outras doenças que podem ser prevenidas por vacinas, uma vez que esta faixa etária é mais vulnerável às enfermidades. Para garan-

tir a vacinação, serão mobilizadas, em todo o País, 251,3 mil pessoas, entre servidores e voluntários, em 73,7 mil postos de vacinação. Serão utilizados 27,7 mil veículos, incluindo carros e barcos, para a locomoção das equipes, além de uma aeronave;

• Programa Centro de Saúde Amigo do Idoso

– nos dias 3 e 4 de abril, o Ministério da Saúde e a OPAS realizaram, em Brasília, a Oficina Internacional de Trabalho do Programa Centro de Saúde Amigo do Idoso, com o objetivo de estabelecer estratégias para a criação de centros adaptados às necessidades dos idosos, com ambientes e atendimento adequados. A oficina vai subsidiar o Ministério na formulação do Programa Centro de Saúde Amigo do Idoso, que será executado em parceria com estados e municípios. Rio de Janeiro e Brasília serão as primeiras cidades a ter um Centro de Saúde Amigo do Idoso.

- No Congresso Nacional, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal vem realizando reuniões para discussão do Estatuto do Idoso. Algumas questões e considerações:

- A principal questão é a aplicação do Estatuto, que precisa ter alguns de seus artigos regulamentados.

- Os asilos precisam profissionalizar-se e, principalmente, humanizar-se. Devem ser mais e melhor fiscalizados. Os idosos devem ter participação ativa nos asilos, para que se tornem, de fato, um ambiente familiar.

- Desde a Constituição de 1988, houve muitos avanços na área de políticas para a terceira idade, principalmente com relação aos conselhos de idosos, que eram meramente cartoriais e hoje são deliberativos, com participação cada vez maior da sociedade.

- A população idosa – mais de 60 anos – é constituída por um segmento heterogêneo. A ONU sugere sua divisão em 2 segmentos, de acordo com a esperança de vida de cada País. No Brasil, a opção foi por grupos de 60 a 74 anos e 75 anos e mais.

- Em 2004, a população idosa no País era de 17,7 milhões de pessoas, representando 9,7% da população brasileira.

- Em 2003, cerca de 44% das pessoas de 60 anos e mais residiam em domicílios com renda mensal **per capita** de até 1 salário mínimo. Nesses domicílios, muitas vezes o único rendimento provém dessas pessoas. O Censo Demográfico de 2000 revelou que, em todo o País, 27% dos idosos eram responsáveis por mais de 90% do rendimento familiar.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, por 12 minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores, as pessoas que nos assistem há meses já devem estar cansadas do mesmo tema, que é o problema da ética no comportamento dos políticos. De tanto repetirmos denúncias relacionadas a repetidos atos de corrupção, as pessoas já estão ou cansando ou achando que isso é tão natural que não adianta mais reclamar.

Quero chamar a atenção para o fato de que há outras formas de corrupção. Uma outra ainda mais grave do que a do “mensalão” é a corrupção permanente nas prioridades, Senador Mão Santa, uma espécie de corrupção do “seculão”. Há cinco séculos que temos essa corrupção, em que os recursos públicos não vão para libertar, emancipar, corrigir as distorções que a sociedade brasileira tem. Mas ainda há uma outra corrupção, que é a corrupção psicológica que estamos vivendo. De tanto serem repetidas mentiras estamos criando no imaginário brasileiro, na população, na maneira como todos pensam, sobretudo nos jovens, a corrupção de pensar que não há política sem mentira e que a mentira é a regra a ser seguida por todos os políticos.

É sobre esse tipo de corrupção psicológica, de repetição de mentiras, que quero falar, lembrando algumas bem recentes. Por exemplo, a mentira de dizer que o mensalão não existiu. Isso foi repetido, insistido, quando de fato está aí a prova de que houve o mensalão, de que houve o pagamento repetido a Parlamentares para que votassem conforme o Governo precisava. Não apenas houve mensalão, mas também a mentira de dizer que não houve.

Outro exemplo é a mentira feia da quebra do sigilo bancário do caseiro. A quebra do sigilo foi uma corrupção, porque foi um crime, mas foi também corrupção mentir dizendo que não houve a quebra do sigilo. Como é que a nossa juventude vê o Presidente da Caixa Econômica Federal abrir uma comissão de inquérito, dar o prazo de 15 dias para descobrir quem quebrou o sigilo, se ele próprio tinha quebrado esse sigilo?

A corrupção da quebra do sigilo se alia à corrupção da mentira de dizer que o sigilo não tinha sido quebrado pelo Presidente da Caixa. Depois, houve a mentira de dizer que quem determinou a quebra do

sigilo tinha sido o Ministro da Fazenda. Essa mentira pouca gente vê como uma forma de corrupção tão criminosa na política quanto a quebra do sigilo em si é um crime diante do Código Civil.

Mas, no fundo, não são só essas. Se analisarmos mais, há aquela mentira de que as dezenas de milhares de dólares carregados em uma cueca eram para abrir um negócio. Para abrir negócio não precisa carregar dinheiro na mão, quanto mais na cueca, como se viu. É claro que era um crime político o que estava acontecendo ali! É claro que era dinheiro sujo, senão não se carregaria naquele lugar! Mas também há a mentira de se dizer que a finalidade do dinheiro era legítima. Se o dinheiro tivesse sido levado em outro lugar, e não na cueca, a mentira continuaria igual.

Há a mentira de um líder do Partido dos Trabalhadores que disse não ter recebido qualquer benefício de um determinado empresário e, de repente, surpreende-nos por ter na garagem de sua casa um Land Rover doado pelo empresário.

Essa mentira é uma corrupção tão grave naquele que exerce um cargo público quanto receber um presente de um empresário. Mas, às vezes, pensamos que a corrupção é apenas o deslocamento de dinheiro de um lugar para outro, e não a mentira de dizer que esse deslocamento não houve. A mentira na política é uma forma de corrupção tão grave quanto se apropriar do dinheiro público. Acostumamo-nos tanto a ver tudo em função do dinheiro e da economia, que não tratamos a mentira como uma grave forma de corrupção política.

E a corrupção da mentira degrada o sistema político brasileiro, desagrega a confiança no próprio Presidente da República em torno do qual as mentiras têm ocorrido.

Esta semana provavelmente virá aqui o Ministro da Justiça, que está negando que participou do acobertamento, durante alguns dias, da quebra do sigilo. Veja bem, se o Ministro participou daquilo é algo gravíssimo! No entanto, se, além de ter participado, ele mentiu, é uma agravante adicional. E é para esta agravante adicional da mentira que estou chamando atenção aqui: a corrupção na psicologia da opinião pública. Isso passa a ser um exemplo para as crianças na escola, na família, passa a ser um exemplo para a juventude, um exemplo nocivo.

Mas as mentiras que temos visto nos últimos anos não são apenas aquelas relacionadas à corrupção no comportamento dos políticos. Há uma corrupção também na mentira de prometer algo que não será feito ou que não foi feito. E é uma mentira também dizer que o que foi feito tem um tamanho maior do que se imagina e vai ter. Por exemplo, o Programa Bolsa-Fa-

mília tem uma dimensão – devemos reconhecer – que é um avanço administrativo em relação ao que fez o Governo Fernando Henrique Cardoso com os seus programas de bolsas. Mas é uma mentira dizer que é um programa emancipador da realidade social do povo brasileiro. O Bolsa-Família, se não vier acompanhado, Senador Mão Santa, de um programa educacional revolucionário para todos, continuará sendo para sempre um programa de assistência, exigindo cada vez mais recursos e produzindo cada vez menos efeito. É uma mentira dizer que o Bolsa-Família, como está, resolverá qualquer problema do Brasil. E essa mentira é tão grave quanto mentir dizendo que não tem nada a ver com a quebra do sigilo bancário do caseiro.

Mas não é só essa. A lista é tão grande, que não dará tempo de lê-la aqui. A miséria em queda foi apresentada pelo Governo como um grande fato, mas o que se viu não foi a redução da miséria. O que os documentos mostraram nas pesquisas feitas por órgãos importantes, como a Fundação Getúlio Vargas e o Ipea, é que houve um aumento na renda da população mais pobre no valor de R\$6,00. Primeiro, aumento de renda...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Um momento, Senador Mão Santa.

Primeiro, aumento na renda em si não significa redução da pobreza, a não ser que seja tirando na loteria. Um aumento de 10%, 15%, 20%, 30%, 50%, 100% na renda de uma população muito pobre não a tira da pobreza. O que tira da pobreza é uma melhora de 100% na qualidade da escola, é uma melhora de 100% no atendimento da saúde, é uma melhora de 100% no atendimento de água e esgotos. Além disso, dizer que um aumento de R\$6,00 é uma redução da pobreza é uma mentira publicitária querendo enganar a população. E essa mentira é uma forma de corrupção tão grave quanto pegar dinheiro do setor público e usar para pagar mensalão.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, pedindo ao Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, que seja um pouco generoso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, estou lendo um livro de Rudolph Giuliani, que foi prefeito de Nova York durante oito anos. Ele seria candidato a Senador, mas teve um câncer de próstata no final do Governo e decidiu cuidar da saúde, daí a vitória de Hillary Clinton. Ele foi tido como o maior líder dos últimos tempos. Governou e mudou a cara de Nova York no que diz respeito à criminalidade, à educação. Disponha de bolsas de assistência – nos Estados Unidos há várias –, mas seu

grande reconhecimento veio do fato de cadastrar as pessoas e de guiá-las para o trabalho: limpar parques, ser funcionário público, zelador. É o trabalho. Não é como se faz aqui: dar bolsas com a possibilidade de ganhar uma reeleição. Rudolph Giuliani, prefeito de Nova York pelo Partido Republicano, tornou-se o maior líder de todos os tempos. Ele transformou tudo em trabalho, que dignifica e faz o homem crescer. O grande mérito de seu governo foi profissionalizar as pessoas, encaminhá-las para o trabalho. É essa a saída. É até uma inspiração de Deus, que disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. O Apóstolo Paulo foi mais firme ao dizer que quem não trabalha não merece ganhar para comer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço ao Senador Mão Santa o comentário. Eu nem quis aqui comentar as vantagens e desvantagens do programa assistencial da Bolsa-Família, quis aqui comentar a corrupção ao se dizer que esse programa vai reduzir a pobreza. Ele assiste aos pobres e, nesse sentido, não há por que criticar. Mas a minha crítica é por se dizer que ele vai resolver o problema da pobreza.

Resolveria se, como a Bolsa-Escola era, vinculasse isso a uma melhora na qualidade da educação dos filhos dessas famílias.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Para continuar listando – é uma lista imensa e não tenho tempo –, queria lembrar que é, sim, um grave ato de corrupção fazer promessas que não podem ser cumpridas depois de ganhar-se uma eleição. E esse não é um privilégio do atual Governo, mas no atual Governo temos de denunciar.

Nós não estamos vendo o cumprimento do programa feito na campanha, não estamos vendo isso nas áreas a que nos propúnhamos – este País inteiro – dar o voto ao Presidente Lula, não estamos vendo o Brasil caminhar para sair do seqüestro daqueles que recebem recursos públicos, saindo também da partição, da divisão de uma minoria privilegiada como nós e uma imensa maioria pobre. E essa maioria pobre não vai sair da pobreza a partir apenas desses projetos.

Não vimos o cumprimento da idéia de que toda criança tem direito a uma vaga na escola a partir dos quatro anos; não vimos o cumprimento de que os professores no País merecem ter um salário satisfatório, que os ponha na categoria dos mais bem remunerados e, então, exigir deles a maior dedicação ao produto, que é a criança educada.

Da mesma maneira, é uma mentira que é dita e repetida em publicidade na televisão, aliás, uma men-

tira que vem acompanhada e não sozinha de que o Fundeb vai dar R\$4,5 bilhões. Claro que não serão R\$4,5 bilhões! Graças às reformas feitas na Câmara, chegará a R\$1,9 bilhão.

Mas o pior é dizer que esses R\$4,5 bilhões, que não virão, serão capazes de mudar a realidade da educação brasileira. Não serão capazes disso. É uma mentira, somada a outras mentiras, como a mentira do Land Rover, a mentira do mensalão, a mentira do dinheiro na cueca, e todas as mentiras ditas e repetidas nas publicidades do Governo como instituição, pagas com dinheiro público, ou ditas na boca das pessoas do Governo. Isso está provocando a corrupção adicional e nós, povo brasileiro, de tantos nos acostumarmos a ver nossos líderes mentindo, começaremos a tratar isso como uma banalidade, como algo normal, como algo que aquele que não faz é quem está errado.

Aí chegaremos a uma situação mais grave ainda, em que toda a população brasileira, de tão acostumada à repetição das mentiras, começará a mentir para si mesma e participar do processo eleitoral mentindo para o Brasil inteiro, votando nos mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge. Esclareço, ainda, para tranquilizar os oradores, que, em seguida, falarão o Senador Romero Jucá e o Senador Pedro Simon.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou inscrito para falar pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – E pela Liderança inscreveremos o Senador Ney Suassuna...

V. Ex^a, Senador José Jorge, dispõe de dez minutos e mais dois minutos de prorrogação, totalizando doze minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna hoje é exatamente a questão da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

Esse episódio começou no dia 16 de março, quando o caseiro esteve aqui para depor na CPI dos Bingos, depois da entrevista concedida à jornalista Rosa Costa, do jornal **O Estado de S. Paulo**. Naquela entrevista, que ficou famosa, Francenildo dizia que, como caseiro da chamada Casa de Ribeirão Preto, tinha visto diversas vezes o Ministro Antonio Palocci naquela casa.

Ressalte-se que o Ministro havia dito que nunca havia estado lá, o que já tinha sido desmentido pelo motorista e também pelo corretor que alugou uma outra casa para o pessoal de Ribeirão Preto.

A situação foi, aos poucos, complicando-se. O caseiro veio dar o seu depoimento, e, até agora, não representava nada de grave, mas a situação começou a se agravar quando, naquele mesmo dia, o Senador Tião Viana, representando o Partido dos Trabalhadores, solicitou junto ao Supremo Tribunal Federal um pedido de liminar para interromper o depoimento do caseiro. A liminar foi concedida e o caseiro teve o depoimento interrompido, num caso inédito.

É inédito, Senador Pedro Simon, porque todas as outras liminares foram concedidas a pedido do interessado. Uma hora era o Okamoto, que pedia para não vir; outra, era o Delúbio que pedia para não falar a verdade; enfim, cada um pedia para si e os Ministros concediam baseados naquela idéia de que ninguém pode prestar testemunho contra si mesmo.

Mas, nesse caso, foi completamente diferente, porque quem ia depor era o caseiro e o caseiro não pediu para não vir nem pediu para não falar. Mas o Governo, o PT, por intermédio do Senador Tião Viana, entrou com esse pedido de liminar, que foi concedida, o que é um fato inédito. Foi concedida sob a alegação de que poderia comprometer o sigilo do Ministro Palocci, que já estava na rua, porque a entrevista, com o mesmo que ele ia dizer lá, já havia sido publicada dois dias antes, na segunda-feira.

Houve uma grande movimentação no sentido de fazer com que o caseiro não falasse, o que foi conseguido. Nesse mesmo dia, comentavam na Comissão, diversos Senadores da Base do Governo, a mim mesmo disseram: “Vocês não devem investir nesse caseiro porque terão problema com ele.”, insinuando que haveria depósitos na sua conta – que realmente existiram, depósitos feitos pelo seu pai.

A partir daí criou-se todo esse noticiário de que o caseiro, efetivamente, tinha recebido dinheiro – e recebeu, como ficou comprovado depois. O que aconteceu a partir daí? Fez-se uma grande operação para quebrar o sigilo bancário do caseiro.

Não foi uma operação do Ministro Palocci, embora sempre se dizia que era ele o responsável. Na verdade, não foi apenas S. Ex^a. Essa foi uma operação de Governo. Estão querendo que o Ministro Palocci dê uma de Delúbio e assumo sozinho a culpa de uma ação que não foi praticada por ele sozinho. O Ministro Palocci participou dessa operação, mas não estava sozinho.

A partir daí, verificou-se que dois assessores do Ministro da Justiça estiveram com o Ministro Palocci para participar dessa operação de quebra de sigilo ou do uso da Polícia Federal. O Ministro Palocci procurou os assessores do Ministro Márcio Thomaz Bastos para saber o que estava ocorrendo e também para usar a

Polícia Federal contra o caseiro. Imaginem! Estavam querendo utilizar a Polícia Federal contra o caseiro.

E utilizaram o Coaf, que nunca viu um tostão do Marcos Valério. Marcos Valério sacou e transportou milhões de reais por aí, mas o Coaf nunca notou isso. Um advogado envolvido na questão da GTech recebeu R\$5 milhões em **cash**, que colocou em um carro-forte e levou para casa, e o Coaf não disse nada. No entanto, depositaram na conta do caseiro R\$25 mil, em duas ou três parcelas, e o Coaf disse que ele era suspeito de lavagem de dinheiro. Como se alguém lavasse dinheiro em sua própria conta.

Daí em diante, a situação apenas cresceu e complicou-se. A grande dificuldade que eu vejo para o Governo é que a opinião pública está assistindo, a cada dia, que essa crise está aumentando. Um problema como esse, com a saída do Ministro Palocci, com a saída do Presidente Mattoso, deveria ser encerrado, não deveria continuar como está.

E por que esse assunto está, a cada dia, aparecendo mais? Porque a verdade ainda não apareceu. Aquilo que realmente aconteceu, na verdade, ninguém sabe ainda.

A revista **Veja** desta semana traz matéria sobre algo que considero o que de mais grave ocorreu até agora. Por quê? Em primeiro lugar, porque o assunto envolve o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que, pela função que exerce, pelo passado de grande advogado, ex-Presidente da OAB, é a pessoa do Governo a quem caberia defender o sigilo da conta do caseiro, o que é praticamente uma cláusula pétrea, ou seja, uma cláusula cujo descumprimento é de extrema gravidade.

O que considero de mais grave, que consta da matéria da revista **Veja**, já confirmado pelos participantes? O sigilo bancário do caseiro foi divulgado no dia 18 – ou 17 –, numa sexta-feira, no *site* da revista **Época**. No dia 26, portanto uma semana depois, todos já sabiam quem havia divulgado a notícia. O próprio Presidente da Caixa a divulgou. Foi ele quem teve acesso, ele quem pediu aos funcionários para terem acesso às informações. Portanto, ele sabia que havia sido ele. É claro: se eu faço algo, quem mais sabe quem o fez sou eu. Então, na realidade, ele sabia que havia sido ele.

O que aconteceu? Houve uma reunião na casa do Ministro Palocci entre este, o Presidente Mattoso, o advogado Arnaldo Malheiros Filho e o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Essa reunião, a meu ver, é o fato mais grave que ocorreu até agora. Por quê? Porque se tratava de um Ministro da Justiça – que, teoricamente, é o defensor da Constituição dentro do Governo – que se reuniu com os dois acusados e com mais um advogado, seu amigo, que ele levou para que fizesse a defesa dos dois nesse processo.

Na realidade, creio que essa é uma operação que não faz parte das atribuições do Ministro da Justiça, porque não cabe a ele, mesmo sendo um grande advogado, mesmo sendo um grande criminalista, defender os membros do Governo. Para defender o Governo, existe o Advogado-Geral da União; e, para defender os membros do Governo, cada um tem de ter o seu advogado ou o do seu próprio Ministério. Mas o Ministro da Justiça não deve reunir-se com um advogado para que este seja contratado.

Certamente, durante todo esse período, deve ter sido discutida qual a estratégia que deveria nortear a defesa, tanto do Ministro Palocci quanto do Presidente Mattoso. E, diga-se de passagem, hoje em dia, os dois, de certa maneira, se acusam mutuamente pela responsabilidade do vazamento dessa informação.

O Ministro Palocci recebeu o papel. Depois disso é que a notícia foi divulgada. Por outro lado, o Presidente Mattoso já confessou que foi ele quem pediu a quebra do sigilo do caseiro. No entanto, o que acontece? O Ministro da Justiça se reúne com os dois, juntamente com outro advogado, para orientar a defesa dos dois.

Fiz um requerimento à Mesa da CPI dos Bingos pedindo para que o advogado Arnaldo Malheiros Filho viesse depor naquele Colegiado, já que ele não é advogado das partes – ele não aceitou fazer a defesa das partes –, para que ele diga o que, efetivamente, aconteceu naquela reunião. O Ministro virá aqui – já existe um requerimento dele em que já se ofereceu para vir. O Ministro Palocci e o Presidente da Caixa também já depuseram perante a CPI – e poderão vir depor novamente, principalmente o Presidente da Caixa. E nós, então, poderemos, a partir daí, tirar uma conclusão do que efetivamente aconteceu.

Foi grave, foi muito grave que o Ministro da Justiça, que é um advogado que todos aqui admiramos...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – (...) tenha participado dessa reunião e, portanto, tenha orientado ou pelo menos discutido a orientação da defesa dessas duas pessoas que estão sendo incriminadas por algo tão grave: o Ministro Palocci e o Presidente Mattoso. Não é atribuição do Ministro da Justiça defender, ajudar a defender ou indicar advogado para pessoas do Governo que estejam sendo acusadas. Isso é lamentável e é uma questão que precisa ser muito bem explicada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – So-lícito a V. Ex^a a minha inscrição, pela Liderança do PFL, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna por cinco minutos, como Líder, conforme o Regimento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando eu militava – do que tenho muita saudade – como professor de universidade, eu dizia aos meus alunos que sempre podemos aprender com alguém. Por melhor que sejamos numa área, há sempre alguém, neste mundo, que saberá fazer melhor do que nós. Por isso devemos ter a humildade de prestar atenção em como as pessoas estão se desin-cumbindo das suas rotinas, do seu trabalho.

Neste final de semana estive no meu Estado e recebi uma dessas lições, uma lição interessante, que eu não poderia deixar de contar aqui, exatamente, Sr. Presidente, para ver se esse exemplo frutifica, para ver se esse exemplo facilita a vida dos brasileiros, que já é tão complicada, com uma carga alta de impostos, com todas as dificuldades com as quais vivemos.

Dou como exemplo aqui o caso da cidade de Souza **versus** o Governo do Estado da Paraíba. A cidade de Souza, descontente com o tratamento que estava recebendo, na distribuição de água, da Companhia de Águas e Esgotos de Paraíba, Cagepa, baixou uma norma, entrou na Justiça e ganhou a administração da água e esgoto da cidade de Souza.

O Departamento de Água e Esgoto de Souza – eu estava observando isso no final de semana – criou um fato interessante: colocou a organização como empresa sem fins lucrativos. Com isso, deixaram de incidir sobre as contas quaisquer impostos, o que lhe permitiu não cobrar de ninguém o fornecimento de até 40 metros cúbicos de água, que é útil e imprescindível à vida das famílias. Não cobra porque foi isenta do pagamento de impostos inteiramente, uma vez que transformou a organização em empresa sem fins lucrativos.

O segundo ponto interessante é que ele criou algo para que não mais houvesse aquela tradicional conta que se tem de pagar: ou se paga, ou se corta a água. Ele criou uma conta corrente entre o consumidor e o Departamento de Águas e Esgoto. O que acontece? Se o cidadão não tem a quantia total para efetuar o pagamento naquele mês, pode-se pagar a metade, pelo menos a metade, ficando a outra metade para o mês seguinte, sem juros, se se pagar em trinta dias. Isso facilitou mais ainda a vida dos usuários.

Achei esse exemplo muito interessante. Primeiro, retirou-se um bem que é imprescindível à vida – a água

– das contas dos bens que podem ser tachados. Segundo, criou-se não uma conta inflexível – que se deve pagar no dia tal, senão o cidadão leva multa – mas uma conta corrente entre o Departamento de Águas e Esgoto e o cidadão usuário. Com isso, ainda há um conselho: “reduza a sua conta que você consegue saldar a sua dívida, ou seja, gaste menos água tratada”.

O Prefeito Salomão Gadelha, uma pessoa criativa, deu-me duas lições: a primeira relativa à guerra que existe permanentemente entre Estados e Municípios. Todos sabem que a Constituição estabelece que a distribuição de água é um direito da prefeitura. No entanto, os Estados, por varias razões – ou porque instalaram os equipamentos, ou porque fizeram as obras, ou por isso, ou por aquilo – são os que fazem a distribuição na maioria dos Estados do Brasil. Há algumas prefeituras que são independentes, sim; mas, na Paraíba, não havia nenhuma. Aquela está sendo a primeira que, ganhando na Justiça esse direito, deu estes exemplos ao País: isentou inteiramente a conta de impostos; segundo, não cobra até 40 metros cúbicos de água; e, terceiro, criou uma conta corrente. Não é preciso se pagar a conta toda naquele dia se não se tiver dinheiro, mas pelo menos até 50%. E, até 30 dias, não se pagam juros. A partir daí, há um incremento, mas achei a fórmula interessante e estou fazendo a transferência desse **know how** paraibano, da cidade de Sousa, cujo Prefeito é Salomão Gadelha, para que outros Prefeitos pensem acerca dessa ação, que minorou o sacrifício dos sertanejos daquela cidade. Eles têm dificuldade de pagar as suas contas normais, mas, agora, contam com esse elemento facilitador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, por dez minutos e mais dois de prorrogação, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar de um assunto que é muito importante para a nossa região amazônica, para o meu Estado, Roraima, e para o de V. Ex^a, o Amapá.

Há anos, venho defendendo, neste Senado, o fortalecimento do transporte aéreo brasileiro. O Brasil, um país continental, depende muito do seu sistema de aviação comercial, e é com preocupação que vemos a situação vivida pela companhia Varig. Nesta semana, ao longo de vários dias, a mídia noticiou problemas operacionais, dificuldades de vôos, enfim, fatos lamentáveis que a Varig está vivendo.

Venho, hoje, a este plenário, primeiro para externar a posição de que é fundamental que se procurem fórmulas, não com recursos próprios, mas mecanismos

que, efetivamente, façam com que as empresas aéreas brasileiras possam-se estruturar melhor, competir em igualdade de condições com empresas internacionais e cumprir a sua finalidade, que é transportar brasileiros ao longo de todo este País.

Represento, moro e vivo no Estado de Roraima e para se chegar a ele gastam-se quatro horas e meia de voo, o que demonstra a importância que a aviação tem, principalmente para lugares mais distantes como os nossos, Senador Gilvam Borges.

Quero, ao par de fazer esses votos, insistir para que se flexibilizem caminhos para que a Varig continue a voar ou para que sua ação seja assumida por outras empresas brasileiras que tenham condição de prestar o serviço.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não, concedo um aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Quero parabenizá-lo por essa sua preocupação que também foi minha, como Senador, desde o primeiro momento: ver uma solução para esse grave problema da Varig. Trata-se de uma empresa nacional da maior importância, num setor altamente estratégico, que é o transporte aéreo. Veja bem V. Ex^a que todas as empresas antigas do Brasil ou faliram ou estão em situação difícil. É o caso da Transbrasil, da Vasp e, agora, à beira de ser o da Varig. Somente as empresas novas, recém-implantadas, estão sobrevivendo, porque não têm um passivo gerado lá atrás, inclusive por uma intervenção indevida da União com relação às tarifas. Estive com o Ministro Viegas, que era o Ministro da Defesa no início do Governo Lula, depois, com o Vice-Presidente José Alencar. Houve várias propostas para que o Governo desse uma palavra de alento – e a Varig tem créditos junto à União, isso está na Justiça – e abrisse uma linha de crédito no BNDS. Várias possibilidades foram aventadas, mas houve uma insensibilidade total desse Governo, Senador Romero Jucá. Lamentavelmente, a Varig foi entregue à própria sorte. No início, o Ministro José Dirceu queria entregá-la a TAM. Isso não foi possível porque os próprios funcionários reagiram. Posteriormente, simplesmente lavaram as mãos para o assunto. Quero-me solidarizar com V. Ex^a, pois se trata de um problema nacional e todos estamos sofrendo, mas não vejo o Governo se mobilizando para qualquer ação. Ouvi o novo Ministro da Fazenda declarar que uma concessionária não pode receber recursos do Governo. Desse jeito, vamos assistir à situação falimentar da Varig. Vamos perdê-la e ficaremos com duas companhias de porte, a Gol e a TAM. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador César Borges. Realmente, esse é um assunto extremamente delicado, complexo e de solução difícil. De certa forma, não cabe mais a injeção direta de recursos públicos numa empresa, como se fazia no passado, e é por isso que o Governo, a própria direção da Varig, os segmentos que complementam o setor e os credores precisam buscar uma solução criativa que, realmente, construa a possibilidade de a Varig continuar voando e atendendo a população brasileira.

Quero registrar, Sr. Presidente Gilvam Borges, que estou preocupado com a situação de Roraima, para onde existem dois voos, um da Varig e outro da Gol. Se houver algum tipo de problema com o da Varig, a capital de Roraima, Boa Vista, ficará extremamente prejudicada. Assim, há tempos tenho tratado com o presidente da TAM, Marco Antonio Bologna, a possibilidade de um voo da empresa até Boa Vista.

Quero anunciar, hoje, que a TAM está programando voar para Boa Vista a partir de junho ou julho e, se houver qualquer tipo de problema com a Varig, ela cobrirá imediatamente esse roteiro, exatamente para não prejudicar os moradores de Roraima, a população que precisa ser assistida.

Para V. Ex^{as} terem uma idéia, em casos de urgência por problemas de saúde, o paciente só sai de avião. Uma maca é instalada no avião comercial e as pessoas são transportadas. Então, além do deslocamento das pessoas, o sentido da vida está muito presente no transporte aéreo da Amazônia, em especial no Estado de Roraima.

Dessa forma, a empresa TAM anunciou a disposição, entre junho e julho, de colocar um voo regular para a nossa capital, Boa Vista, mas se houver algum tipo de problema, de questionamento, de paralisação do serviço da Varig, a TAM tem condições de entrar imediatamente. Isso me foi afirmado hoje pelo presidente da empresa, Dr. Marco Antonio Bologna, que tem sido um parceiro de toda a Amazônia, ampliando os voos para a região.

Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É muito difícil ouvirmos o discurso de V. Ex^a, principalmente quando o aparte do nobre Senador da Bahia encara um significado muito importante. O Chefe da Casa Civil de então queria por que queria que a TAM adquirisse a Varig. Falava numa fusão, mas, nela, o controle do capital seria da TAM. Aí, não houve entendimento. A Varig vem sofrendo – ela que foi considerada, das empresas do mundo, a mais moderna, a de melhores serviços – desde o Governo Collor. Todos os países importantes têm uma empresa internacional que voa

para o exterior. A França tem uma, a Alemanha tem outra, a Itália tem outra, a Inglaterra tem outra e nós tínhamos a Varig, que prestava um serviço excepcional. Então, o Sr. Collor liberou para todas as outras empresas os vôos internacionais. Isso fez com que, de repente, se iniciasse o ciclo de dificuldades que a Varig atravessa. Posteriormente, numa época em que a inflação estava estourada, o Governo controlou o preço das passagens. Isso praticamente levou à lona as empresas de aviação. Então, a Varig vem tendo uma antipatia por parte do Governo. Esse Governo que está aí, por exemplo, entendo que tenha simpatia pela TAM. Ele começou junto com a TAM e, lá no início, quando o PT era pequeno, a empresa fazia uma série de concessões e simpatias. Mas daí a querer entregar a Varig em troca disso é muito grave. Agora, o que está acontecendo, o Governo assistir a bancarrota de uma empresa como a Varig, não intervir nela, não tomar posição, inclusive entregar a empresa a um controle especial para desenvolvê-la e levá-la adiante, é algo realmente dramático. A Varig adquiriu um nome em nível internacional, e destruí-lo é algo muito triste. E olhem que foi com dezenas e dezenas de anos, com dezenas e dezenas de vôos feitos pelo mundo inteiro, com qualidade de primeiríssima classe, que a Varig conseguiu o que está conseguindo! Penso que V. Ex^a não tinha outra coisa a fazer, pois, se vai desaparecer o vôo para seu Estado, será necessário pedir que outra companhia aérea ali atue. Até entendo isso, mas é doloroso constatar aquilo a que estamos assistindo: V. Ex^a vai levar a TAM para lá – e deve fazer isso mesmo –, outros vão levá-la para outro lugar, e a Varig está em véspera de, em um ou dois meses, desaparecer. E o Governo assiste a isso sem tomar providência, sem fazer o mínimo necessário para que uma empresa dessa natureza continue funcionando. Trago minha solidariedade à Varig. Até entendo – “em casa que não tem pão, todo mundo tem razão” – as divergências, as disputas existentes entre funcionários, aviadores, pilotos e sei lá mais o quê, mas a verdade é que estamos assistindo a uma empresa da tradição e da história da Varig se afundar, como se esse fosse um filme no qual não tivéssemos participação alguma. Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Com precisão, V. Ex^a diagnosticou as questões, os problemas vividos pelas empresas aéreas brasileiras. É bom lembrar, como fez V. Ex^a, quanto à questão do congelamento de preços e da quebra econômica e financeira do custo das passagens, que existem ações no STJ em que se discutem indenizações de empresas

por conta desse tipo de desequilíbrio. A Transbrasil já tinha ganhado por uma questão de prazo, e a Varig e a TAM estão...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – A Varig já ganhou. O que há é um recurso, desses para ganhar tempo, para não pagar. É o que o Governo está fazendo. Repare V. Ex^a que, na situação dramática em que está a Varig, o Governo entrou com um recurso que não tem significado algum. Todo mundo sabe que a Varig vai ganhar, mas o Governo entrou com esse recurso exclusivamente para ganhar tempo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero, antes de concluir, Sr. Presidente, falar também de coisas boas e registrar o início das obras da Infraero no Aeroporto Internacional de Boa Vista, obras que, neste primeiro momento, perfazem o valor de R\$6,3 milhões, que vão ampliar o terminal de passageiros, que vão dobrar a área de estacionamento, que vão dobrar o número de balcões de *check-in* e que vão mais do que dobrar os pontos comerciais a serem instalados no Aeroporto. Além disso, serão instalados o serviço de elevadores, o que, até então, não havia – portanto, beneficiando os portadores de deficiência física –, e o sistema de detecção de incêndio. Registro também que, para o ano de 2007, mais R\$9 milhões serão investidos na melhoria do Aeroporto.

Portanto, a Infraero, que realiza um trabalho tão importante em todo o Brasil, que já construiu tantos aeroportos, como o de Macapá e o de Palmas, está chegando também para melhorar o Aeroporto de Boa Vista. Não é ainda o que queremos, mas, sem dúvida, é uma melhoria importante a ser registrada.

Gostaria de registrar meus cumprimentos à direção da Infraero, ao ex-Presidente, Senador Carlos Wilson Campos, que deixou a empresa há alguns dias e que tão bem a presidiu. Boa Vista agradece a melhoria no seu Aeroporto, que tem um caráter geopolítico muito importante, já que está situado acima da linha do Equador e que pode funcionar na integração de toda a região com os vôos das empresas nacionais brasileiras, uma vez que a Venezuela entra no Mercosul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

INFRAERO

Aeroporto de Boa Vista

Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros

Objeto: Reforma e ampliação do terminal de passageiros, reurbanização do acesso e construção de edificações complementares.

- ❖ Valor do contrato: R\$ 6,3 milhões
- ❖ Empresa contratada: ~~Concreta~~ Engenharia e Construções Ltda
- ❖ Início da obra: 13/01/2006
- ❖ Previsão de conclusão: 13/06/2007

Características técnicas:

- ❖ Terminal de Passageiros: 4.960 → 7.000 m² *ampliação*
- ❖ Capacidade: 270 mil → 330 mil passageiros/ano
- ❖ Estacionamento: 152 → 235 vagas *- dobrar*
- ❖ Check-in: 06 → 12 balcões *- dobrar*
- ❖ Pontos comerciais: 07 → 17 *+ dobrar*

Descrição sucinta:

Substituição completa de revestimentos e sistemas elétricos, climatização do saguão, instalação de elevador, cobertura do meio-fio, construção de reservatório elevado, aumento das posições de check-in, aumento do número de vagas no estacionamento e construção de guaritas.

Principais equipamentos e sistemas a serem implantados:

- ❖ Elevador de acesso à área administrativa, mirante e órgãos públicos *- definir*
- ❖ Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio
- ❖ Fraldário
- ❖ Sala para bagagens extraviadas
- ❖ Sistema de cabeamento estruturado
- ❖ Sistema de proteção contra descargas atmosféricas

Histórico operacional do aeroporto:

Movimento Operacional de SBBV - 2000 A 2005

ANO	Aeronaves (unid.)			Passageiros (unid.)		
	Domest.	Intern.	Total	Domest.	Intern.	Total
2000	12.526	445	12.971	105.305	295	105.600
2001	12.984	794	13.778	111.759	2.431	114.190
2002	8.809	516	9.325	102.397	4.345	106.742
2003	5.799	448	6.247	83.013	4.698	87.711
2004	6.697	345	7.042	111.152	2.871	114.023
2005	7.373	545	7.918	140.495	3.991	144.486

Principais investimentos efetuados nos últimos 5 anos:

2001: Climatização do desembarque doméstico;

Construção de marquise no lado ar do TPS.

2002: Construção de área de treinamento para exercício com fogo

Selamento de juntas no pátio de aeronaves

2003: Construção de via de acesso ao queimador de lixo e cloaca

Adequação da sinalização horizontal do pátio de aeronaves

2004: Fornecimento e instalação do sistema de TV vigilância

Fornecimento e instalação de sistema de som

2005: Construção de novo poço artesiano

Total dos investimentos efetuados entre 2001 e 2005:

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL
R\$ x mil	354,07	425,98	1.332,74	419,77	83,83	2.616,38

Principais investimentos previstos nos próximos 5 anos:

- ❖ Reforma e ampliação do terminal de passageiros
- ❖ Construção de cercas patrimonial e operacional
- ❖ Recuperação da pista de pouso, de táxi e pátio de aviação geral
- ❖ Sinalização vertical da pista de pouso
- ❖ Construção do terminal de carga

Total dos investimentos previstos entre 2006 e 2011:

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
R\$ x mil	1.630,30	9.125,70	2.825,00	4.585,00	3.535,00	21.701,00

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon por dez minutos, com mais dois minutos de prorrogação. Em seguida, pela ordem de inscrição, concederei a palavra aos Senadores Mão Santa e Eduardo Azeredo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero prestar minha solidariedade ao Senador Romero Jucá.

A imprensa está contando os dias para dizer quando a Varig fechará suas portas, e, de maneira fria, o novo Ministro da Fazenda diz que nada tem a ver com a questão. Volto a repetir que o início das dificuldades que a Varig atravessa se deu quando da intervenção absurda e ridícula do Governo.

A Varig, como empresa brasileira voltada para o exterior, tinha uma atividade de primeiríssima classe. Era considerada uma das melhores empresas do mundo. Cada empresa internacional representa um país. Não há um país com duas empresas internacionais. Cada país tem a sua empresa, e nós tínhamos a Varig.

O Presidente Collor resolveu permitir que aviões de outras empresas nacionais voassem para o exterior. A cada vôo que ia para o exterior, era permitido que viesse para o Brasil um novo vôo de uma empresa estrangeira.

Lembro-me de que o vôo mais lucrativo da Varig era o de São Paulo para Nova Iorque. O Governo concedeu para outra empresa brasileira o vôo São Paulo/Brasília/Washington/Nova Iorque a um preço inferior, e é evidente que caiu, e muito, o vôo da Varig.

Nesses anos, a Varig e as outras empresas tiveram de trabalhar com preços de passagem reduzidos por um tabelamento ilógico, porque tudo aumentava menos a passagem. Já ganhou na Justiça há muito tempo, mas sabemos que a Justiça brasileira, quando não quer que alguém pague – e, de fato, não paga –, vem recorrendo, e o recurso é feito tão exclusivamente para que não se pague. E os anos passam. Só aquela verba que a Varig tinha a receber, há dois anos, representava o pagamento de toda a sua dívida; hoje, não sei como isso está. O que sei é que, hoje ou amanhã, em aviões locados, 300 funcionários da Varig virão a Brasília solicitar que algo seja feito, e acredito que alguma coisa realmente deve ser feita.

Faço um apelo à Chefe da Casa Civil, que, no Rio Grande, conhece – e conheceu muito bem – a nossa Varig. É a pessoa que, talvez, hoje, tenha a autoridade, porque sei que já participou desses trabalhos, para ajudar no sentido de que a Varig não encontre no

fechamento das portas, no sucateamento do que ela tem, a saída para a situação em que se encontra.

Sr. Presidente, fui daqueles que ficaram muito satisfeitos com o resultado da CPMI dos Correios. Eu estava vivendo uma angústia, porque via o tempo passar e parecia que, nos Correios, iria acontecer o mesmo que aconteceu na CPI do Banestado. Naquela CPI, havia a mesma disputa entre dois Partidos: o PSDB queria fazer a discussão e o debate sobre a situação do Banco Central, do Banco Agrícola e de tudo o mais, e o PT queria ver a situação à época do Governo anterior. O Relator, Deputado José Mentor, fez um parecer em que deixou de lado tudo que se referia ao Governo atual e colocou apenas o Governo do PSDB. Os ex-presidentes do banco, diretores, absurdos que aconteceram, tal qual o caso da diretora que foi condenada na CPI do Sistema Financeiro por formação de quadrilha, denunciada pelo procurador – o seu caso está no Supremo Tribunal Federal –, e nada aparecia no relatório. Então, o Presidente da Comissão fez um relatório paralelo, substituto; e os dois foram para votação. Eu pedi vista e apresentei um terceiro relatório, no qual inseri tudo o que o PT dizia do Governo anterior e tudo o que o Governo anterior dizia do atual Governo. O que aconteceu? Passou o tempo, e nada foi votado.

A CPMI dos Correios ia terminar assim.

Trago um abraço fraterno ao Presidente e ao Relator. Eles assumiram com muito pouca credibilidade. Era uma nomeação governista feita para tocar adiante, sem se decidir nada, mas a atuação de S. Ex^{as} foi excepcional! A imparcialidade do Presidente e a firmeza do Relator levaram a um resultado realmente importante.

É claro que nós sabemos que a CPMI e o relatório abordam um percentual das coisas que aconteceram, ainda mais quando se trata de uma CPMI cujo trabalho foi, de certa forma, dificultado e complicado pelo Supremo Tribunal Federal. Eu nunca tinha visto isso! As pessoas me abordam nas ruas: “Como é que o Supremo dá um **habeas corpus** para que o cidadão que vai depor poder mentir, não ter a obrigação de dizer a verdade?” Em meio a isso, em meio à luta que se fez entre os dois Partidos, de novo, o Relator, Deputado Osmar Serraglio, apresentou um parecer espetacular: respeitoso, sério e firme. S. Ex^a poderia ter denunciado o Presidente da República. Elementos há, muitos mais do que tínhamos quando denunciávamos o Sr. Collor. O que apresentamos para denunciar o Sr. Collor e pedir o seu *impeachment* é uma gota d’água perto do que se tem nesta CPMI. Mas o PT não ficou contente e apresentou um outro parecer, cujo objetivo era um só: “amanhã, termina o prazo da CPI dos Correios; e, não

se votando na quinta-feira, tendo em vista os dois pareceres e pedido de vista, não se votará mais”. Vejam o **quorum** hoje: 22 pessoas! Quanto teríamos, se o próprio PT não estaria presente para permiti-lo?

Foi firme o Presidente. Fez o que devia ter feito: salvou a honra do Congresso Nacional. Poderão dizer tudo, menos que foi uma pizza geral comandada por todo o Congresso. E agiu bem o Presidente do Senado, arquivando, não aceitando o pedido do PT para anular a decisão do Presidente.

Estamos indo por um caminho que nos levará a algum lugar. Foi conclusa a parte do Sr. Ministro da Fazenda, que todos – inclusive eu – achávamos que era um homem que vinha mantendo a respeitabilidade do Governo. É claro que divergindo, como divergimos da política econômica do Governo, somos obrigados a reconhecer que ele a vinha levando adiante.

Eu disse desta tribuna, quando apareceu o caseiro, que Deus existe, e, como no Collor apareceu o motorista, aqui apareceu o caseiro para desmentir o Ministro e toda sua gente e colocar a verdade no lugar.

Agora, vivemos uma situação, e felicito o Ministro da Justiça por se antecipar. Enquanto o PT discutia, tentando evitar que viesse depor, S. Ex^a se predispôs a depor aqui no plenário. Acho que o Ministro da Justiça está certíssimo em vir aqui depor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei um aparte, com o maior prazer.

É uma pessoa que também admiro, que vem trabalhando e se esforçando: o Ministro da Justiça. Mas esse caso S. Ex^a terá de explicar. Vai ter que explicar! Quem fala, quem depõe é um advogado do Ministro da Fazenda, que diz que foi indicado para o Ministro da Fazenda pelo Ministro da Justiça. E esse advogado, que diz que foi indicado para o Ministro da Fazenda pelo Ministro da Justiça, afirma que tiveram uma reunião – o Ministro da Justiça, o Ministro da Fazenda, o Presidente da Caixa Econômica, e ele, advogado – em que se tratou da defesa do Ministro da Fazenda.

Cá entre nós, com todo o respeito, não cabe ao Ministro da Justiça... Claro que não estou discutindo. Eu não quero nem discutir, pois são dois colegas. Os dois são Ministros: um é da Fazenda, e o outro, da Justiça. O Ministro da Justiça é um dos melhores advogados do Brasil, respeitado e com muita credibilidade. Se, lá pelas tantas, o Palocci telefonou dizendo: “Olha, me arrume um advogado”, e ele arrumou; nisso, não vejo nada demais. Se o Palocci telefonasse para mim, eu escolheria alguém. Agora, a reunião realizada na residência com o Ministro da Fazenda, o Ministro da Justiça, o Presidente da Caixa Econômica e os fun-

cionários do Ministério da Fazenda, isso é delicado e extrapola a missão do Ministro da Justiça.

Pois, não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, comungo com V. Ex^a esse elogio à iniciativa do Ministro Márcio Thomaz Bastos de comparecer aqui, ao plenário. V. Ex^a acompanhou que, em diversas situações em que surgiram dúvidas a respeito de Ministros de Estado, eu sempre fui muito favorável a que S. Ex^{as}, de pronto, se colocassem à disposição; o que aconteceu, por exemplo, em 2004, quando surgiu o episódio Waldomiro Diniz, e eu sugeri ao Ministro José Dirceu que viesse aqui, ao Senado. No meu entender, isso teria contribuído muito para desanuviar o ambiente tenso que vivemos por meses aqui e, possivelmente, teríamos, depois, evitado muitos dos problemas que se sucederam. Acredito que o Ministro Márcio Thomaz Bastos terá a disposição de explicar todas essas questões que V. Ex^a aborda com muita acuidade. É mais que natural que possa responder a respeito. Tenho a confiança de que S. Ex^a vai dar explicações satisfatórias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tomara!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Faço ainda uma ponderação: tendo sido V. Ex^a uma das pessoas que, ao longo de toda a minha convivência, sempre esteve atento aos problemas da aviação comercial civil, especialmente da Varig, até por causa da sua origem no Rio Grande do Sul, acho muito importante, qualquer que seja a decisão tomada pelo Governo brasileiro, que isso se dê de maneira muito transparente para o Congresso Nacional, para todos aqueles que, de alguma maneira, respondem pela Varig, desde a sua direção – os pilotos, os aeronautas, os aeroviários – e, obviamente, para os passageiros e o povo brasileiro. Avalio que esse problema será resolvido. Que o Ministro da Defesa, a Aeronáutica, a Anac e todos os responsáveis possam trazer a solução que está por ser colocada de maneira muito aberta e transparente para que não se sucedam, posteriormente, situações como a que ocorreu com a Pan Air durante o regime militar – naquela ocasião, até em benefício da Varig – ou outras situações como a caracterizada no filme “O Aviador”, quando a Pan American queria de toda maneira assumir o controle de TWA, agindo de maneira a passar por cima até mesmo do Congresso Nacional. A transparência, nesse caso, será também o melhor para o destino não somente da Varig, mas de todas as empresas aéreas que com ela competem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Com relação à Varig, lembro que me referi à Ministra Dilma Rousseff, mas, hoje, está no Ministério da Defesa, o meu e seu amigo Waldir Pires,

que conhece esse problema e, penso, tem condições de ajudar. O ex-Ministro da Defesa – o atual Vice-Presidente – tentou ajudar e chegou a avançar o sinal. Foi quando o Presidente Lula mandou-o voltar atrás. E a promessa que fez e a solução que apresentou resolveriam a questão, mas o Presidente Lula disse que não aceitava.

Parece que há uma certa antipatia do Governo pela Varig. Com relação ao ex-Ministro da Casa Civil, essa situação ficou clara. Ele queria entregar a Varig à TAM. Essa era a disposição de Governo que existia, mas agora não é isso. Com sinceridade, posso dizer que agora não é isso. Espero que o Governo tome uma posição.

Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a pela tolerância, digo que o Senado vive realmente o primeiro dia da Semana Santa. Há muito silêncio, muita meditação. Alguns não estão presentes porque devem estar rezando em seus gabinetes. Com base nesse sentimento, quero chamar a atenção, agora, para um momento muito importante.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, concede-me V. Ex^a um aparte? Desculpe-me interrompê-lo.

Sr. Presidente, levando em conta a frequência de Parlamentares hoje, creio que não seria pedir muito que fossem cedidos alguns minutos a mais ao Senador Pedro Simon para que eu possa participar do debate.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Com certeza, Senador Cristovam Buarque. Vou conceder mais três minutos para o aparte de V. Ex^a e a conclusão do discurso do Senador Pedro Simon.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, vou tentar ser rápido e concentrar-me em um dos aspectos do discurso de V. Ex^a: o caso da Varig. Creio que o assunto merece um debate profundo do Senado, porque o que está em jogo – e fico feliz de V. Ex^a abordar o problema – é mais que a dissolução de uma empresa; é o desemprego de seis mil trabalhadores. O problema é ainda mais grave que a situação em si. Trata-se da dissolução do Brasil no cenário mundial da globalização. Não estamos vendo apenas uma empresa que se desfaz, mas um símbolo nacional que desaparece. Durante os últimos anos o Brasil foi privatizando empresas que simbolizavam o Brasil. Agora, como essa empresa é privada e não se pode privatizá-la, deixamos que ela se acabe. Isso é uma irresponsabilidade com o futuro do Brasil. Nós temos que salvar a Varig, obviamente exigindo que a própria empresa faça esforços para encontrar um caminho permanente, para que não fique sempre dependendo de governos. Mas eu queria, Senador Pedro Simon, que fizéssemos algo mais do que o seu discurso, que

é importante, mais do que o meu aparte, que fizéssemos algo mais concreto. Por que não, aproveitando a manifestação favorável do Senador Eduardo Suplicy e de V. Ex^a, não fazemos um documento nosso, assinado pelos Senadores? Se conseguirmos que 81 Senadores aprovem uma requisição ao Presidente da República, para que interceda para salvar a Varig, não é possível – com 81 Senadores assinando o documento – que isso fique engavetado. Eu quero propor que V. Ex^a lidere, até como Senador do Rio Grande do Sul, de onde é a Varig, um movimento dos Senadores da República para salvar a Varig.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço. Tenho convicção de que é o mínimo que podemos fazer. Pelo menos é mostrar a nossa parte. Estarei à disposição para fazer esse trabalho.

Mas o que eu queria dizer, Sr. Presidente, é que o documento da CPMI chega hoje às mãos do Procurador-Geral da República, um homem que tem as maiores credenciais, que foi aprovado pela unanimidade desta Casa e que tem o apoio unânime dos procuradores deste País. Ele será o condutor. Durante muito tempo, Sr. Presidente, a Nação olhou para o Congresso Nacional, e, como este órgão faz muito barulho com duas televisões, parecia que resolveríamos o problema. Convém que se entenda que esta Casa fez exatamente o que podia fazer: fez o processo, fez a denúncia, deu os nomes e mandou ao Procurador. Agora, a palavra está com o Procurador. Durante os oito anos do Governo do Sr. Fernando Henrique, o Procurador, Sr. Geraldo Brindeiro, arquivou os processos. Não os leu. Não denunciou. Não mandou de volta para pedir melhores informações. Deixou-os na gaveta. Oito anos! A CPI terminava, os processos iam às mãos do Procurador, e este os colocava na gaveta.

Agora, vamos iniciar uma outra época. O Procurador, que ocupou os dois anos do Sr. Lula, teve uma atuação nota 10, corajosa. Se era para denunciar o Presidente do Banco Central, denunciou; se era para denunciar o Presidente do Senado, denunciou; se era para denunciar o Senador, denunciou; fez o que tinha de fazer, e não era um caso tão sério como esse.

Nas mãos do Procurador-Geral da República, estão os próximos passos. E eu, que tenho o maior respeito, a maior admiração e o maior carinho pelo atual Procurador-Geral da República posso dizer: confio que ele fará o que deva ser feito. Se tiver de pedir maior diligências, vai pedir; se tiver de pedir arquivamento, é homem de pedir; mas, se tiver de denunciar, é homem que vai denunciar. O Brasil olha para ele, e eu, daqui, espero que, desta vez, esta CPI gere conseqüências. E as únicas conseqüências que pode haver, meu povo do Brasil, é exatamente esta.

Fizemos a nossa parte com sangue, suor, com garra do Presidente da Comissão, do Relator da Comissão, concluímos, entregamos nas mãos do Procurador. A palavra está com o Procurador que já se reuniu com uma equipe de técnicos, de procuradores, chamou para junto de si uma série de procuradores para fazer o estudo profundo da área e dizer que vai dar uma resposta. Essa resposta sairá. Daqui a algum tempo vamos ver a denúncia dessas pessoas ir adiante.

É importante, Sr. Presidente, porque tenho visto pesquisas por aí onde a pergunta é uma só: o senhor acredita que haverá punidos? Noventa por cento diz que não. Aham que colarinho branco não tem punição. Esta Casa fez o que podia ter feito. Suou, foi difícil. V. Ex^a estava lá, trabalhou muito mais do que eu, que não pude nem participar da Comissão como membro. V. Ex^a viu como foi difícil – cada um de nós tem o seu partido, tem a sua idéia – encontrar uma média do pensamento que fosse boa para o Brasil. Não foi fácil, mas se conseguiu.

Mas o Procurador pode avançar e se aprofundar com mais facilidade do que nós. O relatório que mandamos não é o limite: “é isso ou mais nada”. Não! O Procurador pode aprofundar, pode chamar à colação, pode levar adiante. Mas tenho a convicção de que as conclusões da CPI não vão ficar na gaveta do Procurador-Geral como ficaram oito anos na gaveta do Sr. Brindeiro.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Sou eu quem agradeço, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pelo período de dez minutos, com tolerância de mais dois minutos, e, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador César Borges, que preside esta sessão de 10 de abril, segunda-feira, Senadoras e Senadores presentes, brasileiras e brasileiros presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Eduardo Suplicy, ligado pelo telefone a São Paulo e ao mundo, é o único do PT presente. O PT deixou de defender o Governo Lula.

Senador César Borges, saúde é a ambição de todos. A Organização Mundial de Saúde define saúde não apenas como a ausência de doença ou de enfermidade, mas como o mais completo bem-estar físico,

mental e social. Quando combatemos o pauperismo, estamos fazendo saúde.

A nossa Constituição, Senador Augusto Botelho, desmoralizada como nunca dantes por este Governo, reza no art. 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

E a nossa Constituição criou o SUS – Serviço Único de Saúde. Enfim, Senador Cristovam Buarque, a saúde deveria ser como o sol, igual para todos, mas não é.

Senador Eduardo Suplicy, atentai bem, ensine ao Lula! Cheguei aqui – diga para o Presidente – com as pernas do estudo e do trabalho, que foram amputadas no Governo Lula. Ele trabalhou muito pouco – sei que foi um acidente, perdeu um dedo –, aposentou-se e ficou no sindicato.

Quero dizer que nunca dantes – e formei-me em medicina em 1966 e foi longo e sinuoso o caminho – um governo foi tão irresponsável com a saúde! Senador Rodolpho Tourinho, atentai bem, Rudolph Giuliani, o nome de V. Ex^a, ex-prefeito de Nova Iorque, tido como o maior líder administrador, queria ser Senador. Hillary Clinton ganhou a eleição porque, devido a um câncer, ele decidiu cuidar da saúde. Mas, em seu livro, o líder cita o que adverti o Lula, a obra **Reinventando o Governo**, de Ted Gaebler e David Osborne.

Bill Clinton, ao ver que era difícil e complicado governar na democracia, chamou os maiores *experts*, Ted Gaebler e David Osborne. Eu os conheci em uma conferência, Senador Eduardo Azeredo, do Banco do Nordeste do Ceará, no início do nosso governo – governamos juntos, Senador Cristovam Buarque.

David Osborne e Ted Gaebler dizem, em seu livro, que o governo não pode ser grande demais, pois, assim como um transatlântico, ele afunda. O Titanic, que era um transatlântico, afundou.

Senador Eduardo Suplicy, se V. Ex^a está conversando com gente do PT, não vai aprender nada, porque o que eles sabem, pelo seu caráter, V. Ex^a não irá seguir. Então, atentai bem, Senador Eduardo Suplicy, ele disse que afunda. No início do governo, Lula recebeu dezesseis ministérios e aumentou para quarenta. Desafio qual é o brasileiro que sabe o nome de seis dessas porcarias que aí estão! Não sei os nomes; ninguém os conhece. Faça o desafio!

Lula tirou do essencial. É como se diz em administração, o cobertor é curto. Ele tirou recursos dos

prefeitinhos, que tinham direito a 21,5% do Orçamento e passaram a receber 14,5%, dando a diferença para esses Ministros. Tirou da saúde, tirou da educação, tirou da segurança, para dar para umas porcarias que estão aí, que eu desafio quem saiba o nome de seis delas. Eu não sei e nem quero saber, tal a sua insignificância. Quem é que sabe? Tem 40 Ministros. Atentai bem, tirou da saúde e deu para esses ministérios!

Senador César Borges, V. Ex^a sabe que temos uma cadeia de hospital público, os filantrópicos e os privados contratados. V. Ex^a sabe quanto é um exame parasitológico de fezes? R\$1,65! Ô, Suplicy, exame de fezes tem reagentes, química, microscópio, e o SUS paga R\$1,65! Tal situação desmontou toda a cadeia hospitalar, mais da metade é privada na base desse convênio. Os hospitais filantrópicos, tipo Santa Casa, estão todos falidos.

Senador Suplicy, pelo amor de Deus, sabe quanto é uma consulta de um médico neste Governo sem moral, sem preparo, sem competência? É a cara do Lula: R\$ 2,50! Ô, Suplicy, pelo amor de Deus, V. Ex^a chegou aqui porque foi austero na Câmara Municipal. Não foi o PT que o trouxe aqui. O PT não traz ninguém para cá. Eu disse que não viria ninguém do núcleo duro.

Atentai bem: R\$2,50! Eu sou médico. Um médico, para ganhar R\$5 mil, Senador Rodolpho Tourinho, tem de dar duas mil consultas no mês. Como são vinte dias úteis, um clínico precisa dar cem consultas por dia. Olha o embuste, a imoralidade do PT fazendo propaganda! Cem consultas por dia a R\$2,50. Ô Azeredo, aprenda: R\$2,50. Para ganhar R\$5 mil um médico bom – um clínico, um endocrinologista, um neurologista – tem de dar duas mil consultas por mês, cem consultas por dia. Sabe quantas horas ele tem? Uma hora tem sessenta minutos, mas há casos complicados em que o médico leva quatro dias para chegar a um diagnóstico. Então, ele tem de trabalhar 16 horas e 40 minutos para garantir seu salário. E fazem essa palhaçada de dizer que cobraram mais, uma compensação. Cobrase mesmo! Quem é que pode viver...

Meu cabelo está cortado, e não há corte de cabelo por menos de R\$20,00. E a consulta custa R\$2,50. Lá no aeroporto de Teresina, eu paguei R\$5,00 para engraxar o sapato.

Está aí o descalabro: um raio-X de tórax, Lula, custa R\$10,00. O aparelho é importado e ainda existe o filme, o negativo. O exame de fezes custa R\$1,65 e requer material, os reagentes, a microscopia.

Esta é a realidade: a saúde só anda bem para quem tem um plano de saúde, como nós, Senadores. Aqui há muitos convites para os Senadores porque pagam tudo. E temos de descobrir. É por isso que estão

aqui votando essas medidas provisórias, e o Senador Eduardo Suplicy ninguém defende.

Se eu quisesse ir a São Paulo agora mesmo, eu vou. Mas para os pobres que estão na fila...

E o médico, Senador José Agripino? Eu era médico a goleiro, Senador César Borges, e quebrei dois braços. Naquele tempo dava. Hoje, custa R\$6,00 a R\$9,00 uma anestesia para redução. O médico sai no carro dele e, no meio do caminho, é logo assaltado, seqüestrado, porque o Governo não proporciona segurança. O médico tem de fazer duas mil consultas por mês para ganhar R\$5 mil do SUS.

Senador Eduardo Suplicy, estou aqui porque sei o que é isso. Cheguei até aqui e eduquei meus filhos todos, a minha família. Tenho 37 anos de casado com Adalgisa e vivia com dignidade, como médico.

Com essa tabela, esse Governo irresponsável, incompetente, enganador, gasta todo o dinheiro, tirando da saúde para fazer publicidade, para fazer propaganda. Está aqui pela roubalheira. Roubam, roubam e roubam. E os pobres coitados...

Ô, Suplicy, sabe o que está acontecendo? O retrocesso da Medicina no Brasil. Que saiam logo vocês do Governo! Os médicos não podem ficar com uma tabela dessas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu estou aqui e vivi à custa da Medicina. A vida era boa, eu ganhava bem, não tive dificuldades, vivi feliz com a minha família. Foi este Governo medíocre, incapaz, que só tem PhD mesmo em roubar e mentir!

Sabe quanto é uma cesariana, Suplicy? Cem reais. Lula tem noção do que é uma cesariana? Quanto tempo se gasta? Meia hora? Não, leva nove meses. Para se fazer uma cesariana tem de se atender a mulher desde o pré-natal, fazer exames e, lá na madrugada, se o neném não nasce naturalmente, faz-se a cesariana. Aí vem o pós-operatório. E o valor é de R\$100,00!

A estrutura pública está atendendo mesmo ao pobre? Está não! Só tem saúde quem tem plano de saúde, quem é rico, quem é como nós aqui. Aqui, basta pensar e toda hora me oferecem: “Você não quer ir para São Paulo, não?” Essa é uma malandragem que o Brasil tem de saber. Aí eu respondo que sou médico.

Facilidade só para nós, neste Governo. Eu sei o que é isso. São as filas. E os remédios? Farmácia Popular!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, eu ando com um talão de cheques e, na carteira, eu tenho R\$100,00, que é a do Juscelino, para eu me lembrar. Esse é o dinheiro mais importante!

Ô Lula, algum dia algum brasileiro vai andar com isso? Senador José Agripino, você que está perto de chegar à Presidência, é o Juscelino. Eu andei a vida toda, Senador Augusto Botelho, não foi com talão de cheques não. Foi com um livrinho da Ceme, onde listava todos os remédios gratuitos para os brasileiros.

Vou completar 40 anos de medicina. Se precisasse, era só ir buscar na farmácia do INPS, no pronto socorro, os remédios da Ceme. Eu trabalhava na Santa Casa, como Juscelino. Na Santa Casa de Parnaíba.

Então, eu não andava com talão de cheques no bolso, mas com o talão de remédios da Ceme: “Vá buscar, no INPS tem e de graça.” O povo era mais bem assistido. Hoje, está complicado!

Uma hemodiálise eram 4 dias. E, se os médicos não atendem, vem o Ministério Público. Então, eles resumem para dois. A sessão de quatro horas passou para duas. É um faz-de-conta! A saúde só é para quem tem plano de saúde, para quem é rico e para nós, Senadores.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho, também médico.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Mão Santa, ouço de V. Ex^a um grito pela saúde. V. Ex^a foi um médico que exerceu sua profissão com carinho e respeito pelas pessoas, tanto que recebeu o nome Mão Santa por considerarem-no um cirurgião de mãos santas. V. Ex^a está gritando pelos hospitais do País! O Sistema Único de Saúde precisa ser valorizado pelos governos. Os preços pagos aos hospitais pelos procedimentos ou serviços estão extremamente defasados. O nosso sistema de saúde é muito bom. O SUS é um dos melhores sistemas que há para os pobres, no mundo. O Brasil é o lugar onde se fazem mais transplantes de órgãos em pessoas que não têm recursos, entre outros procedimentos. Mas, do jeito que está, nós não vamos conseguir continuar. V. Ex^a, como membro da Frente Parlamentar de Saúde, assim como eu, tem de gritar para conseguirmos aumentar os recursos que vão para as unidades hospitalares. Senão as Santas Casas irão fechar e os próprios hospitais públicos não vão agüentar. Há de ser feita uma correção, e V. Ex^a está gritando em nome dos pacientes deste Brasil. Fico solidário com o grito de V. Ex^a pela saúde.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha, Senador Augusto, mão santa eu sei que não sou. As minhas mãos são humanas. Mas o povo do Piauí, da minha Santa Casa, sabe que elas são generosas para com os pobres, sempre guiadas por Deus. Elas são apenas humanas. E não é porque eu sou bom, mas porque a estrutura permitia.

Eu operei muito. Acho que poucos cirurgiões brasileiros ou do mundo operaram como eu, porque vivi numa Santa Casa dos pobres.

Senador Antonio Carlos Magalhães, eu operava também de forma particular, porque dinheiro é bom e dá dignidade – e eu não vou dizer que não.

Lá, no Instituto, a freira, a Irmã Precioso dizia: “Há cinco indigentes”. E eu operava-os todos. Eu ganhava experiência e a gratidão do povo. Mas isso porque as tabelas me davam condições para viver com dignidade.

Senador Antonio Carlos Magalhães, vamos agradecer a Deus: fomos atraídos pela ciência da saúde, a mais humana das ciências; e o médico, o benfeitor. Caro Senador Antonio Carlos Magalhães, a consulta médica do SUS, hoje, custa R\$2,50. Seriam necessárias duas mil consultas para se ganhar R\$5 mil. Essa é a realidade. Por isso médicos especialistas estão abandonando a profissão.

Encontrei colegas meus na Santa Casa. Eu disse a um deles: “Dr. Luís, e próstata?”. “Não faço mais, não; não compensa, não dá, custa R\$20,00”. Estão se transformando em médico de família.

Os especialistas não encontram solução para o problema.

Concedo um aparte ao Senador Azeredo, que tão bem governou Minas Gerais; depois, ao Professor Cristovam Buarque.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Quero aqui também dar o testemunho de que as Santas Casas, pelo Brasil afora, na verdade, fazem o que o serviço público devia fazer. Elas são uma extensão do serviço público de assistência à saúde. E vivem dificuldades enormes. Esses números que V. Ex^a mostra são números com os quais não dá para nenhum hospital funcionar – R\$1,00, R\$2,00, R\$2,50 por consulta. Esse é mais um ponto, eu diria, em relação ao qual o Governo Lula não cumpriu a palavra. O Presidente prometeu que ia melhorar muito a saúde do Brasil. Esse é mais um ponto em que a palavra ficou muito distante da realidade. A saúde no Brasil não tem melhorado. Ao contrário, podemos até dizer do período anterior, quando houve avanço, sim. Ainda com o Ministro Serra, houve o genérico, o combate à Aids, enfim, alguns avanços importantes. Agora, não; agora estamos patinando.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, o Lula fez sua primeira visita ao Piauí – eu já não fui. Ele disse que ia terminar um pronto-socorro. A obra ainda está lá, o Prefeito é do PSDB, e ele não conclui – ainda tem isso!

Quem está me ouvindo observe os hospitais periféricos em torno dessa ilha de riqueza, que é Bra-

sília, tão ruins! Imaginem os hospitais e os médicos do interior do País! Não imagino o doente, sofrido, e o pobre, que não tem um plano de saúde nem dinheiro para pagar um médico particular.

Senador Suplicy, chegou ao plenário o Tião Viana, que era uma esperança. Quando há troca de Ministros, digo: “Há até um rapaz bom! Ele tem sensibilidade política e responsabilidade”.

Vou passar a tabela para o Tião Viana com uma esperança ainda, Suplicy! Mas eles querem comprar o PMDB, colocando um Ministro. Usam o Ministério para cooptar e comprar partido político. S. Ex^a deveria usar o Ministério para a autoridade maior: o doente. A autoridade maior do Ministério da Saúde não deve ser o PMDB, que quer indicar; não deve ser partido. É o doente.

Senador Tião Viana, Deus lhe trouxe aqui. Vou entregar a V. Ex^a a tabela, para que, com sensibilidade, V. Ex^a melhore a situação.

V. Ex^a deseja falar, Senador Suplicy? Com o maior prazer. Agora, comecei a acreditar!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Senador Mão Santa, eu pediria a V. Ex^a que concluísse o seu discurso, porque outros oradores estão inscritos e já começam a acenar, pois gostariam também de usar a palavra. Mas vou conceder dois minutos para o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – S. Ex^a representa a esperança, o que há de melhor, as virtudes que têm de ter um homem público.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Mão Santa, V. Ex^a, que é médico, conhece há muito os procedimentos e as normas da área da saúde pública no Brasil e sabe de todos os percalços que vêm ocorrendo nessa área ao longo das décadas em que V. Ex^a tem trabalhado. V. Ex^a sabe melhor do que eu que, durante o Governo passado, os preços das consultas a que V. Ex^a se está referindo eram muito menores e que houve, no período do Governo do Presidente Lula – ainda que V. Ex^a se tenha referido a ele de uma maneira que, muitas vezes, considerei ofensiva...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não!

O SR. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me ao menos expressar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – “Despreparado” não é ofensa, não; é a realidade, é a verdade. Ele disse que não sabe de nada! Quem não sabe de nada é...

O SR. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero falar objetivamente sobre os preços das consultas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Estou com a tabela em mão e quero passá-la a V. Ex^a.

O SR. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim, V. Ex^a mencionou que os preços são baixos, mas não mencionou que eles são hoje aproximadamente 70% maiores do que em relação ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Aliás, quem pode dar testemunho melhor sobre isso, porque é médico e acompanha de perto essa questão, é o Senador Tião Viana. Mais que isto: quero compartilhar algumas das referências que eu gostaria de fazer com o Senador Tião Viana. V. Ex^a mencionou que o preço da operação da cesariana seria hoje de R\$100,00, mas quanto era no Governo passado?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Refiro-me à tabela do cirurgião. Não há cesariana sem o cirurgião.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim, mas houve um esforço no sentido de se atualizar esses preços...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... na ordem de 70%. Bem mais, portanto, que a inflação do período dos últimos três anos. V. Ex^a sabe bem disso. Ainda não é satisfatório. V. Ex^a chama atenção para o fato de que a remuneração dos médicos não é tão adequada, e eles precisam hoje fazer um esforço excepcional para continuar trabalhando. Ainda quero lhe dizer que fiz uma visita, na sexta-feira, a um médico no Hospital Monumento, no Ipiranga, em São Paulo. Um trabalhador quebrou a mão e precisou fazer uma cirurgia de ortopedia. Fui verificar e fiquei impressionado com o movimento daquele hospital, com dezenas de cirurgias sendo realizadas por um corpo de 65 médicos. Todos realizavam atendimentos, segundo o SUS, e faziam um trabalho que considerei da maior qualidade e atenção. Cumprimentei os médicos, a direção e o corpo de servidores pelo atendimento ao trabalhador, que, infelizmente, caiu de um telhado, o Sr. Antônio dos Santos Cruz.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Senadores Eduardo Suplicy e Mão Santa, eu solicitaria a compreensão de V. Ex^{as} para o tempo. Há outros oradores inscritos, e é preciso uma conclusão do discurso do Senador Mão Santa, para o qual darei mais um minuto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, quero apenas dar o meu testemunho. Na segunda-feira, fui a esse hospital, em virtude de um acidente com um trabalhador que conheço. Fui verificar se ele estava sendo bem atendido, e o trabalhador disse-me, cumprimentando os médicos e todos que o atenderam, que, em São Paulo, pelo sistema SUS, estava havendo um bom atendimento. Mas a

direção do hospital chamou a atenção para o fato de que é preciso renovar essa remuneração. Então, para o que V. Ex^a chama a atenção, é justo e importante, mas apenas quero dizer que houve uma significativa melhoria em relação ao Governo passado e que isso V. Ex^a não mencionou. Portanto, seja justo também nos comentários em relação ao Governo presente e ao Governo passado, porque melhoria houve. Não chegamos ainda ao que é melhor.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Serei justo com V. Ex^a pelo seu reconhecimento ao médico, a esse herói que, apesar dessa tabela, com sua ética, com seu compromisso e com seu juramento, está fazendo o setor de saúde funcionar. Essa é a realidade.

Esse especialista em Ortopedia já vai sair, porque o anestesista está ganhando R\$6,00 para fazer uma redução. Então, o paciente sentirá dor no momento da operação, porque anestesista nenhum vai descolar-se para ganhar R\$6,00.

Senador Eduardo Suplicy, quis adverti-lo. Se chamei a atenção de V. Ex^a, eu o fiz porque V. Ex^a tem sensibilidade e é correto. Vou-lhe passar as tabelas de um médico altruísta, criador, sonhador de Medicina.

Lembro-me de que, quando cheguei, quiseram fazê-lo Senador pela Oposição, e ele ficou na Medicina, o Dr. Angelim, um desses heróis anônimos que estão aí e que ainda garantem o funcionamento desse sistema de saúde.

Aos médicos, nossos aplausos! Ao Governo Lula, nossa recriminação, com a esperança de que dê mais condições e melhor estrutura ao sistema de saúde no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tendo em vista o avançado da hora, pergunto a V. Ex^a a que hora terá início a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – É muito pertinente sua intervenção. A informação que tenho é a de que o Presidente, às 18 horas, abrirá a Ordem do Dia, pois espera quórum para que possa iniciar a deliberação. É essa a informação que tenho, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Aliás, S. Ex^a nos convocou para sessão noturna.

Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir a V. Ex^a, já que está presidindo a sessão, que transmita ao Presidente da Casa meu ponto de vista de que os Senadores é que devem estar aqui.

Foram convocadas três sessões, sabendo-se que a sessão de hoje iria até mais tarde, até a noite – o próprio Presidente já falou isso –, e que o Ministro Márcio Thomaz Bastos se propõe a vir a esta Casa nesses dois dias, nessas 48 horas. Não é justo que se inventem motivos e que S. Ex^a, que tem sido atacado aqui por vários correligionários meus, até mesmo da Oposição, queira vir prestar esclarecimentos sobre o rumoroso caso e que se diga que não pode vir porque queremos ouvir A, B ou C ou, então, porque não há quórum.

Não há quórum, porque os Senadores não estão cumprindo seus deveres e não estão recebendo desconto em folha. Se houvesse desconto em folha, os Senadores estariam aqui.

Presidi esta Casa e fui rigoroso quanto a esse ponto. Cheguei a fazer sessões no sábado e no domingo, e havia número. Portanto, se não houver número, a culpa não é do Dr. Márcio Thomaz Bastos, mas, sim, da Casa.

Mesmo que meu Partido pense de modo contrário, não sigo orientação partidária nesse ponto. A Casa tem a obrigação de receber o Ministro, quando este se propõe a vir até aqui esclarecer o rumoroso caso.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a terá atendida sua solicitação, e suas ponderações serão transmitidas ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, V. Ex^a me concede a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente César Borges, até estou falando do plenário e não presidindo a sessão, na condição de membro da Mesa que sou, em razão de estar cobrindo a ausência de Líderes neste momento. O Senador Aloizio Mercadante e a Senador Ideli Salvatti me ligaram, dizendo que, neste momento, não podem estar em Brasília; por isso, estou cumprindo também esse papel.

Quero expressar o mais alto respeito à cobrança que faz o Senador Antonio Carlos Magalhães em re-

lação à presença de Senadores em plenário, quando estamos em dia de sessão deliberativa ordinária. O prejuízo é muito grande. Há matérias que afetam todos os servidores públicos brasileiros, como a matéria da Geap, a MP nº 272, que não está sendo votada ainda pela falta de quórum e pela falta de entendimento, e existe o impasse da vinda do Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Eu só gostaria de deixar muito clara a decisão política do Ministro, após ouvir alguns Líderes e dirigentes da Casa, a respeito do seu interesse em esclarecer e em dirimir qualquer dúvida que paire sobre envolvimento ilícito de S. Ex^a no episódio de quebra de sigilo bancário do Sr. Francenildo. S. Ex^a está pronto para cumprir seu papel esclarecedor e para dirimir qualquer dúvida.

Infelizmente, não está sendo o entendimento partidário geral da Casa que S. Ex^a deva vir aqui amanhã ou depois de amanhã, e razões de quórum não podem justificar, de forma alguma, esse tipo de situação. Eu gostaria de, então, com sua colaboração, isentar o Ministro Márcio Thomaz de qualquer dúvida sobre sua disposição de vir aqui e trazer todo e qualquer esclarecimento e sobre sua transparência e seu respeito ao Parlamento e ao Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a. E, mais uma vez, externo o respeito às palavras de cobrança justa que faz o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador César Borges, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a pela ordem, quero apenas responder ao Senador Tião Viana que suas ponderações serão também levadas ao Presidente da Casa. Acredito que essa é uma questão a ser decidida entre o Presidente da Casa e o Exm^o Sr. Ministro da Justiça. O Presidente da Casa deve deliberar com S. Ex^a e marcar uma sessão para que o Ministro da Justiça venha aqui.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador César Borges, o maior erro do PT foi não querer oposição, e o símbolo maior disso foi o afastamento de Bóris Casoy. Então, esta vai ser a televisão dele: isso é uma vergonha!

Ouvi o Presidente Renan convocando-nos para estarmos aqui na segunda-feira, na terça-feira e na quarta-feira. Isso já seria pouco; seriam apenas três dias. Mas há apenas dez Senadores presentes aqui. Somos só dez Senadores aqui. A nota é zero! Só há dez Senadores aqui; não digo da presença registra-

da no painel, mas na sala. Está chegando o décimo primeiro.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Não estou chegando, estou voltando.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Isso é uma vergonha, como dizia Boris Casoy, e, hoje, temos de usar essa televisão, porque tiraram-no da dele.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra, pela lista de oradores, ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, como orador inscrito para uma comunicação inadiável, seguido do Senador Eduardo Azeredo e, posteriormente, do Senador José Agripino, pela Liderança do PFL, antes da Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de há muito que os brios nacionais vêm sendo feridos. Hoje, não venho dizer que apenas o Presidente Lula faz isso. Hoje, venho reclamar do tratamento que os Estados Unidos estão dando aos brasileiros que viajam para lá. Coisas inacreditáveis acontecem com pessoas que têm visto regular e que para lá vão, acompanhadas de sua família, como o fato de uma das pessoas passar cinco horas detida em função das exigências dos norte-americanos.

Se é o Presidente Bush, sei que minha palavra não vai chegar a ele, mas chegará, sem dúvida, ao Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, a quem peço que a Mesa envie meu discurso. Peço que a Mesa envie o meu discurso ao Embaixador dos Estados Unidos no Brasil. É um direito meu, que será atendido.

Não é possível que pessoas entrem regularmente num país e sejam presas por cinco, seis ou sete horas, para depois eles resolverem se deportam ou se liberam para ficarem no território norte-americano.

Esse tratamento tem que ser dado aqui também aos norte-americanos. Eu sou relator dessa matéria e vou fazer restrições à entrada de norte-americanos no País. Terão que passar pelos mesmos vexames que os brasileiros passam nos Estados Unidos. Eles têm que passar pela Polícia Federal, porque não são melhores do que ninguém; têm que ser revistados, tirar os sapatos, como já tiraram até de um Ministro de Estado – e um Ministro das Relações Exteriores – do governo passado. De Parlamentares, tiram de quase todos os que lá forem. Esse sistema, aplicado inclusive a quem tem passaporte diplomático, é uma excrescência de um país que se julga dono de tudo e por isso vai perdendo a sua popularidade no mundo inteiro.

O destino turístico do Brasil deveria ser o Velho Mundo, não mais os Estados Unidos, que pegam as

nossas divisas, duramente conquistadas, e ainda dão um tratamento que não é civilizado aos brasileiros. É preciso acabar com essa supremacia norte-americana.

Não somos chavistas; ao contrário, não aceitamos o estilo Hugo Chávez, mas também não podemos aceitar violência contra parlamentares, contra cidadãos brasileiros professores ou quaisquer outros. Eles devem saber que são muito mais criminosos que os brasileiros. Quando falam em tráfico, devem ver que lá é um lugar onde a droga circula mais do que no Brasil e muitas vezes vem de lá.

Quero solicitar, portanto, ao Ministro das Relações Exteriores do País, Dr. Celso Amorim, a quem peço que seja enviado também o meu discurso, que faça um protesto veemente, em nome do Senado Federal, do Congresso Nacional, em relação às arbitrariedades que são praticadas na chegada de brasileiros em Nova Iorque e em outros pontos dos Estados Unidos.

Era o que tinha a dizer no dia de hoje, revoltado com a maneira incivilizada com que os americanos tratam os brasileiros. Se precisamos do turismo deles, eles recebem mais turistas brasileiros do que mandam para cá. Os europeus são mais freqüentadores do Brasil do que os americanos e, conseqüentemente, não é possível privilégio desse tipo aos norte-americanos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, também tenho ficado impressionado com a maneira com que não apenas brasileiros mas muitos estrangeiros têm sido tratados nos aeroportos norte-americanos. Avalio que essa situação, em parte, decorre do 11 de Setembro, da tragédia havida com o bombardeio por aviões das Torres de Nova Iorque, do Pentágono, em que cerca de três mil pessoas perderam suas vidas. Obviamente, nós, brasileiros, somos solidários com os americanos diante de uma situação como essa. Mas o apelo que V. Ex^a faz, com muita correção, pode ir mais além, porque acredito que as autoridades norte-americanas precisam compreender que, se desejarem que dentro dos Estados Unidos haja um avanço no sentido de não haver terrorismo, de haver paz, é necessário que eles avancem para uma maior integração do ponto de vista dos seres humanos, inclusive nas Américas. Isso significa que devemos caminhar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a me permite interromper, porque está presente o Deputado Fernando Gabeira, que é um exemplo de que não foi apenas o fato do 11 de Setem-

bro. Fernando Gabeira participou, na sua mocidade, de um acontecimento em relação a um embaixador norte-americano. Lutei o que pude, como Presidente do Congresso, com esse país, com o Departamento de Estado – por várias vezes fui ao Embaixador no Brasil –, para que o Deputado Fernando Gabeira, que é um dos maiores políticos brasileiros, decente, competente e sério, pudesse ir aos Estados Unidos representando o Congresso Nacional. Mas esses superiores, esses indivíduos que não têm caráter, embora queiram mostrar que são os melhores do mundo, não permitiram que Fernando Gabeira fosse, nem mesmo como representante do Congresso. É uma excrescência; isso, um País civilizado não deve aceitar. Isso deve mover do Presidente da República ao mais humilde dos caseiros. Todos têm direitos; não podemos ser chicoteados como estamos sendo pelos norte-americanos.

Peço desculpas a V. Ex^a, mas eu quis aproveitar o Deputado Fernando Gabeira que aí está, para lhe prestar essa homenagem, porque lutei muito para que ele fosse aos Estados Unidos.

O Sr. Eduardo Suplicy (PT – SP) – E o fez muito bem! Eu próprio me empenhei e sou favorável a que o Deputado Fernando Gabeira possa ter livre acesso aos Estados Unidos. Mas, mais do que isso, quero em breve ver o dia em que nas Américas não tenhamos mais muros como os que separam hoje os Estados Unidos do México e do restante da América Latina. Precisamos, sim, caminhar na direção da integração dos direitos sociais e liberdade de movimento dos seres humanos em todas as Américas. É preciso que, quando eles nos dizem: “vamos fazer a Área de Livre Comércio das Américas”, que ela não seja só de bens, serviços e de capitais, mas que envolva, sobretudo, a liberdade dos seres humanos de se locomoverem e não precisarem passar pelas barreiras que V. Ex^a hoje descreveu. Meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito obrigado a V. Ex^a pela sua colocação perfeita neste assunto.

A Sr^a Patrícia Saboya Gomes (Bloco/PSB – CE) – Senador Antonio Carlos Magalhães...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Presidente Mão Santa é mais liberal que o César Borges. Pode?

A Sr^a Patrícia Saboya Gomes (Bloco/PSB – CE) – Obrigada, Senador Mão Santa; obrigada, Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu estava em meu gabinete, Senador, e pude ouvir um pouco do pronunciamento de V. Ex^a e já tinha tido a oportunidade, alguma vez, de comentar com V. Ex^a, até porque aconteceu esse incidente comigo, já Senadora da República. V. Ex^a quis, inclusive, tomar as providências na época,

e achei que, como tinha passado... Mas agora V. Ex^a levanta esse assunto e quero concordar inteiramente com V. Ex^a quanto à falta de respeito no trato com os brasileiros nos Estados Unidos. Fui vítima desse tratamento quando lá estive, já como Senadora. Três anos atrás tinham roubado o meu passaporte nos Estados Unidos, em Nova Iorque; dei queixa, fui à Embaixada, fui à polícia. Quer dizer, meu passaporte foi roubado por um americano. Três anos depois, quando voltei com o passaporte diplomático, fui barrada também e fiquei mais de uma hora numa sala com outras pessoas. Não podia dar um telefonema, não podia avisar à Embaixada, não podia me comunicar com absolutamente ninguém. Fui tratada da forma mais grosseira e perversa. Nenhuma pessoa poderia ser tratada daquela forma. Só resolveram o problema quando realmente, como se diz no meu Estado, fiquei abusada e resolvi dizer que aquela não era forma de se tratar alguém, pois eles poderiam causar um incidente, inclusive com o nosso País, pois jamais nenhum Senador da República ou qualquer cidadão americano havia sido tratado daquela forma em nosso País. Quero parabenizar V. Ex^a pela coragem de vir até aqui e tratar esse assunto. É um absurdo. Estou há vários meses tentando obter um visto para uma pessoa. Falo isso publicamente porque não creio ser nada demais. É para a enfermeira de uma criança, do meu Estado, que nasceu doente. A mãe da criança é casada com um americano e tem *greencard*, bem como a criança. Precisam levar uma enfermeira porque essa criança, de sete anos de idade, tem de quatro a cinco convulsões por semana. Essa mãe não consegue um visto para essa enfermeira, sequer para passar seis meses. Dizem que há esse serviço e que um brasileiro não pode tomar o lugar de um empregado americano. Existem casos e casos. Eles têm o direito de ter a proteção que querem, que desejam; afinal de contas, foram ameaçados. Vivem sendo ameaçados porque também fazem ameaças e interferem em todos os outros países. Esse tipo de arrogância e de prepotência tem que acabar, pois está criando, inclusive, um ódio aos americanos no mundo inteiro. Parabéns a V. Ex^a por esse pronunciamento. É corajoso, da parte de V. Ex^a, vir tratar desse assunto, que é delicado. Muitas vezes, eu mesma deixei de tratar desse assunto na tribuna do Senado por entender que era uma questão delicada e que não deveria envolver o Governo brasileiro. Como fui vítima disso, e V. Ex^a está tocando no assunto, quero fazer coro às suas palavras. Parabéns, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O aparte de V. Ex^a, Senadora Patrícia Gomes, é mais forte do que meu discurso porque é um fato concreto com uma Senadora da República. Por aí, vê-

se a arrogância, a prepotência dos norte-americanos. Isso não pode continuar.

Houve o caso de uma pessoa detida em Madri. Telefonei ao Embaixador da Espanha. Esse homem, com muita generosidade, com muita elegância, com muita categoria, resolveu o assunto em menos de 30 minutos. Isso não se dá com os americanos, de jeito nenhum. Isso é impossível se dar com os americanos, porque eles só querem soltar a pessoa depois da humilhação, a humilhação do poderoso, a humilhação do mais forte, a que não nos devemos submeter.

Vêem-se aqui sempre principalmente os membros da Comissão de Turismo a apontar: isso vai prejudicar o turismo. É melhor que prejudique até o turismo, mas que tenhamos a frente erguida como uma Nação independente e não submissa aos interesses americanos.

Ouçó o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Magalhães, também pude observar parte do discurso de V. Ex^a e não tinha conhecimento de que a Senadora Patrícia Gomes havia passado por episódio dessa natureza. Eu ia referendar exatamente aqui o Senador Eduardo Suplicy, de quem ouvi uma reclamação semelhante. E V. Ex^a trouxe agora nesse comentário final o ponto do aparte que ia fazer, porque no momento em que aquele piloto fez aquele gesto de baixa recomendação, publicamente aqui no Brasil, aquilo representou um acinte que assola a dignidade de qualquer pessoa do nosso País. Além do mais, parece que o episódio já está sendo tratado como puro pretexto para espezinhar pessoas não filhas daquela nação. Nesse caso, digo para V. Ex^a que, em outros países que vivem sob a sombra do terror, sob a sombra da guerra, como o Oriente Médio, talvez não se passe por situações tão complicadas como essas que estão acontecendo. Assim sendo, minha solidariedade a V. Ex^a, que faz um brilhante pronunciamento sobre um tema que trata de uma situação que deve ser vista com mais cuidado para que não se tornem engasgos, problemas para uma relação diplomática futura. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, fiz aqui apelos dos quais gostaria que V. Ex^a fosse intérprete: que não sejamos tão humilhados pelos americanos da maneira que estamos sendo. Inclusive, quem sabe, amanhã, V. Ex^a, como Presidente do Senado, pode passar por uma dessas, e isso será a desmoralização do Congresso Nacional.

Temos de tomar providências, o Governo Federal tem de tomar providências, o Ministro Celso Amorim

tem de tomar providências, o Congresso tem de tomar providências.

Eu citei o caso do Gabeira, um dos homens mais ilustres do Brasil. Ele não pode entrar nos Estados Unidos, mas os malandros dos Estados Unidos vêm para cá muitas vezes roubar o pobre povo brasileiro.

De maneira que faço questão de dizer isto: que V. Ex^a envie o meu pronunciamento ao Ministro Celso Amorim e ao Embaixador americano, sem retirar uma palavra, porque esse é o meu pensamento. E a luta que eu puder fazer contra os americanos, nesse sentido, vou fazer, porque ninguém irá dizer que sou esquerdista, comunista. Não sou; sempre lutei por um bom relacionamento com os Estados Unidos – acho até necessário. Mas dessa maneira humilhante, não! Não devemos aceitar.

Muito obrigado, Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. César Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Mão Santa e Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou dizer que farei isso com muita satisfação, com muito prazer. Essas coisas que V. Ex^a acaba de relatar são, primeiro, inacreditáveis; depois, inaceitáveis! Totalmente inaceitáveis! Em nome do Senado, expresso a minha solidariedade a V. Ex^a, à Senadora Patrícia Gomes e a todos, enfim, que já foram vítimas dessas atrocidades.

Conte com o meu pessoal apoio, com o apoio do Presidente da Casa. Vou fazer tudo, tudo mesmo, para que estanquemos esse absurdo. Conte comigo mesmo!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não esperava outra atitude de V. Ex^a, que tem sido um defensor intransigente do nosso Congresso. Parabéns, mais uma vez.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, de acordo com o art.14, peço a palavra pela Liderança do PSB no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está devidamente inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convocado por V. Ex^a, vim hoje participar desta sessão na expectativa de que pudéssemos aqui votar alguns projetos, inclusive uma autorização de financiamento para construção de estradas no meu Estado de Minas Gerais, o que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas aguarda o momento devido. Há medidas provisórias sobrestando a pauta. São seis medidas provisórias que não permitem a votação de nenhum outro projeto neste Plenário.

Portanto, primeiro, trago aqui esse sentimento de apreensão com o rumo dos trabalhos na Casa.

Em segundo lugar, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tem toda razão o Senador Antonio Carlos Magalhães quando coloca o seu desabafo, a sua preocupação com a forma como vêm sendo tratados alguns brasileiros quando vão aos Estados Unidos.

Somo a isso o fato de que não há Embaixador dos Estados Unidos no Brasil há alguns meses. Faz alguns meses que inexistente representante norte-americano credenciado no País, o que, evidentemente, aumenta as dificuldades para que possamos buscar a solução de questões como as suscitadas pela Senadora Patrícia Saboya Gomes e pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Portanto, primeiro, o governo norte-americano tem que nomear um Embaixador. Hoje não há Embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Essa é primeira providência que o Governo norte-americano deve tomar.

Mas, Sr. Presidente, ressalto hoje, mais uma vez, a preocupação com a infra-estrutura brasileira. A propaganda do Governo Lula é muito farta em dizer que o Governo está cuidando da infra-estrutura. Até dentro de aviões, ouvimos propaganda da construção deste ou daquele aeroporto. De fato, no setor de aeroportos, temos de reconhecer que se tem avançado. Contudo, no caso das estradas, lamentavelmente, não é essa a realidade. Continuamos sem as obras necessárias nas BRs brasileiras. Fez-se um programa de tapa-buracos, já questionado pelo Tribunal de Contas da União em virtude de dispensa de licitação. E as licitações de obras efetivas, como duplicação, melhoria e asfaltamento, continuam paradas.

Cito, mais uma vez, apenas um exemplo muito concreto e objetivo para mostrar como as coisas estão acontecendo. Tentei, hoje ainda, entrar em contato com o Dnit para obter uma determinada notícia. A

BR-040, que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte e a Brasília, foi duplicada em alguns trechos. De Belo Horizonte até Sete Lagoas, ela foi duplicada ainda na época do Governo do PSDB, ainda na época em que eu era Governador. De lá para cá, a duplicação paralisou. São mais de três anos que estamos aqui, nesta nova legislatura. Desde o início, procurei o Governo no sentido de que pudéssemos retomar essa duplicação, chegando até a um entroncamento muito importante que vai para o norte de Minas e vem para Brasília: são mais 45 quilômetros de duplicação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Orçamento discutido de 2003 para 2004, consegui aprovar uma emenda de bancada, indicada por Senadores, para que se pudesse retomar essa duplicação. Passou-se o ano todo e a verba teve que ser utilizada no outro trecho da BR-040, no trecho próximo à cidade de Santos Dumont, ainda bem, pelo menos se aproveitou a emenda.

Já no Orçamento de 2005, aprovado em 2004, novamente a minha emenda de bancada foi no mesmo sentido, ou seja, a retomada da duplicação da BR-040. Mais uma vez conseguimos aprovar e, mais uma vez, o Governo não conseguiu usar o dinheiro. Foi feita uma audiência pública em julho do ano passado. Normalmente, depois da audiência pública, gastam-se 60 dias para a concorrência. Não foi esse o caso, em vez de 60 dias gastou-se seis meses. Foi anunciada a concorrência para o dia 30 de dezembro, às vésperas de 30 de dezembro, foi adiada a concorrência para o dia 2 de março. Às vésperas do dia 2 de março, foi adiada a concorrência, agora sem data prevista.

Esse é o exemplo da falta de definição do Governo do Presidente Lula. Há falta de definição, há falta de coragem de decidir, e o tempo vai passando, os acidentes permanecem, os acidentes continuam a acontecer. Enquanto o dinheiro existe, não existe a decisão de se fazer obras na área da infra-estrutura brasileira. Esse é apenas um exemplo de uma estrada federal, para a qual tenho me esforçado, inclusive com as questões ligadas ao Orçamento.

Esse é um exemplo apenas, mas a situação das demais BR's é a mesma. São estradas que carecem de manutenção. São estradas que não têm a opção da concessão, que seria uma outra alternativa se o Governo não tivesse dinheiro; o que não é o caso. O dinheiro existe. Existe o dinheiro da Cide, existe dinheiro do Orçamento. Mas e se não tivesse dinheiro do Orçamento? Se não tivesse o dinheiro da Cide? Teríamos a opção das concessões. Nada feito. O Governo parece que, ideologicamente, é contra a concessão à iniciativa privada e, em três anos e três meses, nenhuma

concessão foi feita à iniciativa privada para cuidar das estradas brasileiras.

Da mesma maneira ocorre com o projeto de parcerias públicoprivadas, que é uma variante do projeto de concessões, já que é também uma concessão, mas com a participação de recursos públicos. No caso da parceria públicoprivada, a mesma coisa. Aprovamos aqui as parcerias públicoprivadas e nenhum projeto foi proposto pelo Governo Federal até este momento.

Portanto, o que temos de concluir? Que não existe a tão falada vontade política. O Governo, quando era Oposição, adorava falar isso. "Vontade política, falta vontade política". Esse era um termo que o PT adorava. Agora que virou Governo, não tem vontade política e decisão; não toma as decisões que são necessárias e, com isso, a economia do País é que se prejudica. E o Brasil continua crescendo em níveis de crescimento do Haiti, ao invés de crescer em níveis muito maiores, como seria possível e como acontece com outros países emergentes do mundo, como acontece com países vizinhos ao nosso.

Um dos motivos de o País crescer menos é exatamente a falta de investimentos na infra-estrutura e ela acontece porque o Governo não tem coragem de decidir e não tem capacidade gerencial para resolver.

A boa vontade da Oposição está clara. Durante o tempo todo, temos tentado o diálogo, mas há momentos em que não dá, quando temos de colocar o dedo na ferida, mostrando que este Governo não consegue tomar decisões em favor do País.

A infra-estrutura brasileira continua sofrendo – e sofrendo muito – com a falta de decisões. Falo da área de rodovias, mas eu poderia muito bem também me referir às questões ligadas aos portos, às ferrovias e à energia, em relação a novas usinas. Várias vezes, outros Senadores, como o Senador Rodolpho Tourinho, já se manifestaram, mostrando também a preocupação quanto à área de energia elétrica, em que não temos o mesmo cuidado, e quanto à área do gás, em que temos um impasse com a Bolívia se mostrando próximo, já se falando em racionamento de gás natural. Continuamos sem uma lei do gás. A lei proposta está para ser votada, mas o Governo é contra e mandou um outro projeto.

Isso tudo vai fazendo com que tenhamos uma perspectiva de crescimento do País muito abaixo do que seria razoável e necessário para criar os empregos que a nossa população precisa e deseja.

Sr. Presidente, essas são as palavras que eu gostaria de trazer aqui hoje, na expectativa de que o Governo possa pelo menos tomar decisões a favor da infra-estrutura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a pela ordem. Antes, gostaria de dizer que temos inscrito, pela Liderança do PFL, o Senador José Agripino. Em seguida, falará o Senador Antonio Carlos Valadares.

Então, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem. Em seguida, concederei a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se me permitem, Senadores Antonio Carlos Valadares e José Agripino, como avaliei que o Senador José Agripino iria tratar desse assunto, pedi permissão para falar anteriormente.

Sr. Presidente Renan Calheiros, tendo o Ministro Márcio Thomaz Bastos transmitido a V. Ex^a, inclusive por escrito, a sua disposição – reiterada hoje – de poder vir ao Senado Federal para prestar esclarecimentos, diante da reportagem como a que saiu na revista **Veja** desta semana e com repercussão nos diversos órgãos de imprensa, avalio como de muita emergência e responsabilidade nossa, no Congresso Nacional, no Senado, de dar a oportunidade de o Ministro, que assim o deseja, prestar esclarecimentos com total segurança sobre aquilo que ocorreu. Será importantíssimo que possamos ter esses esclarecimentos o quanto antes para que essa situação seja inteiramente esclarecida, desanuviada.

Assim, Sr. Presidente, eu faço aqui o apelo, em nome dos Senadores do Partido dos Trabalhadores aqui presentes, às Lideranças de todos os partidos – não apenas do PT, do Governo, mas do PFL, do PSDB, do PTB, do PDT e assim por diante – para que possam todos acordar, na medida do possível, que o Ministro Márcio Thomaz Bastos venha ao Senado nesta semana – amanhã mesmo, se possível, ou, no máximo, na quarta-feira – porque provavelmente haverá um maior número de Senadores.

Acabei de dialogar com os Senadores José Jorge, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque, Edison Lobão, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa e Sérgio Zambiasi, que estarão aqui presentes nesta semana para ter uma amostra, Sr. Presidente. Hoje é segunda-feira e já há um grande número de Senadores presentes dizendo que comparecerão ao plenário.

Sr. Presidente, se dúvida havia em algum partido com relação à presença de Senadores de forma importante, majoritária, tenho certeza de que, em se confirmando o entendimento de V. Ex^a com o Ministro da Justiça, haverá um número de Senadores na Casa

para realizarmos uma sessão de grande relevância e esclarecermos inteiramente esse episódio.

Esse é o apelo que faço. Pedi para fazê-lo antes da palavra do Senador José Agripino, que, como Líder do PFL, também tratará desse assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não sei se o Senador José Agripino vai tratar desse assunto.

Senador José Agripino, se desejar abordar um pouco os argumentos levantados pelo Senador Eduardo Suplicy, darei a palavra inicialmente a V. Ex^a para fazê-lo e depois para usar da tribuna.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, falarei sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Perfeitamente. Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é exatamente sobre esse assunto que eu gostaria de falar. Trago uma palavra de ponderação, de moderação, e faço uma tentativa de realizarmos uma sessão de audiência do Ministro Márcio Thomaz Bastos com consequência prática, porque a nossa obrigação não é açoitar ninguém, mas investigar e esclarecer.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos oficiou ao Presidente do Senado – e creio que ao da Câmara – expressando o desejo de comparecer com a maior brevidade possível às duas Casas do Congresso.

A minha primeira dúvida é: a qual Casa do Congresso S. Ex^a deseja vir em primeiro lugar ao Senado ou à Câmara? Até porque há requerimentos de partidos políticos na Câmara que também desejam ouvir S. Ex^a, como há requerimentos no Senado dos que desejam ouvir o Ministro.

O Ministro tem todo o direito de solicitar a antecipação de sua vinda, muito embora ela tenha sido anunciada para após a Páscoa. S. Ex^a tem todo o direito de solicitar, Senador Eduardo Suplicy, a antecipação de sua vinda, se tem argumentos convincentes para trazer à Casa.

Eu disse ao Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, que me consultou sobre este assunto, que eu estava preocupado, Senador Geraldo Mesquita Jr., com uma entrevista do ex-presidente do PT e atual Ministro da Coordenação Política, Tarso Genro, bem como com declarações do Líder do Governo na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia.

Tomo a liberdade, Sr. Presidente Renan Calheiros, de ler os trechos mais importantes da entrevista, que são curtos, para que V. Ex^{as} compreendam minha preocupação, que é a de tirarmos o melhor proveito, em termos de esclarecimento, dessa audiência a que se

propõe o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que deseja, e é um direito dele, se antecipar na vinda ao Senado.

Diz o Sr. Tarso Genro:

“A presença dele [Márcio Thomaz Bastos] em uma reunião como esta é perfeitamente normal para se informar”. Isso porque, alega o Ministro da Justiça, tem uma função técnica, jurídica e política. “Não vejo nenhum problema nessa reunião nem no comportamento do Ministro neste período todo”, insistiu Tarso, atribuindo as acusações a Bastos às “disputas políticas”. Para ele, se Bastos foi lá “como membro do governo, para ouvir o Ministro da Fazenda a respeito de um fato de que estava sendo acusado, isso não interferiu em nada na sua conduta em relação aos fatos anteriores”.

O Líder do Governo na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia (PT – SP), assumiu tese idêntica.

E qual é a tese idêntica? De que o Ministro foi a uma reunião, com Palocci e Mattoso, como autoridade, para dar uma opinião sobre um fato que estava denunciado.

De quebra, Chinaglia responsabilizou Palocci, que nega ter dado a ordem para a quebra do sigilo ou promovido o vazamento. “Ninguém sabia. Até que surgiu o culpado na sua real dimensão. Até aí o que é que aconteceu? Aconteceram reuniões, contatos. A responsabilidade tem nome [diz Arlindo Chinaglia]: Palocci e Mattoso. Se eles tivessem falado, vocês acham que o Márcio... Na hora em que ele vislumbrou a hipótese, o Márcio avisou ao Lula”.

Como que dizendo “vocês acham que se o Márcio soubesse, não teria avisado ao Lula?”, e diz que avisou ao Lula. No entanto, na entrevista, Arlindo Chinaglia, Sr. Presidente, coloca de forma muito clara que a denúncia tem dois responsáveis: Palocci e Mattoso. É aí onde entra a minha ponderação.

Palocci foi demitido, Mattoso foi demitido. Palocci disse que nunca deu ordem a Mattoso para que quebrasse o sigilo bancário de Francenildo. Mattoso, ao que se supõe, disse que recebeu a ordem de Palocci para quebrar o sigilo.

Senador Eduardo Suplicy, o que é que eu acho? Com todo o respeito ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, na minha opinião, ele não vem aqui como incriminado, mas como suspeito, para esclarecer fatos; vem com a obrigação de esclarecer fatos muito graves. Muito bem: o que é preciso esclarecer?

Quebrou-se o sigilo bancário do Francenildo, alguém mandou, pessoas sabiam, pessoas tentaram encobrir o fato depois de ser do domínio público. Entra aí a figura do advogado Malheiros; entra a figura do Ministro Márcio Thomaz Bastos; fica uma grande confusão que tem de ser esclarecida. A começar de quê? Das declarações do Sr. Jorge Mattoso que, até agora, não depôs na CPI dos bingos. O Sr. Jorge Mattoso precisa vir dizer “eu recebi ordem, ou sugestão, ou pedido de Fulano de Tal para quebrar o sigilo” que todo mundo sabe que foi quebrado. Todo mundo sabe que foi quebrado, mas Mattoso precisa dizer de quem ele recebeu a ordem. A partir daí, pode-se ir a quem deu a ordem a Mattoso para quebrar o sigilo bancário, para constatar se, na hora em que o papel chegou, os assessores de Márcio Thomaz Bastos estavam presentes e em que circunstâncias o Ministro, acompanhado de Malheiros, teve o encontro com Palocci. Dessa forma, poderemos desvendar todo esse mistério.

Então, Sr. Presidente Renan Calheiros, o que quero dizer a V. Ex^a é que mantenho a opinião que lhe dei hoje de manhã. Independente de frequência, estou aqui, V. Ex^a está aqui, os Senadores Edison Lobão, Ramez Tebet e João Alberto estão aqui, o plenário está com boa frequência. Não é por baixa frequência, até porque acho que teremos **quorum** suficiente para atender à convocação de V. Ex^a. É pelo fato de termos um depoimento superveniente que é da maior importância e que, na minha opinião, deve anteceder a vinda de S. Ex^a, o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Mas, da parte do PFL, o que V. Ex^a quiser definir estaremos inteiramente de acordo. Se V. Ex^a concordar com a vinda de S. Ex^a amanhã ou quarta-feira, o PFL estará aqui para fazer as perguntas. Apenas acho que será uma audiência sem consequência, porque, depois que o Sr. Jorge Mattoso vier, talvez se imponham perguntas mais importantes do que as que possamos fazer amanhã ou depois de amanhã. Mas a posição do PFL, com essa advertência, com essa colocação, é entregar a V. Ex^a o juízo para que o Ministro venha, se assim o desejar, amanhã ou quarta-feira, podendo ter de voltar em outra semana, em outra oportunidade para responder a indagações que fiquem, que restem da vinda de Jorge Mattoso, que é figura central no esclarecimento desses fatos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINIO (PFL – RN) – Ouço com prazer o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiramente, V. Ex^a faz indagações que são naturais e de bom senso, querendo esclarecer o episódio. V. Ex^a tem uma linha de questionamento ao Ministro Márcio Tho-

maz Bastos e ao Presidente Jorge Mattoso. É natural que deseje saber toda a verdade sobre a seqüência dos episódios. No entanto, pondero que o Ministro Márcio Thomaz Bastos é o responsável pela Polícia Federal, que ouviu Jorge Mattoso. Assim, já há um depoimento. De outra parte, há um requerimento, aprovado na CPI dos Bingos, pelo qual foram solicitados à Polícia Federal os documentos do inquérito que está em andamento e sobre o qual o Ministro da Justiça deverá nos dar informações. Para que possamos ter maior riqueza de informações, antes mesmo da vinda do Ministro Márcio Thomaz Bastos, faço a sugestão de que possa o Ministro, até amanhã, encaminhar à CPI dos Bingos aquilo que já foi objeto de levantamento de informações, incluindo o depoimento de Jorge Mattoso, para que tenha V. Ex^a o esclarecimento sobre o que depôs. Por outro lado, avalio que é de maior justiça, do ponto de vista da vontade do Ministro da Justiça de esclarecer o mais rapidamente possível episódios que, se não forem esclarecidos, provocarão a manutenção de uma situação de dúvida sobre o que efetivamente ocorreu. Assim, do ponto de vista da normalidade institucional brasileira, será muito importante termos tal esclarecimento o quanto antes. Então, reitero o meu apelo no sentido de que o Ministro Márcio Thomaz Bastos possa comparecer amanhã ou até quarta-feira, pois, com sua presença significativa, trará mais informações na direção do que V. Ex^a mencionou, ou seja, sobre o que disse Jorge Mattoso em seu depoimento à Polícia Federal. Se, porventura, esse depoimento não for satisfatório, caberá à CPI eventualmente convocá-lo. Mas se o depoimento for suficiente e esclarecedor, o depoimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos será ainda mais esclarecedor sobre tudo que efetivamente aconteceu.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (PFL – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, sempre conciliador. V. Ex^a sugere que o depoimento do Sr. Jorge Mattoso na Polícia Federal seja do conhecimento dos membros do Senado, para que possamos fazer perguntas apropriadas.

Senador Suplicy, as perguntas que a Polícia Federal fez ao Sr. Jorge Mattoso são algumas, mas podem não ter sido todas as que os Senadores desejarem perguntar ao Sr. Jorge Mattoso e que possam produzir esse ou aquele indício, esta ou aquela dúvida, sobre o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

De toda forma, acolho a sugestão de V. Ex^a. Já apresentei ao Presidente a posição que eu pessoalmente esboço como Líder do meu Partido.

Ouçõ com prazer o Senador José Jorge, Líder da Minoria.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Comunico a V. Ex^a que apresentei um requerimento na CPI dos Bingos, convocando o advogado Arnaldo Malheiros Filho, porque esse importante advogado criminalista participou da conversa entre o Ministro Antonio Palocci, o Presidente Jorge Mattoso e o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Pelo que se diz, nessa conversa, tratou-se de fazer um plano de defesa para os dois Ministros. Achei que, nessa questão toda do caseiro, essa reunião foi uma das coisas mais graves, porque nas atribuições de um Ministro – principalmente do Ministro da Justiça – não está a orientação de defesa de pessoas do Governo que cometeram irregularidades. Então, acho que esse é o ponto crucial do depoimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos aqui. Apresentei requerimento de convocação, na CPI dos Bingos, que deve ser aprovado, para que possamos também ouvir o advogado e, assim, verificarmos o que efetivamente foi tratado na reunião e possamos, de certa maneira, tirar a dúvida daquilo que aconteceu.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (PFL – RN) – Senador José Jorge, não sabia que V. Ex^a já tinha feito o requerimento de convocação do advogado Malheiros. É um fato que se acrescenta a minha preocupação: o depoimento do Sr. Jorge Mattoso, que não é apenas um único fato. V. Ex^a acrescenta um segundo fato: o advogado Malheiros que, convocado, prestará depoimento e dará informações.

Então, Sr. Presidente, com essa exposição que eu faço a V. Ex^a como Líder do meu Partido, quero afirmar que o meu Partido não coloca nenhum óbice à vinda do Ministro terça ou quarta-feira; quórum haverá. O que ressalto é que, em função dos fatos que foram claramente apresentados aqui, sem emoção, na busca de esclarecimento, de forma pragmática, o que pode acontecer é que o Ministro venha aqui amanhã ou depois de amanhã e, depois do depoimento do Sr. Jorge Mattoso e do Sr. Arnaldo Malheiros, ele precise voltar. Será que é o mais acertado fazer isso?

Se V. Ex^a, consultando os Líderes, entender como tal, o PFL não criará nenhum obstáculo, mas não se furtará a, se entender a necessidade de uma reconvocação do Ministro, também tomar a iniciativa de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O próximo orador inscrito é o Senador Antonio Carlos Valadares.

Antes, eu gostaria de esclarecer à Casa que, durante a semana que passou, nós conversamos, em alguns momentos, com vários Senadores e com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que se colocou à disposição para vir ao Senado o mais rapidamente possível – aliás, essa também era e é a posição do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Hoje mesmo, conversei ao telefone com o Ministro Márcio Thomaz Bastos e ele mandou um ofício pedindo para antecipar o seu depoimento. Eu consultei evidentemente alguns Líderes, não há um consenso com relação ao depoimento nesta semana, mas fica predefinido que, na próxima semana, haverá o depoimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos aqui neste Senado Federal.

Por que no Senado? Basicamente porque nós temos um Regimento com regras claras, com tempo para pergunta, com tempo para resposta, com tempo para réplica, com tempo para tréplica, o que nos vai permitir, sem dúvida alguma, tirar o máximo do que se quer, que é a participação do Ministro no esclarecimento dos fatos.

Ele está com a maior boa vontade possível. Hoje, pessoalmente, de novo, telefonou para antecipar a sua vinda. No entanto, só será possível marcar para a próxima semana, em função da falta de acordo entre os Líderes dos Partidos. Falo em Líderes de uma maneira geral, não apenas os da Oposição.

É o seguinte o expediente recebido:

Aviso nº 385 – MJ

Brasília, 10 de abril de 2006

Assunto: Comparecimento ao Congresso Nacional.

Senhor Presidente,

Em respeito à harmonia dos Poderes Executivo e Legislativo, gostaria de sugerir-lhe que, respeitada a normalidade dos trabalhos parlamentares, fosse fixado para esta semana meu comparecimento ao Congresso Nacional.

Respeitosas saudações. – **Márcio Thomaz Bastos** – Ministro de Estado da Justiça

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para tirar uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, em nome de nossa Bancada, agradecemos a iniciativa de V. Ex^a. Acho que ela foi muito boa para a Casa e para todas as pessoas que, neste momento, estão extremamente interessadas neste fato. Boa para o Ministro também, que, rapidamente vem prestar os esclarecimentos.

A pergunta que faço a V. Ex^a é se já há um acordo de procedimento, porque, no âmbito de uma Comissão, falam os membros, mas como será no plenário, se V. Ex^a adotaria o critério das lideranças ou se abri-

ria para outros tipos de pergunta. Qual será o critério adotado por V. Ex^a para os trabalhos ou isso ainda não está definido?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, o critério é a ordem de inscrição.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Haverá as inscrições normais para fazer as indagações?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Exatamente, nós seguiremos esse critério.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Acabei de falar, e queria repetir agora na presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, que, perguntados sobre a vinda do Ministro, no mesmo dia – parece até que nós havíamos combinado o que dizer –, tanto o Senador Antonio Carlos quanto eu dissemos o seguinte: “Se dependesse de mim, ele anteciparia”. E ele fez exatamente isso naquela oportunidade e nessa nova oportunidade com relação a essa iniciativa de fazer o depoimento durante esta semana.

S. Ex^a tem tido gestos conseqüentes e significativos no sentido de colaborar com os esclarecimentos. A grande verdade é essa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi; depois, concederei a palavra a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço apenas para me inscrever para falar como Líder do PTB, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Enquanto S. Ex^a se dirige à tribuna, quero dizer que concordo inteiramente com o Senador Antonio Carlos Magalhães. É importante, é positivo. Diante da atitude do Ministro de querer vir aqui, nós, do Partido dos Trabalhadores, avaliamos que o quanto antes será melhor. Ficará a critério de V. Ex^a se será terça ou quarta-feira, mas o quanto antes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na semana passada, V. Ex^a

e alguns Senadores, preocupados com o andamento dos trabalhos da Casa, falaram sobre o problema da votação do Orçamento deste ano, que ainda não chegou a um final feliz.

Governo e Oposição, aqui no Congresso, ainda não se entenderam, não chegaram a um acordo sobre o que hoje a agenda do **Jornal do Senado** publicou: “A sessão do Congresso Nacional, marcada para às 11h desta terça-feira, será palco para o último embate dos Estados exportadores com o Governo Federal”.

É que os Estados exportadores estão exigindo um ressarcimento, igual ao que aconteceu no ano passado, da ordem de R\$5,2 bilhões. Os Estados exportadores já conseguiram algo perto de R\$3,4 bilhões e exigem o ressarcimento total, faltando, então, R\$1,7 bilhão. Portanto, a questão principal do retardamento do Orçamento anual, que é uma peça importante para o desenvolvimento do nosso País, é esta: o ressarcimento aos Estados exportadores.

Esta é uma Casa política, Sr. Presidente. O Senado e a Câmara são representados na Comissão de Orçamento, e o Congresso Nacional se reúne para deliberar sobre o Orçamento. Em se tratando de uma Casa política, temos de dar o exemplo. Não apenas devemos dar o exemplo que exigimos do Executivo, de maior eficiência e de maior controle dos gastos públicos, mas também devemos exigir de nós mesmos mais eficiência na aprovação de projetos tão fundamentais quanto esse do Orçamento federal.

Há três peças que a Constituição brasileira de 1988 elaborou com muita sabedoria. Quais são essas peças que se interligam? O PPA, a lei do Plano Plurianual, que estabelece o planejamento de longo prazo; o Orçamento anual, a LOA, a Lei Orçamentária Anual; e a LDO, que cumpre o papel de estabelecer uma ligação entre aquelas duas peças. Ora, a Lei de Responsabilidade Fiscal também entra nesse aspecto. Por quê? Porque, segundo o art. 167, § 1º, da nossa Constituição, “nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem a prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade”.

O Governo Federal não pode fazer nenhum investimento que não esteja previsto no PPA ou em uma lei, como, por exemplo, na lei orçamentária.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Valadares, só quero cumprimentar V. Exª pelo apelo patriótico que está fazendo aos representantes

em geral dos Partidos na Comissão de Orçamento, para que haja um entendimento final e para que se vote ainda nesta semana. É inconcebível que a Nação brasileira esteja sem Orçamento e que o Governo, que o Executivo fique tolhido nas suas iniciativas em prejuízo da Nação e da população brasileira, porque, afinal de contas, há disputas políticas em prática na Comissão de Orçamento que produzem essas delongas, que chegam a um limite; se ultrapassado tal limite, fica sem qualquer sentido a mera disputa política. O que é necessário é que o Orçamento seja votado, porque, afinal, é o interesse nacional que está em jogo. A palavra de V. Exª, serena e sábia, como sempre, está sendo levada em consideração. Acredito nisso, estou certo disso. Temos de votar o Orçamento nesta semana. Cumprimento V. Exª pelas suas palavras.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É urgente e imperiosa essa necessidade, Senador Roberto Saturnino, porque são vários os investimentos previstos no Orçamento deste ano para a construção e para a melhoria das estradas do Brasil, para a melhoria dos nossos portos, bem como para a inclusão social do brasileiro no que se refere à energia elétrica, por meio de programas vastos de energia elétrica no Nordeste e em todo Brasil.

O próprio orçamento das estatais está embutido no Orçamento Geral da União. Nenhum investimento pode ser feito se nosso Congresso não se dispuser a aprovar essa peça fundamental, como se referiu V. Exª. E só temos praticamente o resto de abril e os meses de maio e de junho para fazê-lo, porque, no mês de julho, em virtude das eleições, o Governo não poderá fazer nenhuma transferência voluntária, sob pena de crime de responsabilidade.

De sorte que, neste ano, haverá praticamente dois meses para se investir nisso antes das eleições. Isso significa uma grande perda, a meu ver, para a nacionalidade, para o povo brasileiro e, principalmente, para as regiões mais pobres.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª foi um dos grandes artífices para a elaboração de uma lei obrigatória, ou seja, do Orçamento impositivo. V. Exª tem autoridade para falar dessa matéria. Agradeço-lhe o aparte.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – É exatamente por isto, Senador Valadares: V. Exª tem sempre boas causas, e daí meu apreço crescente. Penso que não se pode votar o Orçamento sem que antes as Lideranças combinem as verbas que o Governo não vai contingenciar, não vai impedir que

sejam votadas. Do contrário, de nada vale se fazer o Orçamento, porque, sendo autorização, o Governo pega aquilo que deseja, solta e não faz o mesmo em relação a outros Estados em que não tem interesse ou onde vai perder a eleição. Portanto, temos de, rapidamente, verificar quais são as verbas intocáveis, pois já seria uma parte do Orçamento impositivo. Tenho falado sobre isso com o Senador Mercadante, que me promete sempre, mas que nunca sai da promessa. Dessa maneira, peço a V. Ex^a que use seu prestígio para pelo menos ressaltar parte do Orçamento como impositivo. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na realidade, V. Ex^a tem razão. As Lideranças precisam entender-se. O Governo precisa abrir mão, porque, se, no ano passado, os Estados exportadores tiveram R\$5,2 bilhões, eles não podem sofrer redução neste ano.

Está ali o Relator do PPA, o nosso companheiro Sibá Machado, que poderá dizer algo a respeito, como Liderança do Governo. Sou apenas um aliado do Governo. Não tenho liderança nenhuma junto ao Governo. Eu gostaria de ouvir V. Ex^a. Certamente, já há o parecer dos ajustes que serão feitos no PPA em relação aos novos investimentos.

Eu gostaria de ouvir, então, para complementar as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, o nobre Líder Sibá Machado, nosso companheiro.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Valadares, confesso a V. Ex^a que observei, na prática, depois de participar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a teoria de Malthus, no sentido de que o crescimento da demanda é sempre geométrico e de que o crescimento das condições para superar essas demandas é aritmético. Em nenhuma das gestões, sejam federal, estaduais ou municipais, a renda é superior à despesa. Isso nunca ocorre. A renda está sempre abaixo da despesa, e, de algum lugar, tem de sair o dinheiro. Vi a grande preocupação do Relator do Orçamento, Deputado Carlito Merss, para que pudesse cobrir a demanda que os próprios Parlamentares apresentaram com as emendas, fossem elas individuais, que saíram de R\$3,5 milhões para R\$5 milhões – só aí já há um arcabouço de...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Sibá Machado, poderíamos reduzir um pouco as emendas coletivas, porque, na realidade, 95% dessas emendas não são liberadas. As emendas coletivas constam no Orçamento apenas como retrato...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não o são, não o são. Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na realidade, elas não existem. Então, vamos tirar as emendas coletivas, uma boa parte delas, e chegaremos ao que os Governadores querem, sem dúvida alguma. Vamos preservar as emendas individuais, porque elas são importantes para os Municípios e para os próprios Estados.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Concorro com V. Ex^a. Só estou tentando entender a lógica do pensamento do que foi chegar a essa posição, a um corte desse, passando de R\$5,2 bilhões para R\$3,4 bilhões. Chegamos a um momento de estrangulamento. Realmente, o recurso tinha de sair de algum lugar. De onde sairia o recurso? E a maioria dos parlamentares da própria Comissão chegou ao entendimento de que o Estado exportador mais beneficiado, inevitavelmente, dentro desse valor de R\$5,2 bilhões, seriam os Estados de Minas Gerais e de São Paulo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Só os dois?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Os dois Estados, sozinhos, ficariam com 42% desses R\$5,2 bilhões.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É preciso que se abra o jogo. É por isso que pedi que V. Ex^a falasse a esse respeito, porque V. Ex^a é membro da Comissão.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Só para concluir, quero dizer que essa é uma preocupação que surgiu no âmbito da Comissão. Os R\$5,2 bilhões, o Deputado Merss já tinha passado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O seu Estado e o Estado de Sergipe não levam quase nada.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não levam quase nada. O meu Estado, eu nem considero nessa matemática. Então, é um problema sério e complicado. Assim, para poder atender a isso, a própria Comissão chegou a esse novo entendimento. Ela retirou R\$1,8 bilhão para cobrir o problema das Emendas de Bancada. Assim sendo, o que é estruturante para as questões nacionais são as Emendas de Comissões; as Emendas de Bancada são estruturantes nos Estados, mas o que chega na porta do morador, o que chega lá no bairro, lá na comunidade, é a emenda individual.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, vamos tirar um pouco das emendas coletivas do Estado de Minas Gerais e do Estado de São Paulo, que são os maiores beneficiários, e vamos dar o que falta a eles.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É um convencimento. Mas, só para lembrar a V. Ex^a, o relatório do PPA, eu o entreguei no período que havia prometi-

do, na quarta-feira passada. Fiz a última revisão para ver se havia algum erro, ainda agora à tarde. Acredito que, amanhã, ele está prontinho para ser votado. Eu pediria ao Presidente da Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, que adotássemos o seguinte procedimento: amanhã, às 14 horas e 30 minutos, leremos o relatório do PPA; tão logo se leia o relatório do PPA, entraremos em votação. Se houver algum destaque ou algo assim, daremos um parecer o mais rapidamente possível, para que, ainda na tarde de amanhã ou no início da noite, o Presidente Renan Calheiros possa convocar uma sessão do Congresso Nacional – se não já na quarta-feira, entre terça e quarta – para que votemos os dois projetos, tanto o da revisão do PPA, quanto o do próprio Orçamento. Mas condições para votarmos os dois amanhã, nós temos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Senador Renan Calheiros sabe que, independentemente da aprovação dos ajustes que V. Ex^a está fazendo no PPA, pode haver uma inclusão, como fez o Senador Romero Jucá no ano passado, de um dispositivo que garanta aquilo que vai ser aprovado pelo PPA. Ou seja, os investimentos novos do PPA que V. Ex^a está reajustando vão prevalecer, independentemente do PPA. O Congresso Nacional pode ser convocado na quarta-feira, mesmo que V. Ex^a não consiga maioria para a aprovação do seu relatório.

Sr. Presidente, eram essas as palavras que eu gostaria de apresentar neste instante, concitando todas as Lideranças, o Governo e a Oposição – somos uma Casa política, a Casa do diálogo, do entendimento, da fraternidade e, acima de tudo, da solidariedade ao povo brasileiro – a dar o exemplo neste instante. Somos uma casa de fiscalização, mas não somente de fiscalização, também de aprovação de leis.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet para uma comunicação inadiável, na forma do Regimento Interno do Senado Federal, por até cinco minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Antonio Carlos Valadares, desculpe-me, pois, depois que V. Ex^a falou, eu não precisava vir à tribuna, já que o meu assunto é o mesmo. No entanto, passei esse final de semana no meu Mato Grosso do Sul, recebendo lideranças de todos os Municípios. Recebi dezoito Prefeitos, Vice-Prefeitos e muitos Vereadores. A pergunta invariável foi: “Vamos ter recursos?” “A emenda que o senhor colocou para o meu Município vai ser aprovada?”

Então, eu só venho dizer que V. Ex^a tem inteira razão. É preciso votar-se o Orçamento, sim, mas que

não se retirem as emendas individuais, porque estaremos retirando dos Municípios pequeninhos deste Brasil. Quem fica prejudicado é o seu Sergipe, é o meu Mato Grosso do Sul, são os Municípios da fronteira do meu Estado, que não têm recursos.

Essas são as emendas mais fáceis, Senador Sibá Machado, de serem liberadas pelo Governo. O Governo tem a faca e o queijo na mão. Ele pode contingenciar, como sempre tem feito, o Orçamento, mas as emendas individuais, mesmo sofrendo algum corte, pelo menos são aprovadas. Agora, ainda vamos abrir mão delas?

Sou a favor da Lei Kandir. Os Estados precisam ser compensados; o meu Estado precisa ser compensado. Mas, tenha paciência! Ficar tudo para Minas Gerais e para São Paulo não é possível! Estou aqui em nome de Mato Grosso do Sul, para falar em defesa do meu Estado. Não posso permitir corte de quem já não tem nada. É preciso cortar de quem possui muito, mas não dos Estados pequenos e dos mais necessitados. Como vamos promover o desenvolvimento regional dessa forma? A ficar assim, com algumas teses que vejo serem defendidas, no afã de se aprovar o Orçamento da forma mais urgente possível, desde que se aprove, estaremos aprofundando as desigualdades sociais e regionais do nosso País.

Pensei em vir à tribuna para fazer o apelo que o Senador Antonio Carlos Valadares, com toda a categoria, já fez, a fim de que o Orçamento seja votado, porque não é possível isso. Na quinta-feira, comemoraremos a Semana Santa, e acabou-se o mês de abril. Entraremos no mês de maio e, depois, vamos travar o embate eleitoral. Se o Governo Federal quiser, não libera nada, porque há prazo para firmar os convênios e os contratos dessas emendas individuais e de Bancada. Não é possível continuar assim!

O Legislativo precisa votar o Orçamento. Isso está acima das brigas, das intrigas partidárias e daquilo que separa os partidos políticos neste momento de gravidade nacional. O Orçamento deve ser aprovado.

Senador Renan Calheiros, V. Ex^a tem feito apelos reiterados a esta Casa. V. Ex^a mostrou-me uma estatística de que, no ano passado, o Senado aprovou 2.700 medidas, o que equivale a mais de 200 por mês. Neste ano, estamos quase paralisados, já que a última votação ocorreu no mês de fevereiro. V. Ex^a tem convocado a Casa, tem feito pedidos. Quando lhe telefonei, V. Ex^a disse que haveria sessão deliberativa na segunda-feira, na terça-feira e na quarta-feira, para se tentar limpar a pauta, em que há medidas provisórias importantes, como aquela que libera recursos para a população que foi afetada pela febre aftosa e a que cria um quadro de carreira na Previdência Social, tão

ansiosamente esperado pelos funcionários. Acredito que devemos votar isso. É importante que o apelo de V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, seja atendido. V. Ex^a não tem poupado esforços, sei disso, mas há divergências que precisam ser supridas e eliminadas.

De que jeito, Senador Tião Viana? Com elevado espírito público, vendo as peças importantes, colaborando: “Não, vamos votar esta medida, vamos votar aquela outra”. É importante que façamos isso, é o que a população espera de nós.

Portanto, Senador Renan, quero me congratular pelo esforço, pela dedicação, pelo carinho, e quero fazer um apelo ao Senado Federal para que limpemos a nossa pauta. Quão bom seria se pudéssemos fazê-lo até quarta-feira, porque as Comissões também, em alguns processos, estão paralisadas. Medida provisória tranca a pauta e também os processos que são terminativos nas Comissões.

Observo a posição do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, assim como a de outros Presidentes que aqui se encontram.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com muito prazer, Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Eu gostaria de congratular-me com V. Ex^a, de cumprimentá-lo por mais um pronunciamento oportuníssimo. Precisamos, realmente, votar. O Brasil precisa de velocidade, as coisas devem caminhar. E V. Ex^a foi muito feliz, quando disse que o Presidente Renan Calheiros tem envidado todos os esforços no sentido de que a Casa vote e cumpra com a sua obrigação constitucional. Todo o Brasil está esperando pelas nossas ações. Eu gostaria de fazer coro com V. Ex^a e fazer um apelo aos líderes: O que há? Por que não buscam o entendimento? Será que o País todo vai ficar na expectativa da aprovação ou não de um orçamento? Creio que os líderes têm de se reunir constante e exaustivamente, para encontrarem um denominador comum. Se a Mesa, se o Presidente deseja votações e todos estamos querendo, por que os Líderes não buscam o entendimento para que possamos cumprir com a nossa obrigação de votar e de resolver os problemas deste País? Muito obrigado e parabéns pelo brilhante e oportuno pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Maguito Vilela, V. Ex^a, que tem experiência do Executivo, sabe avaliar, como todos sabemos – e V. Ex^a talvez saiba mais do que muitos que aqui se encontram, pelo seu passado político e pelo exercício da governança no seu Estado – a importância que tem um orçamento para o seu país. Estamos em ano eleitoral, repito, se

não tivermos essas emendas liberadas, não vamos liberar nada para os municípios.

Agora, gostaria de dar uma palavrinha só àquele pessoal: Senador Renan, tomara que, lá no meu Mato Grosso do Sul, os seis funcionários da Previdência Social que me procuraram estejam me ouvindo. E tomara que isso esteja acontecendo, não porque estou falando, mas para mostrar que estou cumprindo com o meu papel, sim, que estou aqui para votar, porque eles foram me pedir. O projeto de lei de conversão referente à Medida Provisória nº 276, a que propõe a estruturação da carreira previdenciária no âmbito do Instituto Nacional de Seguro Social é muito importante para uma grande maioria de servidores públicos.

Fica, portanto, o meu apelo. É o nº 01 da Ordem do Dia, assim que for possível votar.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet...

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Ramez Tebet, em seguida gostaria de pedir um aparte a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Não sei se o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se V. Ex^a quiser conceder o aparte, fique à vontade. Em seguida, darei a palavra ao Senador César Borges.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sei que estou sendo repetitivo, mas com muito prazer, Senador Sibá Machado e, logo em seguida, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Ramez Tebet, acredito que hoje V. Ex^a e o Senador Antonio Carlos colocam a questão da votação do Orçamento no ponto correto da cobrança, da firmeza da cobrança e evitando as paixões, que infelizmente ocorreram anteriormente. Acho que amanhã o ponto que vai, no meu entendimento, provocar o debate será a compensação dos Estados exportadores, porque, em relação aos demais pontos, acho que a própria Comissão de Orçamento já conseguiu chegar ao que era possível. Mas o que ocorre? Para se chegar aos R\$5,2 bilhões, o Relator foi obrigado a cortar das emendas de Bancada 12.5% linearmente; e, naquele momento, concordamos. Não tem milagre, não tem dinheiro novo, não tem de onde tirar. Então, foi essa a saída que o Relator encontrou. Em seguida, na hora da base de cálculo para saber como distribuir os R\$5,2 bilhões, encontrou-se que o Estado de São Paulo e o Estado de Minas Gerais, juntos, absorveriam 42% desse valor, quase a metade. Um pouco mais de R\$2

bilhões, dos R\$5,2 bilhões iriam para dois Estados, ficando o restante para distribuir para as 25 Unidades da Federação. Isso gerou polêmica, tanto é que a própria Comissão refez essa situação, reapresentou um novo requerimento, que foi votado, para que se pudesse tirar o R\$1,8 bilhão da Lei Kandir, voltando para cobrir as emendas de Bancada. E foi devolvido todo aquele corte linear. Bem, se amanhã isso for tratado de forma harmoniosa no âmbito do Plenário, acredito amanhã o Plenário poderá votar o Orçamento. Não vejo problema; votaremos até simbolicamente. Quanto ao PPA, não há milagre. De que o PPA foi feito? Aguardamos todas as novidades já apresentadas no âmbito do Governo e também da própria Comissão, dentro da Lei Orçamentária, e fizemos só uma nova estimativa e adaptação para 2007. Então, o PPA é uma cópia do que é esse debate todo. Portanto, acredito que V. Ex^a tem inteira razão em que, se este for o entendimento, temos todas as condições de amanhã, terça-feira, votar. E, por último, há a situação da execução fiscal do próprio Orçamento: se não votarmos imediatamente, em 30 de junho se encerra o exercício fiscal; então, quem não empenhou não empenha mais. Temos que aguardar até o final do processo eleitoral, pós-outubro, para depois podermos fazer aquela correria de final de ano, quando, com certeza, vai haver um tumulto danado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – E aí já viu o prejuízo. Há Estados que têm tudo, estradas de Primeiro Mundo. Não estou contra, mas percebo isso. E há outros, como o meu e como o seu, que são sofridos. São Estados sofridos, doutor! Não vamos tirar; ajude-nos!

Senador Antonio Carlos Valadares, por favor.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Ramez Tebet, quero parabenizá-lo pelo entendimento que tem da importância do Orçamento; aliás, essa tem sido a tônica da sua vida no Senado. Gostaria apenas de lembrar o seguinte: a preocupação com São Paulo e Minas Gerais é legítima, sem dúvida alguma, mas não podemos nos esquecer de que, quem sabe, seria muito mais importante neste instante garantirmos a aprovação do aumento do Fundo de Participação dos Estados e Municípios que adviria com a reforma tributária, estancada na Câmara dos Deputados. Seria apenas um acréscimo de 1% nos orçamentos dos combalidos municípios brasileiros. Foi uma luta tremenda, o Governo se empenhou, mas está enterrado na Câmara dos Deputados este projeto de aumento de 1% na arrecadação dos municípios. Entretanto, Sr. Presidente, São Paulo e Minas Gerais mostram que são Estados fortes, conseguem tirar o grande foco da questão, que seria o fortalecimento fi-

nanceiro dos municípios. Estão propondo quase 50% do dinheiro das exportações em seu próprio benefício, enquanto os pequenos municípios brasileiros estão aí abandonados ao Deus dará, como sabe V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos Valadares, é claro que ninguém aqui quer me colocar contra São Paulo e Minas Gerais, até mesmo porque foram eles que desbravaram o meu Estado de Mato Grosso e hoje Mato Grosso do Sul. Só não quero é que tirem dos Estados pequenos.

Ouç o Senador Luiz Otávio

O Sr. Luiz Otavio (PMDB – PA) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a aborda um assunto da maior importância para o Brasil, que é a votação do Orçamento de 2006. Com certeza, Senador Ramez Tebet, V. Ex^a, como Ministro de Estado, como ex-Presidente do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Comissão de Assuntos Econômicos, tem a verdadeira dimensão do que está ocorrendo com as contas do País, com a liberação de recursos, no que se refere ao Orçamento da União. Mas posso lhe dar a informação de que dez Governadores, liderados pelos Governadores Aécio Neves, do Estado de Minas Gerais, Paulo Souto, da Bahia, e Simão Jatene, do Estado do Pará, estarão aqui amanhã para uma audiência com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, para realmente decidirem a questão dos recursos da Lei Kandir, do Fundo de Compensação das Exportações, que atende aos Estados exportadores que têm grandes diferenças de recursos a serem alocados no Orçamento da União. Tenho certeza de que amanhã teremos condições de decidir e definir este quadro para votarmos o Orçamento da União. Agora, é importante dizer que os Estados exportadores, que viabilizam a balança comercial brasileira e que estabelecem as condições para que o País continue a crescer e a gerar emprego e renda não podem e não devem ser penalizados. Portanto, Senador Ramez Tebet, tenho certeza de que V. Ex^a também apoiará essa reunião que acontecerá amanhã nesta Casa, e temos certeza de que daí haverá um acordo para votação do Orçamento. Era o que tinha a dizer, agradecendo a atenção de V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Luiz Otávio, até termino meu pronunciamento com os votos que V. Ex^a faz, augurando que tudo dê certo para todos os Estados da Federação.

Volto a repetir que é importante aprovarmos o Orçamento.

Ouç o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a, com a nobreza da sua alma, sempre vai à tribuna para nos alertar sobre aquilo que a sociedade deseja nos seus Estados. E V. Ex^a,

melhor do que ninguém, representa o Mato Grosso do Sul. Quero deixar claro aqui – peço o testemunho do Senador Gilberto Mestrinho – que o Senador Mestrinho, o Senador Ramez Tebet e o Presidente Renan Calheiros têm lutado muito pela sua aprovação. Vi, por mais de uma vez, o Senador Gilberto Mestrinho querer entregar o cargo de Presidente da Comissão de Orçamento por falta de apoio de membros do Governo! O que me dói, Senador Renan Calheiros, e me preocupa muito é o Presidente Lula repetir ao longo da semana que, ao não votarmos o Orçamento, está deixando de atender as principais reivindicações da sociedade. Então, é preciso dizer que não é só responsabilidade da Oposição; que os seus Deputados e Senadores também estão obstruindo a votação do Orçamento. Portanto, creio que o seu grito deve servir de alerta a todos os membros desta Casa.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, o meu carinho, e muito obrigado, porque o seu aparte...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Como não temos vez nas tevês abertas – é só pela TV Senado –, pouca gente vai-nos ouvir. Sei que o Presidente está sempre defendendo a dignidade desta Casa. Hoje, li com muita tristeza que 73% dos empresários votaram que o Congresso não está fazendo nada. Não dá para aceitar, Senador Cristovam Buarque. É muito doído para nós que ficamos todos os dias aqui nesta Casa tentando trabalhar, produzindo – às vezes com sacrifício da própria saúde; desculpe-me falar isso. V. Ex^a vem votar, vem falar, vem gritar em benefício daqueles que votaram em V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, creio que está na hora mesmo de o Legislativo tomar posição firme e reconquistar a credibilidade que já perdeu diante da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Osmar Dias pela Liderança do PDT e vamos começar imediatamente a Ordem do Dia. Estamos, para tanto, aguardando aqui no Plenário a presença do Relator da primeira medida provisória constante da pauta.

Também comunico à Casa que, daqui a pouco, receberei o Senador Delcídio Amaral, o Deputado Osmar Serraglio, o Deputado Asdrúbal Bentes, o Deputado ACM Neto, que vão entregar à Presidência do Congresso Nacional, o Presidente do Congresso

Nacional e do Senado, o relatório da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito dos Correios.

Houve uma decisão na Comissão contra a qual interpuseram recurso, mas não há o que decidir. Eu pedi as informações, como o Regimento manda que se faça, mas não há o que decidir, porque a decisão com relação à Comissão já tem precedente no Congresso Nacional. Portanto, a decisão encaminhada pela Comissão é uma decisão válida, sim, definitiva, até porque, hoje mesmo, se encerra o prazo de validade da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Patrícia Gomes, Srs. Senadores, eu não poderia deixar de parabenizá-lo pela decisão agora anunciada. V. Ex^a decide de acordo com o Regimento, mas, principalmente, dentro do espírito que o povo brasileiro e a opinião pública esperam do Congresso Nacional, da CPMI.

Destaco a forma correta como o Senador Delcídio Amaral e o Relator Osmar Serraglio se portaram nessa Comissão. Não podemos aceitar, Sr. Presidente, aquilo a que assistimos lá, lamentavelmente, patrocinado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, de forma mais específica pelo Deputado Jorge Bittar, que procurou agredir quase fisicamente o Presidente daquela Comissão.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP. Fora do microfone.) – Quase não. Não deixaram.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, porque não o permitimos; do contrário, o Presidente seria agredido fisicamente. E o fez com palavras de baixo calão, o que foi visto por todos.

Isso é lamentável, porque quando o PT lançou a candidatura de Delcídio Amaral, que escolheu Osmar Serraglio, tinha certeza – o Senador Tião dá um leve sorriso; agora, um sorriso mais expansivo – de que iria, com isso, dominar os trabalhos da CPMI e conduzi-los de forma a ter um relatório final de acordo com o que desejava o Partido dos Trabalhadores, ou seja, uma grande pizza. A isso nós assistimos diversas vezes: não só o PT, mas Partidos da base do Governo irem lá e dizer que queriam votar, votar para não aprovar os requerimentos; para que não houvesse a oitiva das pessoas denunciadas, cujas provas eram contundentes. Foi assim durante todo o período.

Fomos enfrentando. Tivemos sempre a maneira isenta de proceder do Presidente Delcídio Amaral e a correção, a toda prova, do Deputado Osmar Serra-

glio. E as coisas foram-se aproximando da verdade, cada vez mais.

Se o relatório não é a expressão de tudo o que, na verdade, saiu na Comissão, se não é o ótimo, é o bom, é o razoável. Foi aprovado por maioria, pelo voto. Como eu dizia: vamos votar! Quando a votação não interessa ao Partido dos Trabalhadores, aos Partidos de sua base aliada, se alguns Deputados reagem e, com dignidade, dão seu voto a favor das apurações, dizem que não é válida, protestam e procuram o Presidente do Congresso Nacional para anulá-la.

Felizmente, V. Ex^a tomou essa decisão. Espero que o Ministério Público Federal cumpra também o que espera dele a Nação brasileira. É o que registro apenas para o início do meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, meu pronunciamento de hoje é para destacar o crescimento econômico experimentado pelo meu Estado da Bahia nos últimos anos. Para V. Ex^a ter idéia, nos três últimos anos o PIB da Bahia cresceu quase duas vezes e meia o PIB brasileiro.

Senão vejamos: em 2003, enquanto o Brasil praticamente não cresceu – 0,5% –, a Bahia cresceu 2,8%; em 2004, o Brasil cresceu 4,9%, um crescimento realmente espantoso para quem vinha de 0,5%, mas a base era muito pequena então foi fácil alcançar 4,9%. Pois bem, a Bahia teve um crescimento, no ano de 2004, de 9,9% do seu Produto Interno Bruto. Em 2005, apesar de o Governo dizer que se tratava de um crescimento consistente, permanente, que não teria altos e baixos, o crescimento do Brasil caiu, afundou, indo para 2,3%. Agora, o cálculo do Produto Interno Bruto da Bahia é de 4,8%, mais do que duas vezes o de 2005.

O Brasil, nos três últimos anos, apresentou um crescimento de 7,7% acumulado, enquanto que a Bahia, 17,5%. Isso é uma prova de que a Bahia tem uma economia forte, uma economia dinâmica, que soube expandir-se. Cresceu em diversos segmentos, na indústria, no setor agrícola e nos serviços.

A Bahia era um Estado eminentemente exportador de matérias-primas há aproximadamente 50 anos; hoje, tem um perfil totalmente diversificado, e o seu Produto Interno Bruto é predominantemente baseado em serviços, no setor industrial. E a agricultura, apesar de importante porque geradora de muitos empregos, representa apenas 12% do Produto Interno Bruto do Estado da Bahia.

E vai continuar crescendo, porque tem tido consistência, determinação e seriedade na aplicação de uma política de desenvolvimento. Isso se iniciou em 1991, no Governo Antonio Carlos Magalhães, que teve, àquela época, como Secretário da Fazenda a lhe au-

xiliar o Senador Rodolpho Tourinho, que fez o ajuste fiscal do Estado, quando ainda não se falava em ajuste fiscal no Brasil. A Bahia começou, em 1991, a fazer o seu ajuste fiscal.

Assim, de lá para cá, em sucessivos governos – depois do Senador Antonio Carlos Magalhães, veio o ex-senador e hoje Governador Paulo Souto, depois, nós tivemos a honra de governar a Bahia de 1998 a 2002 –, a Bahia continuou o seu ritmo de crescimento, sempre tendo o ajuste fiscal como instrumento para alavancar o seu desenvolvimento, investindo basicamente na atração de qualquer investimento para a Bahia, venha este investimento de qualquer país do mundo ou de qualquer Estado brasileiro.

Então, a Bahia hoje representa 35% de tudo o que produz o Nordeste brasileiro; representa 50% das exportações de todo o Nordeste brasileiro. No entanto, apesar da localização estratégica, da credibilidade que o Estado tem com os organismos financeiros nacionais e internacionais, dos incentivos fiscais, que são proporcionados pelo Governo do Estado, da qualidade de vida oferecida pela Bahia, que é um ponto de destaque, aos que lá vão investir, apesar de tudo isso, a Bahia, lamentavelmente, vê um grande gargalo em seu desenvolvimento. E esse gargalo provém da falta de investimentos em infra-estrutura por parte do Governo Federal, particularmente deste Governo, Senador Tião Viana, que não investiu em infra-estrutura na Bahia. Se considerarmos que infra-estrutura é um sistema de transporte eficiente, verificaremos que as nossas rodovias estão praticamente todas deterioradas. E as rodovias baianas não servem apenas à Bahia, mas também à ligação Sudeste-Nordeste.

A Bahia é atravessada por rodovias como a Rio-Bahia, a BR-116, onde há trechos em que não se trafega a mais de dez quilômetros por hora, trazendo ônus enorme ao custo das mercadorias que demandam o Nordeste para o Sudeste, ou vice-versa. É assim na BR-116, na BR-101, na BR-110, na BR-242; enfim, todas as BRs que estão na Bahia encontram-se em situação lamentável!

Se formos para ferrovias, a situação é idêntica. Hoje, foi privatizada a Centro-Atlântica, cuja predominância acionária ou o controle total é da Vale do Rio Doce, mas, no contrato da concessão, os investimentos ficaram como responsabilidade do Governo Federal, que não investe absolutamente em nada.

Agora, promete-se um desvio para que a ferrovia não passe pelo centro histórico de Cachoeira e São Félix, cuja travessia demanda manobras que demoram um dia – e o Governo não investe.

Quanto aos portos, que são de fundamental importância para a exportação, não há novos investimentos. O que há são promessas e mais promessas de que o Governo investirá nesses setores. Mas, lamentavelmente, essa é uma grande preocupação externada, inclusive, recentemente pelo Governador Paulo Souto, de que, se não houver a contrapartida do investimento em infra-estrutura por parte do Governo Federal, um Estado do Nordeste que se desenvolve poderá ter comprometido o seu desenvolvimento econômico.

Concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador César Borges, a falta de investimento no Estado, sobretudo em termos de estradas, a que V. Ex^a se refere, é fundamental. Basta citar o exemplo da BR-101, só para deixar clara a questão: vem do Nordeste até a Bahia, pula a Bahia e continua da Bahia para o Sul, pelo Espírito Santo. Esse é o melhor exemplo que se pode dar sobre essa discriminação. O outro exemplo, que representa uma discriminação à Bahia e ao Nordeste, é a suspensão das obras do Gasoduto Sudeste/Nordeste. V. Ex^a está coberto de razão. Apóio esse seu pronunciamento e lembro-lhe de que o aumento do PIB baiano, o crescimento duas vezes maior em relação ao Brasil, sendo que, nesse último ano, foi muito maior do que duas vezes, é também acompanhado do incremento dos índices sociais: redução do desemprego em toda a área metropolitana, uma tremenda redução da desigualdade de renda, pelos últimos números, e, sobretudo, o aumento da expectativa de vida. Há 20 anos, era de cerca de 60 anos e hoje, de 71 anos. Aliás, o índice é igual ao Estado do Rio de Janeiro. Apóio V. Ex^a, que está coberto de razão. Entendo que essa discriminação precisa realmente acabar em prol do desenvolvimento de uma região pobre como o Nordeste brasileiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PLF – BA) – Pois é, Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a conhece bem essa realidade e sabe que o crescimento econômico é a saída para a Bahia, para qualquer Estado brasileiro, e é a saída para o País. Precisamos crescer economicamente, não podemos ficar patinando. O País está crescendo menos do que a média da América Latina, menos da metade do que crescem os países emergentes do mundo. Que política é essa? Por quê? Não entendo por que este Governo insiste nessa política, uma política que aumenta os gastos de custeio, aumenta os gastos assistencialistas, com o que não se ensina a pescar, apenas fornece o peixe. Por isso, o Presidente Lula é intitulado de o Coronel do Século

XXI, porque dá a Bolsa-Família com uma mão e toma o voto com a outra mão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo insiste nessa política. No setor educacional, estamos a anos luz de qualquer país emergente que trata seriamente de colocar suas crianças na escola. O Governo quer aprovar o Fundeb que vai, Senador Cristovam Buarque, desestruturar o ensino fundamental e não vai resolver o problema do ensino médio. Lamentavelmente, é essa a situação que estamos vivendo.

Mais doloroso ainda é, como baiano, dizer: o que a Bahia fez ao Presidente Lula para merecer esse tratamento? Até a sua eleição, ele teve uma ampla vitória no Estado da Bahia, mas só vai à Bahia para fazer proselitismo político ou para inaugurar obras prontas em outros governos, ou que foram feitas com recursos do Governo Estadual – o engenheiro de obra pronta.

O Presidente foi visitar a Ford. O PT foi contra a instalação da Ford no Estado da Bahia. O único peitista que ajudou a Ford a ir para a Bahia foi o Olívio Dutra, que expulsou a Ford do Rio Grande do Sul, e nós conseguimos captá-la. Mas o restante dos Deputados e Senadores do PT, aqui, na época, foram contra a instalação da Ford na Bahia. Hoje, a produção da Ford na Bahia representa 10% de todos os veículos produzidos no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, lavro o protesto de que não aceitamos esse tratamento discriminatório com um dos mais importantes Estados da Federação, pela sua população, pela sua extensão territorial e pela sua economia, que, entre os Estados brasileiros, é a sexta maior. E temos condições de avançar, mas precisamos de infra-estrutura. Não há como o Governo do Estado fazer a parte do Governo Federal, que deve investir em estradas, em portos, em ferrovias, na matriz energética, como lembrou o Senador Rodolpho Tourinho. Por que o Gasene está paralisado, Senador Rodolpho Tourinho? Ninguém entende por que o Gasene está paralisado, que, da mesma forma como as estradas federais que atravessam a Bahia, penalizam o Estado e todo o Nordeste.

Este, o protesto que eu queria consignar na noite de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Esta Presidência comunica ao Plenário que está publicado no **Diário do Senado Federal**, em Suplemento “A”, ao número 53, de 06 de abril do corrente ano, o **Parecer nº 12, de 2006**, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 40, de 2005. Trata-se

do Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa da União, para o exercício financeiro de 2006.

Comunica ainda que, nos termos das normas constantes do art. 41 da Resolução nº 1, de 2005, do Congresso Nacional, o prazo para a apresentação de requerimento de destaque se encerrará até o final desta sessão.

Amanhã de manhã, haverá sessão do Congresso Nacional com esse objetivo, às 11 horas.

Já me comprometi também a receber no meu gabinete os Governadores de 15 a 17 Estados que querem tratar de um assunto que tem a ver diretamente com o Orçamento da União, que é a compensação da Lei Kandir. Então, amanhã, às 11 horas, conversaremos com os Governadores que comparecerão ao meu gabinete.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque, que falará pela ordem, para apresentação de uma proposição. Em seguida, falará o Líder do PDT, Senador Osmar Dias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que estou encaminhando um requerimento para que o Senado Federal faça uma homenagem ao grande líder que foi Leonel Brizola, no segundo aniversário de sua morte, no dia 21 de junho.

Há 14 assinaturas, mas convido outros Senadores que desejem a assinar o requerimento também, para que o evento fique ainda mais fortalecido.

Era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, como Líder.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, é muito bom que o Senador Tião Viana, que é do PT, esteja no plenário neste momento. É pena que os Senadores Eduardo Suplicy e Flávio Arns não estejam.

Fui surpreendido por uma passeata que será feita amanhã em Curitiba contra a aprovação do projeto de lei sobre cooperativismo de minha autoria. Foi distribuída para a imprensa uma sugestão de pauta que diz: “Os agricultores familiares, que são contrários à unicidade, que é a proposta do PLS nº 171, do Senador Osmar Dias, estão em pé de guerra contra o que eles consideram uma manobra do Senador Osmar Dias e da OCB”.

Vejam o efeito de um ano eleitoral! Fiz o projeto de lei em 1999. Esse manifesto é da Unicafe – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária, que foi criada a partir

de 2004. Só se eu fosse um vidente, se eu tivesse o dom de adivinhar que dali a cinco anos a Unicafe seria criada, se, em 1999, eu considerasse a existência da Unicafe.

Amanhã, mil pessoas farão uma passeata pelas ruas de Curitiba até à Assembléia, onde a Deputada Estadual, Luciana Rafagnin, do PT, vai recebê-los para uma audiência pública. E S. Ex^a falou há pouco comigo pelo telefone que era uma pena que eu não estivesse lá. Eu não estou lá, porque tenho de estar aqui. Aliás, o Presidente da República, do Partido dos Trabalhadores, pede que eu esteja aqui para votar, amanhã, o Orçamento, e eu estou cumprindo o meu dever.

Não considere mesmo a existência da Unicafe quando fiz o projeto, porque o fiz em 1999, e o projeto não foi votado até hoje. É uma enrolação: ficou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por sete anos. O PT não quis votar, porque era contra a proposta da unicidade.

É bom que o Senador Tião Viana esteja aqui, porque fui conversar com o Presidente Lula, aceitando um convite de S. Ex^a. O Presidente conversou comigo a respeito desse projeto e perguntou-me: “Osmar, você é radicalmente contra abrimos a questão da unicidade?” O Presidente da República pode confirmar a minha resposta: “Presidente, quando fiz o projeto, só havia a OCB; não havia a Unicafe. Então, eu tinha de ser a favor da unicidade. Não vou debater o assunto com intransigência. Podemos até fazer um acordo”.

O Senador Eduardo Suplicy não está presente, mas S. Ex^a sabe que realizamos dezenas de reuniões, das quais participaram os representantes da Unicafe. Eu sempre dizia: “Não posso, como autor, alterar o projeto. Quem pode fazê-lo é o Relator, Senador Demóstenes Torres. Se a Unicafe quer a alteração do projeto, ela não será feita por uma ação do autor, mas, sim, do Relator, Senador Demóstenes Torres”.

Infelizmente, algumas pessoas, de uma forma oportunista e maldosa que acaba com a classe política, que é nivelada por baixo, porque isso tudo cheira a malandragem, a sacanagem, a esperteza, decidem fazer uma passeata contra o Senador Osmar Dias, autor do projeto. O projeto deveria receber homenagens de todos os agricultores, inclusive dos familiares, por modernizar o cooperativismo. Os agricultores podem competir muito mais com esse projeto do que com a lei atual, elaborada em 1971.

Mas não, este é um ano de eleição: “Temos de começar a desgastar o Senador Osmar Dias, porque ele pode ser candidato a Governador e aí vamos ter de enfrentá-lo”. E o Senador Osmar Dias é aquele

Secretário de Agricultura que ficou na história por ter feito o programa de microbacias, o Paraná Rural, que atendeu apenas e unicamente aos produtores com área menor do que 50 hectares com subsídio de 50%. Esses agricultores familiares, hoje, todos, fizeram a conservação de solo na sua propriedade, tiveram o seu carreador, a sua estrada conservada, incorporada à sua propriedade, de forma que a erosão acabou no Estado do Paraná.

E esses produtores já me deram tantas placas, já me fizeram tantas homenagens! Aliás, eles me deram a maior votação da história do Paraná, que pertence a este Senador, que humildemente representa agricultores com propriedade de qualquer tamanho, micro, pequena, média, grande. Eu sei a importância que tem a agricultura.

O que eu não posso aceitar é uma manobra desse tipo em ano eleitoral, de pessoas desinformadas ou mal-intencionadas. Prefiro pensar que são pessoas desinformadas, porque um projeto feito em 1999 simplesmente não poderia considerar a existência da Unicafe, que foi criada em 2004. Eu não tenho esse dom. Até gostaria de tê-lo, mas não o tenho.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Serei muito objetivo, Sr. Presidente, pois sei da limitação do tempo. Senador Osmar Dias, o que eu posso fazer diante de um fato desses é expressar minha solidariedade. Creio que V. Ex^a cumpre com o seu mandato de maneira autêntica, claríssima, é o maior defensor que conheço, nesta Casa, do desenvolvimento rural brasileiro. V. Ex^a não esconde seu posicionamento favorável ou contrário a uma tese, e merece o mais elevado respeito de todos nós. O que deve gerar tal desentendimento e confronto é a ignorância, não em seu sentido depreciativo, mas com relação ao desconhecimento do processo legislativo. As pessoas, às vezes, imaginam que o Senado é uma etapa estanque, onde a matéria legislativa vira norma definitiva. Não entendem que poderiam procurar-nos para interferir construtivamente no aperfeiçoamento do projeto. Como V. Ex^a disse, seu projeto, na origem, não previa a evolução do processo sindical no Estado do Paraná. Então, na minha opinião, a passeata é uma injustiça, se for um ato contrário ao mandato de V. Ex^a como defensor do trabalhador rural. Mesmo porque, há menos de dez dias, V. Ex^a subiu à tribuna e, claramente, defendeu 42 mil famílias de pequenos trabalhadores rurais do Paraná que estavam sendo vítimas de uma injustiça da política de crédito brasileira. Portanto, não é justa uma atitude depreciativa do mandato de V. Ex^a numa hora dessa. É hora de diálogo e de entendimento, no meu ponto de vista.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Tião Viana, V. Ex^a, sempre justo e generoso comigo, sabe a importância do seu aparte.

Vou encerrar, para cumprir o tempo, dizendo que, em 1999, fiz um projeto para todas as cooperativas – pequenas, médias e grandes – e para todos os cooperados, principalmente porque, no Paraná, 85% dos cooperados de qualquer cooperativa são constituídos de pequenos agricultores e de agricultores familiares. Não faço algo direcionado a um segmento em detrimento de outro, que fica prejudicado. Fiz tão-somente...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está com a palavra V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Fiz isso com a intenção de atender ao cooperativismo como um todo. Aliás, a Nova Zelândia, que partiu para a pluralidade de representação, viu enfraquecer o cooperativismo e acabou recuando, voltando à unicidade da representação das cooperativas.

Fico muito triste, porque essa passeata em Curitiba amanhã não mudará o voto de nenhum Senador, porque os Senadores não saberão o que está ocorrendo em Curitiba, os Senadores não saberão que essa passeata está sendo organizada muito mais visando ao dia 1º de outubro do que visando aos votos aqui no Senado Federal. E isso não é decente. Isso significa simplesmente agredir quem está aberto à discussão e quem disse para o Presidente da República: “Presidente, não sou intransigente nem radical. Vou votar de acordo com meu projeto, mas, se o Relator quiser mudar, voto de acordo com o Relator. Se o Relator mudar e incluir que não é mais unicidade, eu voto com o Relator”. O Senador Demóstenes Torres fez um trabalho muito sério e consistente nesse projeto, que é de minha autoria.

Ouçó a Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Cheguei agora ao plenário. V. Ex^a sabe que tenho acompanhado essa discussão como membro titular da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, onde várias reuniões foram realizadas. V. Ex^a está dizendo que não pode mudar seu projeto, mas pode ajudar a que se faça isso, porque não estamos tratando apenas da normatização do sistema cooperativo da agricultura. Estamos tratando da normatização do sistema de cooperativas gerais, que, ao longo desses mais de dez anos, avançou e muito. Não existem apenas cooperativas de agricultura.

Ainda há pouco, eu ouvia seu pronunciamento pelo rádio, quando V. Ex^a falou que não existia mais só a OCB. E também não existe só a Unicaf; existem outros sistemas cooperativos, inclusive. Então, o projeto normatiza todos os sistemas cooperativos. Por isso mesmo, torna-se muito mais complicada ainda a unicidade em torno da OCB, porque são sistemas cooperativos diversos. Sei que V. Ex^a pode ajudar, porque aí há uma questão que precisa ficar clara. O Senador Osmar Dias disse que, por ele, não há problema. Então, é preciso deixar isso mais que claro, Senador. Eu mesma apresentei um projeto sobre *royalties* e acho que tem de mudar. É meu projeto, e eu já disse ao Relator, o Senador Rodolpho Tourinho, que acho que temos de avançar. Portanto, creio que V. Ex^a...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O que é mais claro do que a palavra para V. Ex^a?

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – É isso, exatamente...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Porque a palavra eu já dei e, agora, não sei o que preciso fazer para que torne isso mais claro a V. Ex^a.

É pena que, quando V. Ex^a chegou aqui, eu já havia feito o discurso, senão V. Ex^a ia saber que tudo que acabou de dizer eu disse aqui. Quando fiz o projeto em 1999, só havia OCB; depois é que foram criados os outros órgãos de representação. Estou concordando com V. Ex^a, não estou discordando.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Ótimo! Então, fico feliz, porque acho que estamos caminhando para o entendimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para eu ajudar mais do que estou ajudando, só se V. Ex^a me indicar o que é mais claro do que a minha palavra. Estou dizendo: estou pronto para votar o projeto. Se o Relator aceitar alterar a questão da unicidade, eu voto com o Relator. Mais claro do que isso, eu não sei como ser.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Eu não concordo com nenhum tipo... Não estou aqui falando sobre passeata. Acho que não pode acontecer dessa forma. Mas V. Ex^a é testemunha de que tenho tentado o diálogo de todas as formas, e vou trabalhar para que ele aconteça até a próxima semana, quando votaremos o projeto, para que possamos fazer o melhor para o sistema cooperativo brasileiro.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Sibá Machado, já estou constrangido, porque o tempo está avançando, e o Presidente quer votar.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É só um instante, porque também sou membro da Comis-

são e pedi vista do projeto; tenho de apresentar um voto em separado. Senador Osmar Dias, V. Ex^a foi muito claro ao dizer que acompanhará a decisão do Relator. Quanto a isso, não resta dúvida. Não estou apresentando o voto em separado, porque ficamos de promover esse último diálogo. Dei a minha palavra na Comissão de que, se chegar o dia da votação e não houver o entendimento, votaremos o projeto como apresentado pelo Relator. Até lá, diante dos fatos, poderemos conversar com o Relator. Se S. Ex^a acatar o entendimento de V. Ex^a, acredito que o ponto crucial estará mais ou menos decidido e que poderemos avançar na votação do projeto. Quanto à informação que V. Ex^a traz de que deverá ocorrer uma passeata em Curitiba, vou até entrar em contato com as pessoas que, com certeza, se manifestarão, dizendo a elas que estamos no meio de uma negociação aqui e que não há cabimento uma manifestação como essa. Solidarizo-me com V. Ex^a no sentido de que o momento aqui é de diálogo e não desse tipo de atitude. Com certeza, após a Semana Santa, estaremos com nosso entendimento feito, e o parecer deverá ser votado na primeira reunião que a nossa Comissão marcar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Faço uma sugestão a V. Ex^a: dê um telefonema à Deputada Luciana Rafagnin, do Partido de V. Ex^a, que marcou essa audiência pública e essa passeata, e diga a ela que aqui estamos resolvendo no diálogo e que essa passeata pode fazer-me mudar de posição, porque isso é provocação e não apoio. E, à provocação, respondemos de outra forma.

Para mim, a campanha eleitoral começa no dia 30 de junho, após as convenções, mas, pelo jeito, estão querendo antecipar, no Paraná, o processo eleitoral.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romeu Tuma, antes de conceder a palavra, com muita satisfação, a V. Ex^a, pela ordem, gostaria de comunicar a Casa e aos Senadores que estão em outras dependências do Senado que está convocada sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, terça-feira, às 16 horas e 30 minutos, destinada a recepcionar a Presidente da República do Chile, Sr^a Michelle Bachelet, que estará em Brasília em visita de Estado, a convite do Presidente da República.

Desse modo, amanhã, às 16 horas e 30 minutos, vamos suspender a sessão do Senado para realizar rapidamente uma sessão do Congresso Nacional e receber a Presidente do Chile, em visita de Estado

ao Senado Federal. É importante também fazer esse comunicado aos Srs. Deputados.

Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desculpe-me interrompê-lo. Falo não como parlamentar nem partidariamente, mas como pai, com sentimento.

Tenho um filho mais velho, Romeu Tuma Júnior, que é do Partido de V. Ex^a, que, por ter sido delegado, foi escolhido pela Casa como Corregedor da Assembléia Legislativa e que está fazendo algumas apurações de denúncias que chegaram ao seu conhecimento.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa e Srs. Senadores, ele não quis me contar para não me preocupar, mas recebi a notícia, telefonei para ele agora, e ele a confirmou. Seu escritório, que é a extensão do seu gabinete, foi assaltado e destruíram tudo, à procura de documentos que pudessem estar guardados sobre as apurações que estão realizando.

Como Cláudio Lembo é meu amigo pessoal, faço essa transmissão a V. Ex^a e espero que ele esteja nos ouvindo e tome providências sérias a respeito. Assim como não concordamos com determinados atos nesta Casa, não se devem também tomá-los como iniciativa na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Peço desculpas a V. Ex^a e lhe agradeço, porque estou profundamente angustiado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência presta total solidariedade a V. Ex^a e fará o que for necessário para que haja um esclarecimento definitivo disso tudo, Senador Romeu Tuma.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não utilizarei mais de dez segundos, para expressar total solidariedade do Partido dos Trabalhadores ao Senador Romeu Tuma. Trata-se de um caso de violência aos direitos humanos e à autoridade constituída. Esse caso precisa ser devidamente esclarecido.

Solicito ao Senador Romeu Tuma que transmita ao seu filho o total respeito do Partido dos Trabalhadores e a defesa da sua integridade de homem público e de pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 386, DE 2006

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 21 de junho do corrente ano, destinada a homenagear o saudoso líder político, Leonel de Moura Brizola, no transcurso do segundo aniversário de seu falecimento.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2006.

linh A.
Senador Cristovam Buarque

Augusto 20/6/06

João Augusto Souza

Antonio Carlos Caladano

Juvenio de Figueira

Roberto Batista, Moura

GERALDO MESQUITA

Agostinho

OSMAR DIAS

Patricia Saboya

Sérgio Machado

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência acolhe o requerimento, subscrito em primeiro lugar pelo Senador Cristovam Buarque e por outros Srs. Senadores, e convoca sessão especial, a realizar-se no dia 21 de junho, às 11 horas.

O requerimento vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto

Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

O nobre Relator pediu para que fizéssemos a leitura do seu parecer e o publicássemos apenas amanhã. Como é evidente a falta de quórum, vou concordar com o nobre Relator.

Antes, eu gostaria de comunicar à Casa que estamos sem deliberar desde praticamente a convocação extraordinária, quando votamos praticamente todas as matérias que precisavam ser votadas. Depois, votamos nos dias 16, 17, 20, 21, 22 e votamos três medidas provisórias no dia 29 de março – de março!

O Senado Federal, que no ano que passou, apesar da crise, apesar da existência, em alguns momentos, de três comissões parlamentares de inquérito, deliberou, entre o plenário e as Comissões, sobre mais de 2.700 matérias, está sem produzir.

A partir de amanhã, vamos começar a Ordem do Dia. Se houver quórum, vamos deliberar; se não houver quórum, não vamos deliberar; se alguma Bancada estiver em obstrução, é direito regimental, mas o que não pode acontecer, de forma nenhuma, é continuar como está.

São os seguintes os itens sobrestados:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que

abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Romero Jucá.
Prazo final: 28-4-2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006*(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.
Prazo final: 1º-5-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador Osmar Dias.
Prazo final: 18-5-2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005***(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
30, DE 2002**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho*

– CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

12

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria*.

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

16

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica*.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro*.

20

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de

Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

21

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 5, de 2006, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Dra. *Verônica Michelle Bachelet Jeria*, pela vitória nas eleições presidenciais no Chile, tornando-se a primeira mulher a assumir o comando do Executivo Chileno.

Parecer favorável, sob nº 295, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, João Batista Motta, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Luiz Pontes e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Empresário pagou helicóptero para Palocci”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 2 de abril do corrente. A reportagem fala sobre informações ainda não confirmadas, que estão sendo alvo das investigações da CPI dos Bingos.

O ex-Ministro Antonio Palocci, o mesmo que nega ter freqüentado a famosa casa de **lobby** em Brasília, fez muito pior: usou helicóptero de empresário dos bingos, ficou hospedado em casa de praia de outro empresário, voou em jatinho alugado por um outro empresário. Enfim, se a verdade fosse que Antonio Palocci não se encontrava com os integrantes da chamada República de Ribeirão, em Brasília, certamente passava bons momentos com eles em Angra dos Reis.

Se as informações forem confirmadas o ex-ministro violou claramente o Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

FOLHA DE S.PAULO

BRASIL

domingo, 2 de abril de 2006 A

CRISE NO GOVERNO/CERCO AO EX-MINISTRO

Foram duas viagens: uma para comemorar eleição de Lula; outra como ministro, o que é proibido pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal

Empresário pagou helicóptero para Palocci

MÁRIO CESAR CARVALHO

DA REPORTAGEM LOCAL

O empresário Roberto Carlos Kurzweil pagou as despesas de um helicóptero que levou Antonio Palocci Filho a Angra dos Reis e depois deixou-o em Ribeirão Preto (SP) em novembro de 2002, segundo os registros dos dois vôos obtidos pela Folha.

Palocci foi a Angra comemorar a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, de quem havia sido o coordenador de campanha. Ficou numa casa de seis suítes, cuja diária costuma ser de R\$ 2.000. Em novembro de 2003, quando já dirigia o Ministério da Fazenda, Palocci voltou à mesma casa, novamente convidado por Kurzweil. O empresário tem uma casa no mesmo condomínio em que Palocci se hospedou.

A CPI dos Bingos tem informações não confirmadas de que o próprio Kurzweil pagou pela casa nas duas vezes em que Palocci foi a Angra. Em 2002, Palocci era prefeito licenciado de Ribeirão e, aparentemente, a viagem de helicóptero não fere nenhum norma legal. Já em 2003, quando era ministro da Fazenda, o pagamento da casa de praia, se confirmado, viola o Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Esse código, que vigora desde agosto de 2000, estabelece em seu artigo 7º que: "A autoridade pública não poderá receber salário ou qualquer outra remuneração de fonte privada em desacordo com a lei nem receber transporte, hospedagem ou quaisquer favores de particulares de forma a permitir situação que possa gerar dúvida sobre sua probidade ou honorabilidade". Em 23 de julho de 2003, Palocci pegou carona num jatinho do empresário José Roberto Colnaghi, conforme a Folha revelou em fevereiro deste ano.

Kurzweil diz não se lembrar de ter feito pagamentos

DA REPORTAGEM LOCAL

O empresário Roberto Kurzweil diz não se recordar de ter feito pagamentos pelo uso do helicóptero que levou Antonio Palocci a Angra dos Reis em 2002. "Não consegui encontrar nenhum pagamento desse tipo na minha contabilidade", disse. Ele confirma ter usado o helicóptero do antigo sócio, mas diz não se lembrar de ter pago pelo uso. Ao ser questionado se pagara o combustível da aeronave, Kurzweil respondeu:

"Ah, então eu não paguei pelo aluguel do helicóptero, só pelo combustível...".

Sobre o pagamento da casa, em 2002 e 2003, a memória de Kurzweil é melhor: "Não paguei casa nenhuma. Foi o Palocci quem pagou nas duas vezes. Indiquei a casa para ele, mas foi o Ademirson Ariovaldo [secretário do ministro] quem cuidou do pagamento".

Ele diz que não obteve ajuda de Palocci quando ele estava à frente da Fazenda. "As viagens que fez para Angra foram de puro lazer. Não sei se vale a pena encher o saco do cara quando foi descansar com a família." A Folha deixou recados na quinta e na sexta-feira no escritório, do advogado de Palocci, mas não obteve resposta.

va negócios para a sua empreiteira, a REK, e Buratti era vice-presidente da Leão Leão.

Helicóptero e bingó

O helicóptero que levou Palocci a Angra pertence a um empresário que fabricava máquinas para bingos, Artur José Valente de Oliveira Caio. Ele e José Paulo Teixeira, ambos nascidos em Angola e que hoje têm cidadania portuguesa, teriam arrecadado o R\$ 1 milhão doado ao PT, ainda de acordo com Buratti. Caio informou, por meio do advogado Paulo José de Moraes, que não sabia quem usava o helicóptero quando emprestava o aparelho a Kurzweil.

Palocci voou num helicóptero Agusta, prefixo PT-YCB, de cor vermelha, com capacidade para dois tripulantes e seis passageiros. Avaliado em US\$ 1,5 milhão, é uma aeronave capaz de fazer vôos por instrumentos, segundo a ano-

tação feita no plano de vôo entregue na época ao DAC (Departamento de Aviação Civil).

Foram dois vôos. Na ida, no dia 1º de novembro de 2002, o helicóptero saiu de Congonhas às 10h30 e pousou um hora depois num heliponto dentro do condomínio Porto do Frade. Na volta, a aeronave saiu às 15h44 de São Paulo, foi a Angra apanhar Palocci e o levou até Ribeirão Preto, onde aterrissou às 21h03.

Kurzweil não pagou os R\$ 4.000 por hora que são cobrados em vôos com helicópteros semelhantes ao que Palocci voou. Como ele foi sócio do dono do aparelho em uma empresa na área de telecomunicações, a Cincotelecom, o empresário só tinha de reembolsar o combustível gasto.

Foi por isso que o vôo de ida de Palocci custou uma pechincha a Kurzweil — R\$ 558, pagos pelos 300 litros de combustível que foram usados em uma hora de vôo, de acordo com a informação enviada ao DAC. A entrega em Ribeirão saiu mais cara. O combustível consumido em 4,2 horas de vôo, como está anotado na ficha, custou R\$ 2.563,82.

República al mare

A primeira viagem reuniu em Angra boa parte da "República de Ribeirão", como depois ficaria conhecida a turma que orbitava em torno de Palocci em busca de negócios. Foram a Angra Palocci, a mulher e a filha, Ademirson Ariovaldo (que seria secretário de Palocci no ministério), Donizete Rosa (diretor do Serpro) e a mulher, Isabel, e Ralf Barquete (ex-secretário de Palocci), com a mulher.

A segunda viagem a Angra, em novembro de 2003, foi mais reservada. Acompanhavam o ministro a mulher, a filha e Buratti com a mulher e os três filhos. Kurzweil e família estavam no condomínio.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A REPÚBLICA DE RIBEIRÃO

Alguns dos integrantes da chamada república e sua ligação com Palocci

ANTÔNIO PALOCCI

Coordenador da campanha de Lula em 2002; foi prefeito duas vezes de Ribeirão; 1993-96 e 2001-2002. Em 2003, virou ministro da Fazenda, cargo ocupado até a última segunda-feira.

ROBERTO KURZWEIL

Dono de Omega que o PT usou para transportar o suposto dinheiro de Cuba em SP. Em 2002, disse ter alugado um Omega e um Passat para a empresa. Uma empresa sua venceu em 1995 licitação polêmica em Ribeirão quando Palocci era prefeito.

ROGÉRIO BURATTI

Ex-secretário de Palocci e ex-vice-presidente da Leão Leão, acusa Palocci de receber R\$ 50 mensais da Leão, que o PT recebeu milhões de Cuba, meio de Ribeirão. Acusa Palocci de intermediar R\$ 50 mil de angolanos em 2002.

ADEMIRSON ARIOVALDO

Ex-assessor de Palocci em Ribeirão, era seu assessor na Fazenda até o ministro cair. Segundo a CPI, além das ligações entre ele e Vladimir Poeto, foram identificadas 80 entre ele e uma empresa que pertence a dois angolanos e a Kurzweil. O celular está em nome da Presidência e era usado por Palocci.

RALF BARQUETE

Ex-secretário de Palocci morto em 2004, teria ido buscar os dólares de Cuba com Poeto em Campinas. O dinheiro iria para o PT por meio da prefeitura. O partido nega. Barquete era quem, afirma Buratti, na maioria das vezes recebia da Leão os R\$ 50 mil da propina a Palocci.

ROBERTO COLNAGHI

Emprestou seu avião para o PT —supostamente o mesmo que transportou dinheiro de Cuba de Brasília SP. Admitiu ter dado carona em seu avião para Palocci quando ele já era ministro (o que é proibido pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal), em 2003 e 2004, além de caronas em 2002.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Assessor se demite”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 28 de março deste ano.

A matéria destaca que suspeito de ser o responsável pelo vazamento dos dados bancários do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o jornalista Marcelo Netto, não ficará livre da Justiça. Ele também deverá ser indiciado pela Polícia Federal, com base na Lei Complementar 105/2001. Oficialmente, Netto pediu

ontem demissão do cargo de assessor especial do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ASSESSOR SE DEMITE

Suspeito de ser o responsável pelo vazamento dos dados bancários do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o jornalista Marcelo Netto não ficará livre da Justiça. Ele também deverá ser indiciado pela Polícia Federal, com base na Lei Complementar 105/2001. Oficialmente, Netto pediu ontem demissão do cargo de assessor especial do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Mas desde a quarta-feira passada ele já estava afastado de suas funções, certo de que não havia mais como escapar das acusações de ter entregado à imprensa o extrato tirado da conta do caseiro na Caixa Econômica Federal.

Netto, com o aval do então chefe, Palocci, acreditava que a artimanha serviria para desqualificar o testemunho de Francenildo. A caderneta de poupança do caseiro havia recebido vários depósitos, totalizando R\$ 38 mil, o último deles, três dias antes do depoimento na CPI dos Bingos em que Francenildo testemunhou contra Palocci. A quantia é incompatível com o salário que recebe. Daí, as pessoas que participaram do crime de violação de seu sigilo pensarem tratar-se de propina, paga em troca do testemunho desfavorável ao ministro.

No mesmo dia em que o extrato apareceu na imprensa, o caseiro esclareceu ter recebido o dinheiro de seu pai biológico, um empresário do Piauí, que lhe pagou para não ter que reconhecer-lo na Justiça. Explicada a origem dos depósitos, restou a quebra criminosa de seu sigilo bancário.

Marcelo Netto é muito ligado ao ex-marqueiteiro presidencial Duda Mendonça — que está envolvido com o caixa 2 petista, réu confesso de remessa ilegal de divisas e sonegação fiscal — e ao atual ocupante do posto, João Santanna. O jornalista, que apareceu na lista de remessas de divisas pelo Banestado, com cerca de US\$ 280 mil, trabalhou na campanha do então candidato Lula. Ele assessorava Palocci desde dezembro de 2002, época da transição de governo. (VN e UB)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago à reflexão de V. Ex^{as} duas matérias que versam sobre o novo comando da política econômica.

Como colunista do **Panorama Econômico**, Miriam Leitão tece algumas considerações sobre a saída do ex-Ministro Palocci e Guido Mantega em seu novo posto. Segundo o artigo intitulado “Nova Direção”, publicado no jornal **O Globo** de 28 de março do corrente, “vai haver uma piora no primeiro momento, uma recuperação em seguida, para, depois, consolidar-se um cenário mais pessimista de médio prazo. Aumenta muito agora a incerteza em relação a um segundo governo Lula.” O novo ministro terá de enfrentar vários desafios como fiel auxiliar de Lula: a reunião do Conselho Monetário Nacional que decidirá sobre a nova TJLP; o pacote de ajuda pedido pelos produtores rurais e saber negar as pressões diárias sobre o caixa do governo por benefícios sempre ilimitados.

Segundo o artigo “Mantega diz que crescimento pode chegar a 4,5% em 2006”, de autoria de Claudia Safatle, publicado no jornal **Valor** em 28 de março do corrente, o novo ministro assegurou em entrevista à

imprensa que “a política econômica não mudará. Ela não é do ministro Palocci, da Ministra Dilma Rousseff nem do ministro Paulo Bernardo. O Presidente Lula é o fiador dessa política e ela não deve mudar porque é a mais bem sucedida política econômica dos últimos quinze anos e que está nos levando a um novo ciclo de desenvolvimento.”

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para lembrar que o Brasil ficou em penúltimo lugar na lista dos países latino-americanos em termos de crescimento econômico, à frente apenas do Haiti, segundo dados preliminares da Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, das Nações Unidas. Perdemos excelentes oportunidades de crescer em período de recuperação da economia mundial. Portanto, é hora de mudar.

Venho requerer que as matérias citadas sejam consideradas parte deste pronunciamento e passem a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PANORAMA ECONÔMICO

MÍRIAM LEITÃO

Nova direção

- Não será mais do mesmo. O ministro Guido Mantega é bem diferente de Antonio Palocci e isso deve ser sentido hoje no mercado. Deve aumentar o grau de pessimismo em relação ao Brasil. A declaração de que vai manter a política econômica era esperada, mas o ministro que assume já teve brigas públicas com o secretário do Tesouro e com o Banco Central e divergências explícitas com a orientação que promete manter.

Mantega diz que crescimento pode chegar a 4,5% em 2006

Claudia Safatle
De Brasília

O novo ministro da Fazenda, Guido Mantega, manterá os fundamentos da política econômica calcados no tripé — taxa de câmbio flutuante, regime de metas para a inflação e superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto; respeitará a autonomia do Banco Central na administração da taxa de juros básica (Selic) e considera que sua missão, agora, é uma só: ajudar a promover o crescimento econômico, que neste ano, segundo ele, poderá ser este ano de 4% a 4,5%. Ele não se comprometeu, porém, durante entrevista que concedeu, ontem à noite, a manter a equipe técnica do ministério da Fazenda nem a diretoria do Banco Central. “É prematuro dizer (se vai manter todos). Vou tomar posse, analisar os quadros. Acho os quadros do ministério eficientes, mas não descarto a possibilidade de fazer algumas mudanças”.

O secretário executivo do ministério, Murilo Portugal, ontem mesmo pediu demissão “em caráter irrevogável”. Mantega e o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, há muito não escondem suas enormes diferenças, devendo Levy, portanto, ocupar mesmo o cargo de vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no próximo mês. Do Banco Central não houve qualquer manifestação pública.

Com a saída de Mantega do BNDES, o vice-presidente, Demian Fiocca, assumirá a presidência do banco. Maria Fernanda Ramos Coelho, funcionária de carreira da Caixa Econômica Federal, substituirá Jorge Mattoso, que ontem também pediu demissão. Ela foi superintendente Nacional de Desenvolvimento e Estratégia Empresarial e trabalha há 22 anos na CEF.

“A política econômica não mudará. Ela não é do ministro Palocci, da ministra Dilma Rousseff nem do ministro Paulo Bernardo. O presidente Lula é o fiador dessa po-

lítica e ela não deve mudar porque é a mais bem sucedida política econômica dos últimos quinze anos e que está nos levando a um novo ciclo de desenvolvimento. A inflação está sob controle, reinam a responsabilidade fiscal e social e a vulnerabilidade externa está em seu menor patamar. Estamos prepagando dívida externa”, assegurou o novo ministro, que falou à imprensa após longa conversa com o presidente da República.

O primeiro grande teste de Mantega como o novo comandante da política econômica do governo será na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), marcada para amanhã. Como presidente do BNDES, Mantega defendeu a redução mais acelerada da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como instrumento para incentivar novos investimentos no país. A expectativa é de que ela caia, já na reunião do CMN, dos atuais 9% ao ano para 8,25% ao ano. Essa, porém, não é uma questão trivial e o ministro esbarra na argumentação do BC e do próprio Tesouro nacional, o primeiro em relação ao impacto que uma medida dessa natureza teria sobre a demanda agregada e a inflação. Para o tesouro, o problema é fiscal, na medida em que avalia que há um subsídio implícito nessa taxa de longo prazo.

Suas críticas, embora pontuais, vão além da renitência do CMN em manter elevada a TJLP. Mantega advoga a realização de grandes investimentos, como o complexo hidrelétrico do Rio Madeira, trabalhou durante toda sua gestão no BNDES para capitalizar a instituição, de forma que ela possa emprestar mais a setores específicos, como petroquímica e siderurgia, e, alinhado à ministra

chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, opôs-se frontalmente, no ano passado, à tese de um endurecimento fiscal. Isso ocorreu quando Palocci tentou convencer Lula a elevar formalmente a meta de superávit primário de 4,25% para 5% do PIB em 2005. A meta foi mantida nos 4,25% do PIB, mas o ministério da Fazenda acabou realizando mais, 4,84% do PIB.

Amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem convive desde 1984, quando já era membro da coordenação do programa econômico do PT nas elei-

ções presidenciais de 1984, Mantega tem estreito relacionamento com o presidente, com quem encontra-se semanalmente, todas as quartas-feiras, no palácio do Planalto. Como ministro do Planejamento, teve estrito respeito à responsabilidade fiscal.

O convite para substituir Palocci foi feito ontem à tarde e, segundo explicou em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, “o presidente Lula me deu a incumbência de dar continuidade ao trabalho (de Palocci)”.

Perguntado se os juros básicos, agora, tomariam uma trajetória mais rápida de queda, ele respondeu que estava assumindo o ministério da Fazenda e não a presidência do Banco Central, e lembrou que taxa Selic é da competência do Comitê de Política Monetária (Copom), numa clara manifestação de que respeitará a autonomia do BC nessa questão. Mas lembrou que como membro do Conselho Monetário Nacional, poderá influir na discussão das metas de inflação dos próximos anos e isso tem ligação direta com o patamar de taxa de juros. *(Colaborou Paulo de Tarso Lyra)*

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para, mais uma vez, registrar matérias que sintetizam o desgaste que o Presidente Lula causou ao país, mantendo Antonio Palocci no cargo de Ministro da Fazenda.

O ex-Ministro estava, e continua, envolvido num emaranhado de denúncias, dos mais diversos crimes, mas... continua dizendo que deixou o governo para “contribuir com Lula”. Ora, se quisesse mesmo colaborar,

não com Lula, mas com o país, deveria ter deixado o Ministério há muito.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que as seguintes matérias passem a integrar esse pronunciamento, a fim de que constem dos Anais do Senado Federal:

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

PALOCCI SAI, A CRISE FICA

A 280 dias do fim do mandato, ruiu o pilar remanescente da plataforma sobre a qual foi montado o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Antonio Palocci Filho, o emblema da conversão tardia mas incondicional do petismo à ortodoxia de mercado, não resistiu aos indícios de conduta indevida e deixou o Ministério da Fazenda. Mas a saída de um ministro cuja carga se tornou insustentável não livra o governo da crise. O escândalo do uso criminoso de braços do Estado para intimidar Francenildo Costa -o caseiro que refutou Palocci- ganhou ontem seu capítulo mais estarrecedor. O presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, disse à Polícia Federal que solicitou os extratos com dados bancários de Francenildo e, de posse dos papéis, os entregou a Palocci: o ministro da Fazenda e o dirigente da Caixa, envolvidos pessoalmente na violação do sigilo de um cidadão!

Quer dizer que não passava de empulhação toda a pantomima armada para “apurar” o crime -com menções a laptops perdidos e recuperados e prazos de inquérito de 15 dias. Foi, no máximo, uma tentativa, afinal frustrada, de ganhar tempo e encontrar no baixo funcionalismo um voluntário ao sacrifício.

O governo Lula e o petismo governista perderam definitivamente a noção de limites institucionais. Que outra concepção de Estado senão a totalitária, em que se esfacelam as fronteiras entre coisa pública e partido, pode gerar tamanha afronta a uma Constituição democrática?

Em momentos como esse, em que um Poder exorbita de suas prerrogativas, as demais esferas da República precisam agir no interesse do reequilíbrio institucional. O Congresso, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público e a burocracia do Executivo devem reagir e colocar um freio à sanha autoritária que atropela as garantias básicas dos cidadãos em nome da manutenção do poder.

Palocci e Mattoso saem, mas ambos e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva devem muitas explicações sobre o ocorrido nesses últimos dias de março. Lula sabia do ato criminoso urdido no alto escalão de seu governo? O Brasil exige uma resposta.

O ESTADO DE S. PAULO

Apurar toda a verdade

A demissão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci – confirmada enquanto este texto era redigido –, não pode servir de pretexto para o governo considerar encerrada a escabrosa história da tentativa de linchamento moral de Francenildo Costa. Assinale-se, desde logo, que a descida do ministro aos infernos, para usar a mesma metáfora a que recorreu no discurso à Câmara Americana de Comércio, na sexta-feira, em São Paulo, não começou com a inevitável suspeita do envolvimento da Fazenda na sórdida operação montada para desqualificar o testemunho arrasador do ex-caseiro da sede da República de Ribeirão Preto em Brasília.

Começou, a rigor, quando ele não apenas confirmou o depoimento à CPI dos Bingos do motorista que servia à corriola freqüentadora do imóvel, mas o enriqueceu com tal quantidade de detalhes verossímeis que desidratou as juras de Palocci à mesma CPI de que jamais pusera os pés na malfadada mansão do Lago Sul. Diga-se a bem da verdade que nada indica, por ora, que ele a tenha visitado para participar da armação das negociatas a que se dedi-

cava a sua patota, no horário, digamos, comercial. Mas isso não deteve a erosão do patrimônio político do ministro até então blindado pela oposição contra o fogo dito amigo dos seus companheiros.

O que precipitou a ruína política de Palocci foi a vexaminosa tentativa do *apparat* petista de incriminar Francenildo, violando a sua conta na Caixa Econômica Federal, repassando à imprensa a sua movimentação financeira e, por último, escândalo dos escândalos, mandando a Polícia Federal investigá-lo por lavagem de dinheiro. Admita-se, para argumentar, que Palocci não ordenou, nem autorizou e nem mesmo sabia de nada daquilo, apesar do apontado envolvimento, na divulgação dos extratos, de um de seus assessores mais próximos. De um modo ou de outro, o fato é que ele era, objetivamente, o beneficiário direto da vilania. É isso – a anatomia do crime – que interessa aos brasileiros.

Porque urge expor à luz do sol as entranhas do governo Lula, com a identificação cabal da origem dos delitos praticados, da sequência de decisões e iniciativas que levaram à sua de-

sastrada consumação – em suma, o organograma e o cronograma da ofensiva massacrante de um humilde assalariado, cuja intimidade foi sacrificada no altar profano das conveniências pessoais de um ministro e dos interesses eleitorais do seu chefe. Os nomes e os dados biográficos dos envolvidos citados na imprensa e na internet no fim da semana praticamente demonstram que o petismo deixou as suas digitais no processo de estilhamento dos direitos civis de Francenildo Costa.

Duas funcionárias mencionadas, ambas com poder de decisão em áreas estratégicas da Caixa, eram – ou são – militantes petistas, embora não tão estreladas como o presidente da instituição, Jorge Mattoso, que sintomaticamente se recusou a depor na Polícia Federal, na semana passada, mandando dois advogados em seu lugar – isso depois de anunciar que a apuração do caso poderia levar 15 dias. Foi o primeiro sinal de uma trama destinada a acobertar, contando com o tempo, a disseminação de informações confusas e desconstruídas, e a supressão de evidências incriminadoras, não o delito escancarado, mas a malha mafiosa que o tornou possível. Estas não são acusações precipitadas nem politicamente motivadas.

No final da semana, o responsável pelo inquérito aberto na Polícia Federal, delegado Rodrigo Carneiro Gomes, afirmou textualmente o seguinte, em comunicado transmitido pela PF do Distrito Federal: “A polícia não compactua com a tentativa de transferir responsabilidades exclusivamente a pessoas de menor importância na cadeia de comando e que, portanto, não possuem poder decisório.” Não é preciso ser nem bom entendedor para avaliar o alcance e a direção dessas palavras. Além da busca de bodes expiatórios, o esquema de dissimulação da verdade posto em movimento na Caixa incluiu aparentemente o estranho episódio de um computador portátil que viajou de Brasília para São Paulo com um dos dois funcionários que o utilizam. (O outro estaria em férias.) O laptop teria sido usado para quebrar o sigilo bancário de Francenildo.

Além do desvendamento da violação, é preciso que os seus autores paguem por seus atos. Apenas a demissão de Jorge Mattoso, o presidente da Caixa, não será suficiente nem para uma coisa nem para a outra.

JORNAL DO BRASIL

Cai o último homem forte de Lula

DANIEL PEREIRA E SERGIO PARDELLAS

BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aceitou o pedido de demissão de Antonio Palocci e escolheu o economista Guido Mantega para exercer o cargo de ministro da Fazenda. Palocci não resistiu ao depoimento do até ontem presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, que disse à Polícia Federal ter entregue pessoalmente ao ex-ministro o extrato bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, retirado de forma ilegal de um computador do banco.

Mattoso também foi demitido da função ontem. A troca de comando na política econômica tende a render dor de cabeça ao presidente Lula. Substituto de Palocci, Mantega já criticou diversas vezes a taxa básica de juros da economia, a Selic, definida pelo Banco Central. Para não melindrar o mercado em pleno ano eleitoral, Mantega garantiu que não haverá mudança na política econômica.]

– Esta política econômica não deve mudar porque tem como fiador o presidente Lula. Esta política econômica

é a mais bem-sucedida dos últimos quinze, vinte anos – disse Mantega.

Também pode repercutir mal entre banqueiros e industriais a saída de Murilo Portugal da secretária-executiva do Ministério da Fazenda, confirmada ontem à noite.

O presidente ainda corre riscos de enfrentar problemas na seara política. Com a demissão do último homem-forte que ainda servia de escudo a Lula, a oposição centrará esforços em denúncias para atingir em cheio o presidente da República, que lidera as pesquisas de intenção de voto. Entre os alvos estão o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que confessou ter pago uma dívida de cerca de R\$ 30 mil de Lula, de quem é amigo, com o PT.

Para sangrar Lula, os oposicionistas planejam também ressuscitar o caso da empresa Gamecorp. De propriedade de Fábio Luis Lula da Silva, o Lula-linha, a empresa recebeu R\$ 15 milhões em investimentos da Telemar, concessionária de serviço público. Quando chegou ao Palácio do Planal-

to, Mantega ainda não era o titular da Fazenda. Naquele instante, Lula conversava com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), consultando-o sobre a possibilidade de substituir Palocci. Mercadante deixou claro que prefere ser o candidato do partido ao governo de São Paulo. Depois de recusar a oferta, coube a Mercadante anunciar Mantega, além do novo presidente do BNDES – Demian Fiocca, até ontem vice-presidente do banco de fomento.

Com 22 anos de Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho substituirá Jorge Mattoso. O próprio ex-presidente do banco ligou para Palocci relatando o que havia contado à Polícia Federal. Protagonista do enredo que levou à demissão de Palocci, o caseiro Nildo festejou o desfecho do caso.

– Está ficando comprovado que o lado mais fraco não é o simples caseiro, mas o da mentira – afirmou.

Já Palocci está ameaçado de ser castigado pela Justiça comum. Sem foro privilegiado, fica sujeito a decisões de primeira instância.

CRONOLOGIA DA CRISE

DIA 19 DE AGOSTO

Em depoimento à Polícia Federal, o ex-secretário de Palocci Rogério Buratti acusou o ex-ministro de receber R\$ 50 mil mensais de propina da empreiteira Leão Leão entre 2001 e 2002, durante a gestão do petista na prefeitura de Ribeirão Preto

DIA 24 DE AGOSTO

CPI recebe documento mostrando que Buratti manteve contato telefônico com Palocci. O petista havia afirmado que fez apenas “duas ou três ligações” para Buratti. Depois do detalhamento da conta, disse que número pertencia ao assessor

DIA 25 DE AGOSTO

Em depoimento à CPI dos Bingos, Rogério Buratti confirma todas as acusações que fez ao ex-ministro no Ministério Público.

DIA 13 DE SETEMBRO

O irmão do petista, Adhemar Palocci, é acusado de tráfico de

influência para beneficiar a empresa de seguros Interbrazil

DIA 2 DE NOVEMBRO

A revista *Veja* denuncia uso de dólares de Cuba na campanha de Lula. Segundo a revista, a informação foi confirmada por dois ex-auxiliares de Palocci: Buratti e Vitorino Figueira.

CRISE NO GOVERNO/A DESPEDIDA

Ex-ministro se diz vítima de ilações, afirma que deixa governo para contribuir com Lula e que errou ao buscar convivência com oposição

Palocci credita saída a 'quadro conflituoso'

MULTIMÍDIA

THE WALL STREET JOURNAL

ESTADOS UNIDOS

Chefe da Fazenda do Brasil é substituído, aumentando baixas com escândalo

"O Brasil substituiu o defensor de sua política econômica, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por um crítico da política de juros do Banco Central"

The New York Times

ESTADOS UNIDOS

Ministro da Fazenda do Brasil renuncia vítima de escândalo

"Antonio Palocci, cuja política econômica conservadora fez do Brasil um dos lugares favoritos dos investidores, pediu demissão do cargo de Ministro da Fazenda na segunda-feira após acusações de corrupção, e foi substituído por um quadro leal do partido"

The Washington Post

ESTADOS UNIDOS

Brasil troca ministro da Fazenda

"O arquiteto da recuperação econômica do Brasil e da política fiscal pró-mercado renunciou após ser envolvido em escândalo com tantas idas e vindas quanto as famosas novelas do país"

EDUARDO SCOLESE
PEDRO DIAS LEITE
DA SUCURSA, DE BRASÍLIA

Um dia após ter sido demitido do Ministério da Fazenda, Antonio Palocci afirmou: ontem que, diante de um quadro "tenso" e "conflituoso", o pedido de afastamento do governo foi a "melhor maneira" que encontrou para contribuir com o país e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele defendeu suas ações na Fazenda, agradeceu a Lula e disse que nunca alentou contra a democracia e contra as instituições.

"Penso que foi a melhor maneira de contribuir com o país e com

o presidente Lula, frente ao quadro conflituoso e tenso. Na vida pública, há momentos de afirmar e momentos de recuar. Temos de ter tranquilidade de identificar esses momentos", afirmou, em discurso lido de dez minutos diante de cerca de 500 pessoas no Salão Nobre do Palácio do Planalto.

Palocci, apontado pelo ex-presidente da Caixa Jorge Mattoso como receptor de dados do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, falou durante a cerimônia de posse de seu sucessor, Guido Mantega.

O início do discurso foi marcado pela exposição de pontos que considera positivos em sua gestão

na Fazenda. A seguir, mesmo que indiretamente, entrou na questão política. Disse ter enfrentado um "círculo infernal" de acusações.

"Para quem enfrentou, como eu enfrentei nesses últimos meses, o círculo infernal das suspeições e dos prejulgamentos, a tentação talvez fosse a de dizer como o poeta italiano: lascia dire le genti, e siga il suo corso, ou siga o seu curso e não olhe para trás", afirmou. "Certamente, o verso do poeta serve para um sentimento que nutro, o de não levar mágoa nem ódio no coração. Nem mesmo contra alguns que, até bem próximos de nós, aceitam palavras que não são as nossas quanto a fatos

recentes que, ou são pura acusação, ou são ilações e denúncias sem materialidade em fatos."

Malfetórias

Palocci nada falou sobre Mattoso e Francenildo. Mas afirmou: "Jamais patrocinei nesses três anos malfetórias com os recursos públicos, nem atentei, de nenhuma forma, contra a democracia e as instituições de meu país."

O ex-ministro disse que o seu erro talvez tenha sido acreditar na possibilidade de conviver de forma pacífica com a oposição.

"O que mais me encheu de confiança é a certeza de ter procurado um novo caminho para a convi-

vência serena e civilizada entre contrários. (...) Talvez eu tenha falhado nesta minha crença de convivência pacífica."

Após sua fala, Palocci ouviu um discurso de Lula recheado de elogios à sua atuação na Fazenda e, a seguir, em meio a um forte abraço, deu um beijo no rosto do presidente. Após sua fala, alguns chegaram a aplaudi-lo de pé. Os ministros fizeram fila para abraçá-lo.

→ LEIA MAIS em Dinheiro

Lula integra dos recursos na
FOLHA ONLINE
www.folha.com.br/050806

LANACION

ARGENTINA

Palocci era o homem forte do governo; Mantega, outro ortodoxo, o substitui

"Encurralado por denúncias de corrupção e impotente para conter o escândalo que o cercava, ontem apresentou sua renúncia Antonio Palocci, ministro da Fazenda do governo Luiz Inácio Lula da Silva"

FINANCIAL TIMES

REINO UNIDO

Presionado, Palocci renuncia como chefe da Fazenda do Brasil

"Antonio Palocci renunciou seguindo a uma intensa pressão em torno de seu papel em um suposto esquema de corrupção, deixando uma grande interrogação sobre o futuro da direção da política econômica"

EL PAIS

ESPAÑA

O superministro da Economia do Brasil, Antonio Palocci, cai após acusações de corrupção

"Antonio Palocci, superministro brasileiro da Economia e figura mais importante e emblemática do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi afastado ontem [segunda] de seu cargo depois de pedir sua substituição em carta, em resposta às acusações de corrupção"

Clarín.com

ARGENTINA

Brasil: renunciou o ministro da Fazenda e já tem substituto

"Desgastado por denúncias de corrupção, Antonio Palocci apresentou sua demissão do cargo. Seu afastamento complica as aspirações de Lula a uma possível reeleição. Guido Mantega, até agora presidente do estatal Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, será seu substituto"

Le Monde.fr

FRANÇA

Ministro brasileiro da Economia, Antonio Palocci, é forçado a se demitir

"Antonio Palocci não é mais ministro da Economia do Brasil. Depois de vários dias de incertezas ligadas a um escândalo de corrupção, e das repercussões negativas na Bolsa de Valores de São Paulo, o ministro se demitiu, nesta segunda-feira, 27 de março, e logo depois foi designado seu sucessor, o ex-ministro do Planejamento e presidente do BNDES, Guido Mantega"

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial publicado pelo jornal **Zero Hora**, em 3 de abril de 2006, intitulado “O gigantismo tributário”.

O editorial aponta que, para um país que tem o objetivo de reduzir o inchaço da máquina administrativa e a corrupção com dinheiro público e que demanda urgentemente de crescimento econômico, a elevação da carga tributária para níveis inéditos no ano passa-

do apenas demonstra os desacertos da atual política tributária implementada pelo governo do PT.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial do jornal **Zero Hora** seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ZERO HORA

O gigantismo tributário

Num país que enfrenta o desafio de reduzir o inchaço da máquina administrativa e a corrupção com dinheiro público e que demanda urgente crescimento econômico, a elevação da carga tributária para níveis inéditos no ano passado torna-se ainda mais inconcebível. Levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) revela que, apesar da reiterada promessa do governo de não elevar o volume de impostos, a carga tributária de 2005 saltou para 37,82% do PIB, superando o já insuportável percentual de 36,8% do ano anterior. O estudo demonstra que, com a elevação, o país só cobra menos impostos do que Suécia, Noruega, França e Itália. A diferença é que, nesses países, de maneira geral, a opinião pública tem mecanismos mais eficientes para exigir maior retorno em serviços e menos desvios de dinheiro público. E suas economias, no conjunto, atendem mais aos anseios da população do que no Brasil, onde um terço da arrecadação é mal utilizado ou desviado e a maior parte do que sobra vai custear uma máquina pública deformada pelo gigantismo.

Mais impressionante que o frio número indicativo de que a carga tributária brasileira chegou em 2005 a mais de um terço do PIB, o que por si só é uma constatação assustadora, é verificar como esse número se forma e incide sobre o dia-a-dia dos cidadãos. Numa conta de energia elétrica de R\$ 300, o custo real do serviço é de R\$ 162,57 e o imposto, R\$ 137,43. E num total de R\$ 400 pa-

Recorde

Ao atingir 37,82% da riqueza produzida no país, os impostos brasileiros chegaram a um recorde histórico. Nenhuma economia emergente tem carga tributária tão elevada.

gos em combustível, o valor do que é consumido é menor do que o pago como imposto (R\$ 187,88 e R\$ 212,12, respectivamente). Até o tributo de uma conta de água é impressionante: nada menos que 29,83%.

Segundo os dados do IBPT, o pagamento de impostos consome a renda de quatro meses e 25 dias do brasileiro. A questão não é importante apenas porque trata de um fato que afeta individualmente cada cidadão brasileiro. É importante também porque retira da economia e do consumo uma parcela significativa da renda, que poderia ser investida no crescimento e na qualidade de vida. Se o imposto é um mecanismo universal para a sustentação do Estado, sua exacerbação, sem a necessária contrapartida em serviços e em infra-estrutura, acaba inevitavelmente sendo um fator que reduz a capacidade da sociedade de desenvolver-se. Num ano eleitoral, é importante que esse debate colabore para levar a mudanças, que vão depender não só da vontade dos eleitos de reduzir o volume de impostos, mas sobretudo de enfrentar o excessivo tamanho da máquina pública.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “Fim do Mundo”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de março do corrente.

O artigo trata do caos em que se encontra o país provocado pelo choque entre instituições e o uso delas para beneficiar interesses pessoais de integrantes do governo, como aconteceu nos casos da quebra, pela CEF, do sigilo bancário do caseiro Francenildo, a decisão do STJ de se “intrrometer” numa decisão interna do

PMDB de realizar prévias formais, passando pelo fato do STF não parar de interferir nas decisões do Congresso e, assim, infringir as mais elementares normas constitucionais: a independência entre os três poderes.

Sr. Presidente, solicito que o artigo da jornalista Eliane Cantanhêde, seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Fim do mundo

BRASÍLIA - O prefeito de Ribeirão Preto vira ministro da Fazenda e, ato contínuo, sua turma esquisita da prefeitura aluga uma mansão na capital da República por módicos R\$ 15 mil mensais. Um dos inquilinos, de nome Buratti, já foi até preso por andar aprontando por aí, mas o Planalto acha tudo naturalíssimo.

A CEF quebrou ilegalmente o sigilo bancário do cidadão Francenildo, um caseiro que ousou testemunhar contra o poderoso ministro da Fazenda. É uma violência do Estado à Constituição do Brasil.

Os desembargadores de Minas fizeram greve de um dia contra o estabelecimento de um limite para seus salários, mesmo depois de o Judiciário ter aprovado a volta da contribuição previdenciária para os aposentados.

O Exército é acusado de negociar com o Comando Vermelho, uma das mais deletérias organizações criminosas do país, para obter de volta armas roubadas de um quartel no Rio.

O Supremo Tribunal Federal não pára de interferir diretamente nas decisões do Congresso e é diariamen-

te acusado de infringir uma das mais elementares normas constitucionais: a independência entre os Poderes.

Para completar, o Superior Tribunal de Justiça mete a mão numa decisão interna de um partido político, impedindo a realização de prévias formais do PMDB.

No frigar dos ovos, tanto o presidente do Supremo, Nelson Jobim, como o do STJ, Edson Vidigal, trocam a toga por uma legenda, ansiosos para disputar eleições. Num dia, Vidigal interfere num partido. No dia seguinte, filia-se a outro para concorrer ao governo do Maranhão.

Delúbio Soares reclama na Justiça o ressarcimento de R\$ 200 mil por uma pergunta de concurso público com um personagem chamado Delúbio que não era flor que se cheirasse. De réu, passa a ser vítima.

Enquanto isso, o Congresso continua absolvendo “mensaleiros”.

Não há uma “CPI do Fim do Mundo”, há o próprio fim do mundo.

@ → elianec@uol.com.br

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Não está ‘mal’ – está péssima”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 23 de março do corrente.

O artigo critica o cenário atual de denúncias contra o ministro Palocci e do crime de quebrar, sem autorização judicial, o sigilo bancário do denunciante do ministro na tentativa, inútil, de desqualificá-lo. Segundo o artigo, a situação é péssima, “e o único responsável por isso é o esquema de poder petista – no Planalto, na Esplanada dos Ministérios, na administração indireta, no Congresso Nacional”.

Ainda segundo o artigo, o governo continua fazendo “mais do mesmo”: apressa-se em aduzir que vaziar documentos é costume corriqueiro, como fizeram no episódio do caixa 2, quando tentaram emplacar a expressão “recursos não contabilizados”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Não está ‘mal’ – está péssima

Erra o presidente Lula ao dizer que a situação está “mal”. Nem tanto porque o certo seria ele dizer que a situação está má – ou ruim – mas porque a situação está pior do que isso: está péssima. E o único responsável por isso é o esquema de poder petista – no Planalto, na Esplanada dos Ministérios, na administração indireta, no Congresso Nacional. Acusado por uma sequência de testemunhos praticamente irrefutáveis de que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mentiu à CPI dos Bingos quando disse que nunca esteve no alegre casarão do Lago Sul onde se escarpachava a República de Ribeirão Preto em Brasília, o governo – sim, o governo, e não um solitário servidor público “mais realista do que o rei” – não hesitou em cometer dois crimes conexos para tentar desqualificar o principal contestador de Palocci – o ex-casero da mansão, Francenildo Costa. E, fazendo o que sempre fez quando apanhado praticando malfetorias, iniciou uma operação-abafa – mais uma! – para disfarçar a gravidade dos delitos, enquanto o presidente Lula, fiel ao imutável script, clama por “punição exemplar” do seu autor.

Os crimes conexos, evidentemente, foram o de romper o sigilo bancário do denunciante do ministro e passar à imprensa o produto da violação – o extrato que registrava depósitos em dinheiro na conta poupança de Francenildo na Caixa Econômica Federal. Os delinquentes não tiveram nem o cuidado elementar de recorrer a um araponga para apurar se a sua vítima não teria uma explicação fundamentada para a origem do dinheiro, capaz de desmontar, como de fato desmontou, a caluniosa patranha de que o ex-casero foi subornado pela oposição para acusar Palocci, como uma espécie de tiro de partida da campanha contra a reeleição de Lula. Nem tendo tropeçado mais uma vez na sua patética incompetência, o oficialismo se deu por vencido. Só na segunda-feira, três dias depois de vir à luz a sordidez, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, assumiu a protocolar expressão corporal de indignação com a ignomínia. E só então o presidente da Caixa, o petista Jorge Mattoso, subordinado direto do titular da Fazenda, admitiu que a quebra

clandestina do sigilo só pode ter sido obra de alto funcionário da Caixa e anunciou uma sindicância para apurar o nome do criminoso – com prazo de 15 dias!

Mas o que torna tudo “mais péssimo”, como talvez dissesse o presidente Lula, é o tom geral das manifestações de autoridades e políticos petistas, demonstrando que eles nada aprenderam com o Waldogate e o mensalão. Primeiro, sempre que podem, substituem a palavra violação pelo termo mais brando vazamento – repetindo a malandragem de trocar caixa 2, expressão já de si usada para encobrir compra de políticos, pelo eufemismo “recursos não contabilizados”. Segundo, quando não podem fugir do termo ineliminador, fazem mais do mesmo: se apressam a aduzir que vaziar documentos é costume corriqueiro, como a contabilidade paralela dos políticos. Por fim, sacam da teoria da maçã podre: assim como Waldomiro Diniz, o assessor parlamentar do ministro José Dirceu, era um isolado fruto estragado na frondosa árvore ética do PT – e assim também seriam o seu então tesoureiro

Delúbio Soares e o secretário Silvío Pereira –, quem tentou destruir a reputação de Francenildo foi uma ovelha negra, como as que existem nas melhores famílias.

A ficção omite que, já na noite anterior à da sua divulgação na internet, o extrato foi visto passando de mão em mão na assessoria do ministro Palocci. Saiu dali, com toda a probabilidade, a decisão de fazer chegar o papel a um semanário. De todo modo, se alguém da alta hierarquia do poder petista quisesse impedir o desdobramento da abjeção cometida na Caixa Econômica, ocasião não faltou. A esta altura, só um néscio duvidaria de que a mais recente baixaria do governo envolveu diversas pessoas em posição de levá-la adiante ou de abortá-la, mesmo assumindo, para argumentar, que se tratou de uma iniciativa individual. A desfaçatez chegou a ponto de a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, pedir para ver as imagens do sistema de segurança no Congresso dos últimos 15 dias, na esperança de flagrar Francenildo com algum parlamentar da oposição. Foi desautorizada pelo companheiro Aloizio Mercadante.

Se isso não configura uma situação péssima, a palavra não quer dizer mais nada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de trazer à tribuna do Senado Federal o último ensaio de Peter Flynn, professor emérito da conceituada Universidade de Glasgow, intitulado: “Crise, Corrupção e Mudança em Perspectiva Política”.

O renomado pesquisador dirigiu, por mais de duas décadas, o Instituto de Estudos Latino-Americanos daquela tradicional instituição acadêmica européia. Trata-se na verdade de um estudo político sobre o Brasil, cujo teor, em linhas gerais, mescla atualidade, precisão e uma certa inquietude. É uma peça analítica de suma importância, cuja leitura deve levar à reflexão por parte desta Casa.

O referido estudo foi publicado na revista acadêmica **Third World Quarterly** (vol. 26), da qual Peter Flynn é um dos mais assíduos colaboradores. Vale aqui ressaltar que o pesquisador em tela elegeu o Brasil como foco de interesse desde os anos 60.

De forma resumida poderíamos dizer que nesse novo ensaio Peter Flynn nos oferece uma radiografia do processo político que permeou a condução de Luiz Inácio Lula da Silva ao posto de primeiro mandatário da nação, passando em revista as mutações sofridas pelo Partido dos Trabalhadores nos últimos 12 anos, com foco analítico na deterioração de valores (de quem substituiu a ética pelo pragmatismo) e, finalmente, aborda a construção de um fenômeno político chamado “lulismo” e a conversão do partido em máquina de fazer voto.

Sr^{as} e Srs. Senadores, considero de suma importância ressaltar que o presente estudo é digno de leitura e exame pois o seu autor direcionou e privilegiou o rigor analítico em todas as etapas de sua investigação. Não há qualquer resquício ou manifestação de “furo ideológico” nas entrelinhas.

A parte mais incisiva de sua análise repousa no que ele chama de “assalto ao poder” perpetrado por dirigentes petistas a partir de meados dos anos 90 – um modelo em ruínas, para o qual nem o carisma de Lula nem a política econômica da Era Palocci/Meirelles servirão de esteio.

Conforme afirma o próprio pesquisador, “se ouvirmos o que diz a jovem esquerda brasileira, veremos que o estilo de fazer política de José Dirceu ou Gushiken não tem futuro”. Esse um aspecto revelador do ensaio em epígrafe.

Em entrevista publicada na edição do último domingo, dia 09 de abril, do jornal **O Estado de S. Paulo**, o professor da universidade escocesa fez afirmações e projeções bastante pertinentes. Todavia, por exigüidade de tempo gostaria de reproduzir apenas alguns trechos da mencionada entrevista.

Ao ser indagado nos seguintes termos: “Apesar de tudo, Lula continua bem nas pesquisas. Até que ponto o presidente pode confiar no seu carisma para as próximas eleições?”, o pesquisador respondeu: “Eu não tenho dúvida do carisma de Lula, um político que

se comunica bem em todos os níveis, de Norte a Sul, do sertão ao Nordeste, do Fórum Social ao Fórum Econômico de Davos. Agora, se carisma vai ser suficiente, essa é outra conversa. Lula precisa de um partido e de um programa que lhe dêem governabilidade. Ganhar no voto é uma coisa. Governar, outra bem diferente. Tenho acompanhado as pesquisas e vejo que ele se recuperou bem dos abalos da crise, embora Alckmin e a oposição ainda estejam na fase de juntar forças. Porém, a reverberação da questão ética vai continuar e seus efeitos são imprevisíveis.” (o grifo é nosso).

O estudo do professor Peter Flynn, sem dúvida, constitui um aporte de grande valia para interpretar os acontecimentos políticos no governo do presidente Lula. A leitura é obrigatória.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é sobre um dado preocupante que foi divulgado no início da tarde desta segunda-feira. Trata-se da produtividade nacional. Segundo levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria) em 23 países, a indústria brasileira despencou para a penúltima posição em ranking de aumento de produtividade. A causa: os baixos investimentos.

A produtividade do País caiu no ano passado e acumulou um crescimento anual de apenas 1,3% no primeiro quinquênio desta década. Com esses resultados, no ranking dos 23 países, a produtividade brasileira despencou da quarta maior posição no levantamento realizado no período 1996-2000 para a penúltima posição no quinquênio 2001-2005.

A taxa anual média de crescimento da produtividade, de 1,3%, foi bem inferior à de países como Índia (10,1%), Cingapura (8,2%), Malásia (6,9%), Tailândia (6,2%) e Estados Unidos (6,1%). Além disso, representa forte declínio em relação à média de ganho de produtividade do próprio Brasil na segunda metade da década de 90 (5,9%) e também da primeira metade (7,2%).

A CNI calcula a cada cinco anos o índice da produtividade do trabalho dividindo a produção das empresas pelo número de trabalhadores empregados ou pelas horas trabalhadas. Segundo a Confederação, o fraco desempenho dos últimos cinco anos “corrói o ganho acumulado na década de 90 e compromete o vigor das exportações no futuro”.

O gerente-executivo da Unidade de Pesquisa e Avaliação, Renato da Fonseca, afirmou que a freada do crescimento da produção em 2005 e o baixo investimento, em um ano de expansão do emprego, comprometeram a produtividade no ano passado.

Ele explicou que, nos anos 90, o crescimento da produtividade foi um dos maiores da história e ficou acima de outros países. Isso contribuiu para o melhor desempenho das exportações brasileiras nos últimos anos. Mas se continuar com o mesmo ritmo de baixo crescimento, poderá afetar as exportações.

Na avaliação do economista da CNI, “se não recuperar o crescimento da produtividade, o Brasil pode perder mercado em setores como o de vestuário

rio, calçados e produtos têxteis, que são diretamente influenciados pelo custo de mão-de-obra”.

Sr. Presidente: o nosso País corre um risco em potencial de perder mercados em setores tão importantes como o calçadista e o têxtil. A repercussão em nossa economia em razão do comprometimento da produtividade deve merecer a reflexão desta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, por último eu gostaria de dizer que o assassinato do prefeito Celso Daniel é um dos capítulos mais sombrios da gestão do Partido dos Trabalhadores na chefia do Executivo municipal. A tentativa de disseminar uma versão na qual o crime hediondo de Santo André seria mais um episódio inserido no cotidiano da violência urbana caiu por terra a partir das investigações do Ministério Público.

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, instalada no âmbito do Senado Federal, deverá

oferecer elementos importantes ao Ministério Público e à Justiça, os quais serão decisivos para esclarecer todos os mistérios que ainda cercam o assassinato de Celso Daniel.

Nesse contexto, Sr. Presidente, gostaria de solicitar a Vossa Excelência a transcrição na íntegra de editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “Os mistérios de Santo André”, publicado na edição desta segunda-feira, dia 10 de abril.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os mistérios de Santo André

Os depoimentos das seis testemunhas de acusação na investigação sobre a existência de um “propinoduto” na prefeitura de Santo André, que, segundo o Ministério Público Estadual, seria a verdadeira causa do assassinio do ex-prefeito Celso Daniel, estavam marcados para a última quarta-feira, às 10 horas. Para isso, cerca de 30 pessoas foram mobilizadas: além dessas testemunhas, os seis réus, seus advogados, os promotores, quatro estenotipistas, outros servidores e a juíza Elaine Matheus da Silva, da 1ª Vara Criminal. Com tudo pronto, faltou luz no Fórum de Santo André e a audiência foi adiada para daqui a quatro meses.

Uma retroescavadeira estourou o cabeamento que conduz eletricidade ao Fórum. A máquina pertence à empreiteira Projeção Engenharia Paulista de Obras, contratada para construir uma rampa para acesso de presos ao Fórum e apontada pelos promotores que investigam o assassinio do coordenador de campanha do candidato à Presidência pelo PT Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 como favorecida pelo esquema de corrupção. Seu proprietário, o empresário de transportes coletivos Ronan Maria Pinto, é considerado pelo Ministério Público (MP) um dos três suspeitos de mandante do crime, que eles tipificam como tendo sido uma execução. Além de Ronan, dono do principal jornal da cidade, o *Diário do Grande ABC*, também são acusados o ex-vereador petista Klinger Souza e o ex-segurança e hoje sócio de empresas de ônibus Sérgio Go-

mes da Silva, atualmente em liberdade graças a liminar concedida por decisão monocrática do ex-presidente do STF Nelson Jobim.

Frustrados e irritados com o ocorrido, os promotores que investigam a eventual conexão entre as denúncias de que empresários de ônibus eram obrigados a pagar propinas mensais à prefeitura de Santo André e o assassinio de Daniel, em 18 de janeiro de 2002, suspeitam que o rompimento dos cabos tenha sido intencional. “Pode não ter sido apenas um caso de imperícia”, disse Roberto Wider, membro da força-

Há um excesso de ‘coincidências’ no caso do assassinio de Celso Daniel

tarefa do Ministério Público para investigar o caso. O MP requisitou perícia na retroescavadeira da Projeção – empresa acusada de ter recebido dinheiro a mais para recuperar *brisés* (placas de concreto) que adornam a sede do Fórum. A empreiteira teria sido cúmplice de Klinger Souza em fraude à Lei de Licitações no negócio, realizado entre dezembro de 1998 e março de 1999.

O assassinio de Celso Daniel foi dado como mais um crime a ser atribuído à banalidade da violência urbana no Brasil pela polícia paulista, hipótese defendida com unhas e dentes pelos companheiros de partido da vítima. Se os promotores (que acreditam ter havido uma execução) encontrarem indícios de que houve, não um acidente, mas sabotagem no

rompimento dos cabos de eletricidade do Fórum de Santo André, a Nação estará diante de um episódio de gangsterismo semelhante (se não pior) aos patrocinados pelos mafiosos de Chicago – entre eles Al Capone – no começo do século 20. Se, contudo, o adiamento da audiência por falta de luz for arquivado como mero acidente, o escândalo do propinoduto e do assassinio de Daniel será registrado como o delito que mais provocou coincidências trágicas nas crônicas da polícia e da política no Brasil.

Recentemente um furgão que transportava de uma prisão para outra 12 condenados, entre os quais 2 acusados de participação no sequestro e assassinio do ex-prefeito, foi metralhado na Marginal e o chefe da escolta garantiu que o atentado não foi uma tentativa de fuga, mas de homicídio. Os que escaparam dessa chacina frustrada tiveram mais sorte que outros 6 participantes ou testemunhas do crime que foram assassinados em circunstâncias misteriosas ou nem tanto – do chefe da quadrilha que sequestrou Daniel, Dionísio Aquino Severo, esfaqueado na presença da advogada no presídio do Belém, ao garçom que serviu a última ceia da vítima no Rubaiyat, Antônio Palácio de Oliveira, que espatifou a moto num poste, fugindo da perseguição de dois homens.

O perito Carlos Delmonte, dado como suicida pela polícia e pelos colegas que periciaram seu cadáver, é outra peça nesse quebra-cabeça: morreu antes de poder desafiar na CPI dos Bingos a convicção da polícia paulista e do PT de que Daniel foi uma vítima da violência banal de nossas metrópoles.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que

abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26-4-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

Prazo final: 28-4-2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006*(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.
Prazo final: 1º-5-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador Osmar Dias.
Prazo final: 18-5-2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005***(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras*.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005 (nº 722/2003, na Casa de origem), que *altera o art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo o direito de sindicalização para o empregado de entidade sindical*.

Parecer favorável, sob nº 1.646, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *ins-*

titui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

13

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

17

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

- da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de

iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

21

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

22

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 5, de 2006, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Dra. *Verônica Michelle Bachelet Jeria*, pela vitória nas eleições presidenciais no Chile, tornando-se a primeira mulher a assumir o comando do Executivo Chileno.

Parecer favorável, sob nº 295, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 4 minutos.)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**

10-4-2006
segunda-feira

16:00 – Ministra Ellen Gracie Northfleet, Vice-Presidente e no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:30 – Ministro Adylson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

18:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa – pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal

19:00 – Entrega do Relatório Final da CPMI dos Correios pelo Senador Delcídio

Amaral, Presidente e do

Deputado Osmar Serraglio, Relator

Deputado Asdrubal Bentes, Sub-Relator

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Sub-

Relator

Sala de Audiências da Presidência do Senado

Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 086 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar para integrar a Comissão Especial de Planejamento e Orçamento COPLAN, instituída pela Portaria do Diretor-Geral nº 22, de 2004, e posteriores alterações, a servidora HELENA RODRIGUES BARROS, matrícula 103266/PD, em substituição à servidora CARMEN LÚCIA CRUVINEL, matrícula 48577/SF.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de Abril

de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 087 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 133, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal.

II – Designar o servidor **José Paulo Nunes Cordeiro Tupynambá**, matrícula **54425**, para integrar como membro, a referida Comissão Especial.

III – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 088 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar para integrarem a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 71, de 2006, do Diretor-Geral, os servidores Edilenice J. Lima Passos, matrícula 28906 e Márcio Tancredi, matrícula 56409.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com os seus efeitos a partir do dia 03 de abril de 2006.

Senado Federal, 10 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 089 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar para integrar a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 77, de 2006, do Diretor-Geral, o servidor Carlos Alberto Campos Marques, matrícula 26260.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 647 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores FRANCISCO FRANCO RIBEIRO NETO, matrícula nº 0330, e MARCOS TADEU GOMES CARNEIRO, matrícula nº 11633, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 005367/069 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de Abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 648 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005.497/06-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARILDA TEREZINHA DA SILVA RIBEIRO FONSECA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Junior.

Senado Federal, em 10 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 649 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005475/06-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA ARAÚJO OLIVEIRA DE PAIVA MELO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Salgado.

Senado Federal, em 10 de Abril de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 650 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 09, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º São designados os servidores **JACINTO MUROWANIECKI**, matrícula nº 52829 e **JOSÉ CARLOS MATTE**, matrícula nº 52404, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 000070/04-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º Revoga-se o Ato do Diretor-Geral nº 217, de 2006.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 651 , DE 2006

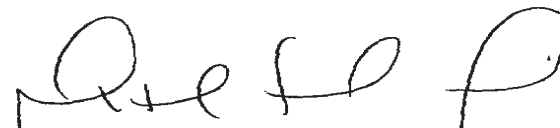
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 09, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º São designados os servidores **JOSÉ CARLOS MATTE**, matrícula nº 52404 e **JACINTO MUROWANIECKI**, matrícula nº 52829, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 012381/02-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º Revoga-se o Ato do Diretor-Geral nº 1189, de 2002.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 652 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 09, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º São designados os servidores **ANTONIO JOSÉ DE SOUSA FILHO**, matrícula nº 52465 e **JACINTO MUROWANIECKI**, matrícula nº 52829, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014844/01-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º Revoga-se o Ato do Diretor-Geral nº 3542, de 2005.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 2006.



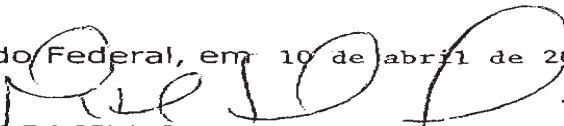
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 653 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015.955/90-7.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 37/1991, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **ABRAHÃO BARBOSA TELES**, Analista Legislativo, Área 2, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 15/03/2006, sendo comprovado o diagnóstico em **14/02/2006**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 654 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005410/06-1,

RESOLVE dispensar a servidora **DENISE MARIA VASCONCELLOS IUNES PEREIRA**, matrícula 47809, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, a partir de 06 de abril de 2006.

Senado Federal, 10 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 655 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 32454, e **JOSÉ MARTINS GONÇALVES**, matrícula nº 26065, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 017431/05-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 656 , DE 2006

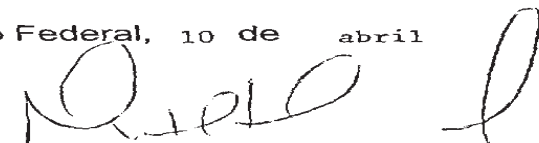
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTÔNIO CÉSAR NÓBREGA DE MOURA, matrícula nº 44043, e EDVALDO OLIVEIRA DE CARVALHO, matrícula nº 42149, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 004154/06-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 657 , DE 2006

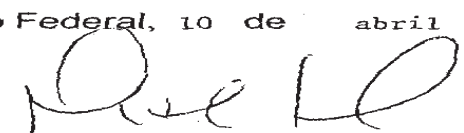
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EDILENICE JOVELINA LIMA PASSOS, matrícula nº 28906, e NEIDE PIMENTA MAGALHÃES, matrícula nº 28864, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 005373/06-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 658 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **MARCELO BITTENCOURT BARREIROS**, matrícula nº 50195, e **FÁBIO MELO DE SOUZA**, matrícula nº 35170, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 004180/06-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres²

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (Vago) ³		
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
(Vago) ⁶			4. (Vago) ⁴		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ⁵		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gilberto Goellner que deixou o exercício do cargo em 8.12.2005, em virtude de reassunção do titular.

⁴ O Senador Álvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com Ofício nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

⁵ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁶ O Senador Leonel Pavan renunciou ao cargo de acordo com OF. INT. GSLP nº 43/2006, publicado no DSF de 29.3.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, Art. 4º	TITULARE	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

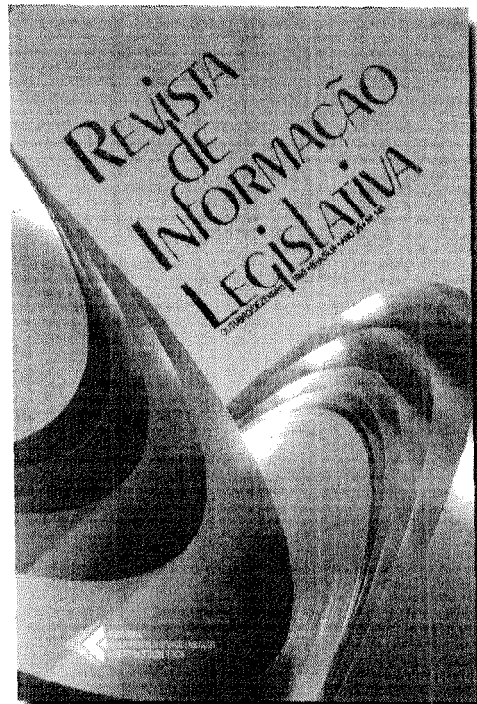
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 132 PÁGINAS